

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO: 05/2024
Processo Administrativo 09/2024

Objeto: Aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

Emissão: 23/04/2024

Abertura: 07/05/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000002
ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO COMPRAS

MEM Nº 235 / 2024

Curiúva PR, 04 de Abril de 2024.

A
DEP. DE LICITAÇÕES
LUCIANA Marília da Costa.

PREZADA

Venho respeitosamente solicitar a abertura de processo de licitação para a compra de 03 (três) veículos novos zero quilômetro para a secretaria de Saúde conforme documentação em anexo.

A estimativa de quantidade fora estabelecida, com base na necessidade de renovação de frota, bem como equivalente ao disposto na resolução nº 858/2022 – SESA, que estabeleceu a quantidade de veículos a serem adquiridos com o incentivo vinculado.

Sem mais para o presente, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA
DEP. DE COMPRAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 0003

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Mem. nº 481/2024

Curiúva, 22 de março de 2024.

PREZADO SENHOR

Venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar abertura de procedimento licitatório para a Secretaria Municipal de Saúde, referente à aquisição de 03 (três) **VEÍCULOS 0KM PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO, VISANDO A QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA.**

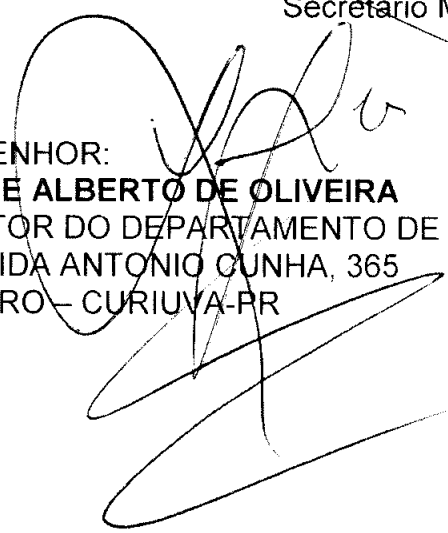
A Secretaria Municipal de Saúde recebeu incentivo financeiro proveniente da Resolução 858/2022-SESA, recurso para aquisição de 03 (três) **VEÍCULOS 0KM** que serão utilizados no transporte sanitário de pacientes do Município.

Sendo assim, tal aquisição é de suma importância o bem estar da população.

O valor global máximo estimado é de **R\$ 288.105,00 (duzentos e oitenta e oito mil, cento e cinco reais)** conforme Estudo Técnico Preliminar, termo de referência e orçamentos em anexo.

Atenciosamente,


LUIZ VANTUIL AJUZ
Secretário Municipal Saúde


AO SENHOR:
JORGÉ ALBERTO DE OLIVEIRA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 365
CENTRO - CURIÚVA-PR

PROTOCOLADO EM

01, 04 /2024



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

1.1 Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n.14.133/2021).

2.1. O presente termo de referência tem por objeto determinar as condições da futura aquisição de veículos 0 km para suprir as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde.

2.2 A estimativa de quantidade fora estabelecida com base na necessidade de renovação de frota, bem como equivalente ao disposto na Resolução nº 858/2022 – SESA, que estabeleceu a quantidade de veículos a serem adquiridos com o incentivo vinculado.

2.3. O veículo deve conter os mínimos requisitos:

- Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024.
- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.
- Direção elétrica.
- Mínimo de 04 (quatro) Airbags.
- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.
- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.
- Banco do motorista com regulagem de altura.
- Banco traseiro com encosto rebatível.
- Assistente de partida em aclave.
- Ar-condicionado.
- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.
- Alarme antifurto.
- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.
- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.
- Sistema de fixação de cadeiras para crianças “ISOFIX” e “Top Theter”.
- Sistema de freios ABS com “EDB” – distribuição eletrônica de frenagem.
- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.
- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.
- Rodas de aço aro 15”.
- Transmissão manual mínimo 5 marchas.

- Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.

000005

- Porta malas mínimo 300 litros.

- Luz de condução diurna.

- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

2.4. A consulta dos valores foi realizada através de pesquisa de preço, onde também incluiu empresas especializadas da região.

ITEM	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PROPOSTA 04	PROPOSTA 05
Veículo 0km	R\$105.665,00	R\$88.890,00	R\$93.550,00	R\$92.028,45	R\$90.889,92
Valor estimado UNITÁRIO				R\$94.204,67	
Valor estimado GLOBAL				R\$282.614,02	

3. JUSTIFICATIVA

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde possui a necessidade de novos veículos, devido a alta demanda de consultas e procedimentos em outros municípios. É imprescindível a renovação da frota, porquanto há necessidade de revisões periódicas nos veículos da Secretaria de Saúde.

3.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde recebeu Incentivo Financeiro de Investimento para o transporte Sanitário, para a aquisição de 03 (três) veículos 0 km, através das resoluções 858/2022 e 769/2019.

3.2. A aquisição de novos veículos é fundamental para garantir a locomoção segura e eficiente dos usuários atendidos nas unidades de saúde.

3.2.1. O transporte sanitário eletivo é aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações, previsíveis de atenção programada, no próprio município e em outros municípios de referência em atendimento em saúde.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A aquisição dos veículos será realizada mediante licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva nota de empenho.

5.2. É de responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.3. A entrega do objeto é de inteira responsabilidade da contratada, que deverá dispor de pessoal para o descarregamento, arcando com todos os custos na contratação de pessoal para auxiliar no processo.

5.4. O objeto poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. O objeto do contrato será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por Gestor e Fiscal do contrato, abaixo designados, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.6. Os veículos serão licenciados e o primeiro emplacamento em nome do Município de Curiúva/PR.

5.7. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Rua Alberto Martins Borges, nº 262, Centro, Curiúva/PR – CEP 84280-000.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o fornecedor, efetuando os pagamentos de acordo com o edital.

6.2. Permitir o acesso do pessoal do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o Objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente

instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta. 007

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os objetos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

7.3. Substituir, no prazo de 10 (dez) dias e sem ônus para a Administração Municipal o objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

7.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

7.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.6. Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

7.7. Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

7.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.9. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do Objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

7.10. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca do fornecimento a ser executado, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação.

7.11. Quando necessário, disponibilizar profissional(is) técnico(s) devidamente credenciado(s) que será(ão) responsável(is) pelo cumprimento do objeto desta licitação e serão o(s) elemento(s) de contato com esta municipalidade.

7.12. Fornecer peças e serviços de assistência técnica dentro do prazo de garantia, a contar da data da emissão da Nota Fiscal. O termo de garantia deverá vir em português com informações do veículo, e locais credenciados para execução de serviços de garantia. Caso o veículo necessite, por algum motivo, se deslocar para um local de serviços de garantia e o mesmo não se encontrar em situação de ir rodando, fica a cargo do fornecedor o transporte do veículo até o local de serviço. Além disso, se o serviço de garantia durar mais de 10 (dez) dias o contratado deverá enviar outro veículo no lugar com igual condição, ou melhor.

7.13. Fornecer marca, fabricante, modelos, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos ofertados, onde deverá constar as características, permitindo a consistente avaliação dos itens.

7.14. Informar na nota fiscal o número do item, prazo de garantia e informações do veículo, número do pregão e do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em nenhuma hipótese.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E GESTOR

9.1. Nos termos do artigo 117, da Lei de Licitações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado.

9.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.4. Os servidores municipais designados como Gestor e Fiscal de contrato são os seguintes:

GESTOR DE CONTRATO: Douglas Delfino

FISCAL DE CONTRATO: Roberval da Silva Prestes.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

10.3. Sendo constatada irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

10.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados. 000009

12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.4. As sanções estão previstas no contrato:

12.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa.

a) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

12.4.2. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e

consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município. 000010

12.4.3. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

12.4.4. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

12.4.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.4.6. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.


12.4.7. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

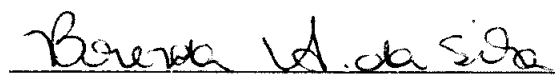
12.4.8. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento SESA nº 858/2022.

Curiúva, 04 de abril de 2024.


Luiz Vantuil Ajuz
Secretário Municipal de Saúde


Brenda Assunção da Silva
Secretaria

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária a ser utilizada à aquisição dos bens acima BANCO 4678 104-X AGÊNCIA 725-0 CONTA 467-8 BCF C APSUS – INVESTIMENTO 467-8. FAF INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO RESOL 858/2022 PROC 20.145.871-4. R\$ 195.000,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO MIL REAIS).

FONTE COMPLEMENTAR 00304 RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS DA SAÚDE/ INDENIZAÇÃO DE SINISTROS (LEILÃO). CONT 117242 BANCO 1-9 AGENCIA 4739-2 CONTA 11724-2.



Prefeitura Municipal de Curiúva - 2023
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS BANCÁRIAS

Período: 31/12/2023 até 31/12/2023

5
7 fonte de recurso complementar

Página: 1

Conta contábil	Saldo anterior	Depósito no período	Retirada no período	Depósito acumulado	Retirada acumulada	Saldo atual
Conta bancária: 117242 - PREF CURIUVA ALIENAÇÃO Banco: 1-9 Agência: 4739-2 Conta: 11724-2	182.086,75	0,00	0,00	0,00	0,00	182.086,75
Fonte de recurso 00304 - Receitas de Alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	182.086,75	0,00	0,00	0,00	0,00	182.086,75
1.1.1.1.1.50.06.01.85.00.00.00 APLIC. PREF CURIUVA ALIENAÇÃO	182.086,75	0,00	0,00	0,00	0,00	182.086,75
Subtotal por conta contábil						
1.1.1.1.1.50.06.01.85.00.00.00 APLIC. PREF CURIUVA ALIENAÇÃO	182.086,75	0,00	0,00	0,00	0,00	182.086,75
Total geral	182.086,75	0,00	0,00	0,00	0,00	182.086,75

Critério de seleção:

Intervalo de fontes de recurso: 00304 até 00304
Ordenação: Por conta bancária

21ª REGIONAL DE SAÚDE
FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS, TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS

RELATÓRIO DE PAGAMENTO

DATA DO PAGAMENTO	CREDOR	TIPO	Bco./Ag.	Nº. Conta	DV. CT	OBSERVAÇÃO	VALOR
18/04/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO DE CUSTEIO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APS E SAÚDE BUCAL COMP. MARÇO/2023 PROC. 19.908.967-6	R\$ 19.885,50
04/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas de Capital	104/0725-0	467	8	FAF - INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO RESOL. 858/2022 PROC. 20.145.871-4	R\$ 195.000,00
09/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO DE CUSTEIO DO PROGRAMA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APS E SAÚDE BUCAL COMP. ABRIL /2023 PROC. 19.908.967-6	R\$ 19.885,50
10/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO EM CARÁTER EMERGENCIAL E EXCLUSIVO PARA A REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS RESOL. 405/2023 PROC. 20.269.486-1	R\$ 5.654,05
18/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO ESTADUAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS E/OU COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO PARANÁ COMP. MAIO/2023 PROC. 19.946.780-8 DAV	R\$ 1.200,00
18/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO ESTADUAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS E/OU COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO PARANÁ COMP. JUNHO/2023 PROC. 19.946.780-8 DAV	R\$ 1.200,00
18/05/2023	FMS DE CURIUVA	Despesas para Uso Imediato	104/0725-0	462	7	FAF - INCENTIVO ESTADUAL PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS E/OU COMUNIDADES NEGRAS TRADICIONAIS DO PARANÁ COMP. JULHO/2023 PROC. 19.946.780-8 DAV	R\$ 1.200,00
23/05/2023	CURIUVA . PREFEITURA MUNICIPAL	Despesas de Capital	001/4739-2	11673	4	PROTOCOLO 18.090.712-2 PARCELA 2 - REF REPASSE DE RECURSOS CONFORME CV 082/2022, PARCELAS 1-10/10, PROC 18.090.712-2, OBRAS, SESA/OBRAS	R\$ 229.164,34



Prefeitura Municipal de Curiúva - 2023

EXTRATO BANCÁRIO

Período: 04/05/2023 até 04/05/2023

000014

fonte vinda
vinculada

Página 1

tipo	Nr. Lcto	Tipo da operação financeira	Tipo do documento financeiro	Fonte	Dt. Documento	Nr. Documento	Debito	Credito
Banco: 4678		Banco: 104-X Agência: 223-01 Conta: 4678	Banco: 104-X Agência: 223-01 Conta: 4678					0,00
Contabil:	1.1.1.1.1.02.04.06.34.00.00.00	- B.C.EF. C/ MOV- APSUS- INVESTIMENTO EQUIP.	467-8			Saldo anterior:	0,00	0,00
Data:	04/05/2023							
M	15659	Receita Orçamentária	Credito/Depósito Recebido	00362	04/05/2023	05	195.000,00	0,00
Histórico: Realização da receita orçamentária, conta de receita: 2.4.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00, tipo de operação: Receita, fonte de recurso: 00362								
FAF - INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO RESOL 858/2022 PROC. 20.145.871-4								
Origem: Realização da receita orçamentária, número: 10214								
M	15660	Aplicações a Curto Prazo	Depósito Bancário	00362	04/05/2023	70	0,00	195.000,00
Histórico: Transferência entre contas bancárias - Conta de retirada: 4678 / fonte de recurso: 362, Conta de depósito: 4678 / fonte de recurso: 362								
Origem: Transferência entre contas bancárias, lançamento número: 1307								
A soma do dia 04/05/2023 é:							195.000,00	195.000,00
Saldo em 04/05/2023 é:							0,00	0,00
Saldo de movimento:							0,00	0,00
Saldo de aplicação:							0,00	0,00
Saldo total:							0,00	0,00

Legenda do tipo: (M) - Movimento (E) - Estorno

Critérios de seleção

- Conta bancária: 4678 até 4678
- Considera as contas bancárias de movimento
- Imprimir detalhamento (Histórico e origem do lançamento contábil).



SOLICITAÇÃO DE COMPRA – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

INTRODUÇÃO

O Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Data prevista para conclusão do processo: 04/05/2024

1.2 Secretária Participante do Processo.

- ☐ Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
- ☐ Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- ☐ Secretaria Municipal de Assistência Social
- ☐ Secretaria Municipal de Assuntos Governamentais
- ☐ Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
- ☐ Secretaria Municipal de Educação
- ☐ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- ☐ Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
- ☒ Secretaria Municipal de Saúde

1.3 Objeto:

- ☐ Serviço não continuado
- ☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Material de consumo
- ☒ Material permanente / equipamento / veículos.

1.4 Forma de Contratação sugerida:

- ☒ Pregão/Concorrência.
- ☐ Pregão (Registro de Preço).
- ☐ Dispensa/Inexigibilidade.

2 - Descrição sucinta do objeto

Aquisição de veículo 0 (zero) km: Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024, flex, 5 (cinco) portas, cor branca, direção elétrica, mínimo de 04 (quatro) Airbags, cinto de segurança do motorista com ajuste de altura, cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos, banco do motorista com regulagem de altura, banco traseiro com encosto rebatível, assistente de partida em active, ar-condicionado, aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros, alarme antifurto, conjunto de 4 (quatro) alto falantes, computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante, sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter", sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem, trava elétrica das portas com acionamento na chave, vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico, rodas de aço aro 15', transmissão manual mínimo 5 marchas, motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas, porta malas mínimo 275 litros, luz



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000016

de condução diurna, garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

3 - Prioridade da Contratação

- (x) Alta (itens Críticos e Urgentes)
() Média (itens importantes, mas não urgentes)
() Baixa (itens necessários, mas não urgentes)

4- Alguns itens serão cobrados amostra do licitante?

- () Sim. Informados na planilha de itens.
(x) Não

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justificativa da necessidade da contratação

A Secretaria Municipal de Saúde possui alta demanda de consultas e procedimentos em outros municípios da nossa Regional de Saúde. Nossa frota atual encontra-se obsoleta e necessitando de revisões periódicas, sendo imprescindível a renovação da referida frota. Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu, através das resoluções 858/2022 e 769/2019, Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, para aquisição de 03 (três) veículos 0km. Ressalta-se que o serviço de transporte de enfermos é de responsabilidade da gestão municipal, e a aquisição de novos veículos é fundamental para garantir o traslado seguro e eficiente dos usuários atendidos nas unidades de saúde. O Transporte Sanitário Eletivo é aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações previsíveis de atenção programada, no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência.

Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

Não há.

3 - MATERIAIS/SERVIÇOS

Item	PROPOSTA 1	PROPOSTA 2	PROPOSTA 3	PROPOSTA 4	PROPOSTA 5
Veículo 0km	R\$105.665,00	R\$88.890,00	R\$93.550,00	R\$92.028,45	R\$90.889,92
Valor estimado unitário				R\$94.204,67	
Valor estimado global				R\$282.614,02	



4 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DA EMPRESA

4.1.1. Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - expedida a partir de novembro de 2014;
- c) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- d) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - Comprovante de Inscrição Cadastral – CICAD;
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- h) Alvará de licença para funcionamento da sede da licitante expedido pelo órgão responsável, exercício 2023;

4.1.3. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo 6;
- b) Não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo 7;
- c) A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo 7;
- d) Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615, conforme Anexo 10.

4.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa falência e concordata, recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.
 - a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
 - a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

4.1.5. Qualificação Técnica

Deverá apresentar com a documentação de habilitação os documentos mencionados abaixo:

- a) Apresentar declaração comprovando que a empresa é autorizada e tem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante/montadora;
- b) Declaração que a proponente possui oficina autorizada da própria concessionária.



4.1.6. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-simile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

4.1.7. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

4.1.8. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

4.1.9. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

4.1.10. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

4.1.11. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.1.12. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5 ANEXOS

Estudo técnico preliminar
Formalização de demanda de Compra
Orçamentos
Termo de referência

6 GESTOR E FISCAIS DE CONTRATO

Gestor de Contrato Titular: LUIZ VANTUIL AJUZ

Gestor de Contrato Substituto:

Fiscal de Contrato: NEILOR JURANDY DA COSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000019

Fiscal de Contrato Substituto:

7 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde

Brenda A. da Silva



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0KM PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Data da Elaboração:

Integrante	Nome	Matrícula
Secretário	Luiz Vantuil Ajuz	
Técnico	Neilor Jurandy da Costa	3201
Técnico	Brenda Assunção da Silva	64378



Introdução

- Exigência Legal: Artigo 18, caput e parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Regulamentação: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- Definição normativa: Estudo Técnico Preliminar – ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;
- Objeto da pretendida contratação: ***AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0KM PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO, VISANDO A QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA.***



1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde possui alta demanda de consultas e procedimentos em outros municípios da nossa Regional de Saúde. Nossa frota atual encontra-se obsoleta e necessitando de revisões periódicas, sendo imprescindível a renovação da referida frota. Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu, através das resoluções 858/2022 e 769/2019, Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, para aquisição de 03 (três) veículos 0km. Ressalta-se que o serviço de transporte de enfermos é de responsabilidade da gestão municipal, e a aquisição de novos veículos é fundamental para garantir o traslado seguro e eficiente dos usuários atendidos nas unidades de saúde

O Transporte Sanitário Eletivo é aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações previsíveis de atenção programada, no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência.

2 – PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A presente aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações, podendo ser localizado no site oficial do Município de Curiúva através do link <http://www.curiuva.pr.gov.br/>, através da aba “Diária Oficial Online” disponível em “<http://www.curiuva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368d1b0>”

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Aquisição dos veículos será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. As propostas das empresas deverão atender as seguintes exigências:

3.1. As empresas deverão fornecer marca, fabricante e modelo, folhetos técnicos ou catálogos dos Produtos ofertados, onde constem as características, permitindo a consistente avaliação dos itens.

3.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos produtos.

3.3. O veículo deverá atender aos requisitos presentes no Termo de Referência/Edital, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências que constam na descrição do objeto.

3.4. O fornecedor está obrigado a informar na NOTA FISCAL o número do item e o prazo de garantia ou validade de cada produto, informações do produto, nº do pregão e nº do contrato.

3.5. O PRAZO DE ENTREGA DOS BENS É DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, contados do (a) recebimento da nota de empenho, e deverá ser entregue no seguinte endereço: Rua Alberto Martins Borges, nº 262, centro, Curiúva/PR – CEP 84280-000.



3.6. O veículo poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.7. O veículo será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.9. O veículo será licenciado e o primeiro emplacamento em nome da Prefeitura Municipal de Curiúva/PR

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa de quantidade fora estabelecida, com base na necessidade de renovação de frota, bem como equivalente ao disposto na resolução nº 858/2022 – SESA, que estabeleceu a quantidade de veículos a serem adquiridos com o incentivo vinculado.

Aquisição de veículo 0 (zero) km:

ITEM	QNTD	ESPECIFICAÇÃO
01	03	<ul style="list-style-type: none">• Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024• Flex, 5 (cinco) portas, cor branca• direção elétrica• Mínimo de 04 (quatro) Airbags,• Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura• Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.• Banco do motorista com regulagem de altura.• Banco traseiro com encosto rebatível,• Assistente de partida em acive,• Ar-condicionado,• Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.• Alarme antifurto.• Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.• Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.• Sistema de fixação de cadeiras para crianças “ISOFIX” e “Top Theter”• Sistema de freios ABS com “EDB” – distribuição eletrônica de frenagem,• Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.• Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.• Rodas de aço aro 15”,• Transmissão manual mínimo 5 marchas.



		<ul style="list-style-type: none">• Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.• Porta malas mínimo 300 litros.• Luz de condução diurna• Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.
--	--	---

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O Levantamento de valores fora realizado através de pesquisa de preços junto a empresas especializadas na nossa região, sendo coletado 5 (cinco) orçamentos (em anexo), para observar os valores praticados no mercado. Na sequência o preço fora ponderado através de média aritmética dos valores praticados em livre concorrência de mercado. Fórmula da média aritmética:

MÉDIA= somatório preços ($x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$) ÷ quantidade (n)

Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/matematica/media-aritmetica.htm#:~:text=Para%20calcular%20o%20valor%20da,soma%20pela%20quantidade%20de%20elementos.> acesso em: 13 de março de 2024

6 – ESTIMATIVA VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado foi obtido através do recebimento da cotação de empresas que atuam no ramo, conforme tabela:

ITEM	PROPOSTA 1	PROPOSTA 2	PROPOSTA 3	PROPOSTA 04	PROPOSTA 05
Veículo 0km conforme especificações constantes no item 4.	R\$ 105.665,00	R\$ 88.890,00	R\$ 93.550,00	R\$ 92.028,45	R\$90.889,92

VALOR MÉDIO DOS VEICULOS: R\$ 94.204,67 (noventa e quatro mil duzentos e quatro reais e sessenta e sete centavos)

O VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO É DE R\$ 282.614,02 (duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e quatorze reais e dois centavos)

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O procedimento selecionado foi o PREGÃO ELETRONICO na modalidade MENOR PREÇO, devido à transparência, competitividade, variedade de opções, agilidade e economia que oferece. Essa modalidade permite a participação de diversos fornecedores, possibilitando uma comparação ampla e rápida dos preços e características dos veículos, resultando em uma compra mais informada e vantajosa para a Secretaria.



8 – JUSTIFICATIVA PARCELAMENTO

Não há perda na compra em um único lote, sim mais vantajoso para o maior desconto, e os itens serão pedidos todos em um único empenho, pois se trata fonte vinculada.

9 – RESULTADO PRETENDIDO

O resultado pretendido é a aquisição de veículos 0km a fim de suprir a demanda de transporte sanitário e assegurar o transporte seguro e eficiente dos pacientes. A referida aquisição visa aprimorar a economicidade e aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Ao adquirir veículos novos, espera-se reduzir os custos de manutenção e reparos frequentes associados a veículos mais antigos, contribuindo para uma gestão financeira mais eficiente. Além disso, a utilização de veículos novos pode resultar em maior confiabilidade e disponibilidade para o transporte de pacientes, minimizando a interrupção dos serviços de saúde.

Com veículos mais modernos e eficientes, também é possível melhorar a produtividade da equipe, reduzindo o tempo de espera e otimizando as rotas de transporte. Dessa forma, a aquisição de veículos 0km para o transporte sanitário não só promove uma gestão mais econômica, mas também contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, garantindo um melhor atendimento aos pacientes.

10 – PROVIDÊNCIAS CELEBRAÇÃO CONTRATO

As providências a serem adotadas para a celebração do contrato estão descritas detalhadamente no termo de referência em anexo, tais como as obrigações do contratante e da contratada, garantia, entrega e critérios de aceitação do objeto, entre outros.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Como contratações correlatas já existentes, podem ser citadas o Processo de Inexigibilidade nº 04/2023 – Referente a aquisição de combustíveis, bem como o Pregão Eletrônico 24/2022 – Referente a aquisição de pneus novos com certificação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – INMETRO, pois são itens indispensáveis na manutenção preventiva e de rotina dos veículos. Já as contratações correlatas que ainda não estão em andamento e serão necessárias futuramente, pode ser citada a contratação de empresa especializada para realizar as revisões periódicas dos veículos.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS



Possíveis impactos ambientais a serem observados incluem a emissão de gases de efeito estufa durante a produção e uso do veículo, até o consumo de recursos naturais na fabricação e descarte. A extração de materiais para a construção dos veículos, a produção de energia para sua fabricação e o descarte de resíduos são alguns dos principais impactos. As medidas a serem tomadas para reduzir referidos impactos incluem priorizar veículos com motores eficientes em termos de consumo de combustível, práticas de manutenção preventiva também devem ser adotadas para prolongar a vida útil dos veículos e minimizar o desperdício, bem como, eventualmente promover o descarte sustentável dos resíduos ao longo do ciclo de vida do veículo.

13 – ANÁLISE DE RISCO

Os itens licitados foram devidamente especificados e quantificados, diminuindo assim os riscos de uma aquisição indesejada ou ineficiente. Diante o planejamento desenvolvido e apresentado nesse instrumento, a Secretária Municipal de Saúde tem como propósito uma aquisição eficiente e vantajosa. Alguns dos riscos que podem ser observados são:

RISCO	MEDIDAS A SEREM ADOTADAS
LICITAÇÃO DESERTA	DEVIDO PLANEJAMENTO CONSIDERANDO AS ATUAIS NECESSIDADES E PESQUISA DE PREÇOS ATUALIZADOS
LICITAÇÃO DESERTA	NOVO PLANEJAMENTO PARA POSTERIOR LICITAÇÃO
CONTRATADA SEM A DEVIDA QUALIFICAÇÃO	CONSTAR NO ETP, TERMO DE REFERENCIA E EDITAL OS REQUISITOS IMPRECINDÍVEIS A AQUISIÇÃO
ATRASOS NA ENTREGA E NÃO EXECUÇÃO DO CONTRATO	APLICAÇÃO DE SANÇÕES

14 – CONCLUSÃO

O estudo técnico preliminar para a aquisição de veículos 0km para transporte sanitário destaca a necessidade urgente de renovação da frota da Secretaria Municipal de Saúde. Embasada em incentivos financeiros e planejada com rigor, a aquisição visa melhorar a eficiência, segurança e sustentabilidade do transporte de pacientes. A modalidade de licitação adotada é o pregão eletrônico, assegurando transparência e obtenção dos melhores preços. O estudo aborda também medidas de controle e monitoramento para garantir o sucesso do processo. Em resumo, a aquisição desses veículos visa melhorar os serviços de saúde, garantindo um transporte sanitário mais eficiente e responsável.

LUIZ VANTUIL AJUZ
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

000027

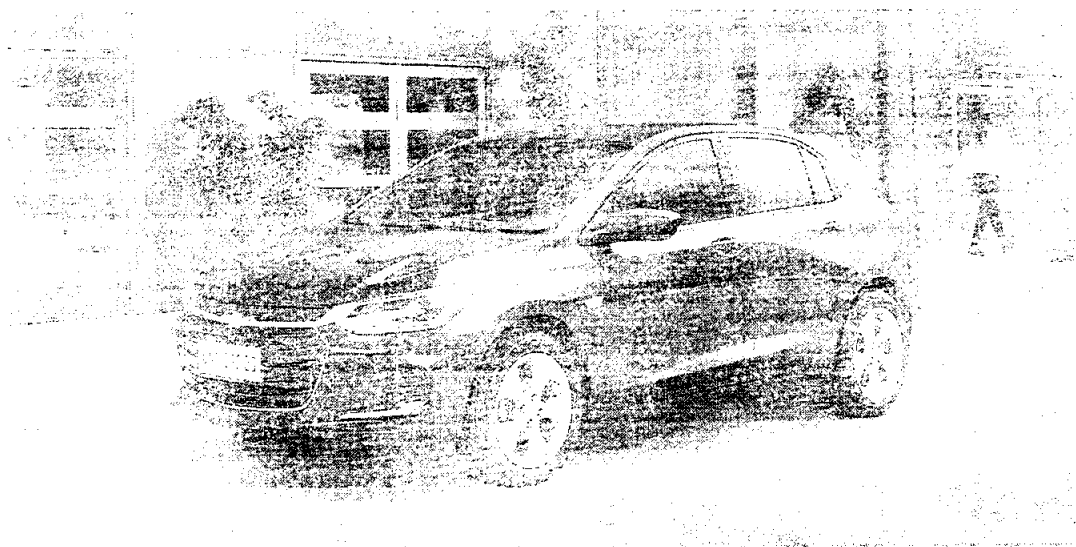
ESTADO DO PARANÁ

NEILOR JURANDY DA COSTA
Técnico

Brenda A. da Silva
BRENDA ASSUNÇÃO DA SILVA
Técnico

Londrina, 14 de fevereiro de 2024.

À
PREFEITURA DE CURIÚVA
CNPJ: 76.167.725/0001-30
A/C DPTO DE COMPRAS



REF. IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

PROPOSTA DE VENDA

Em atenção a vossa solicitação, apresentamos proposta para fornecimento de produto de fabricação de nossa representada como segue:

**Chevrolet Onix LT ASPIRADO 1.0L 2024/2024 - Código
3A48AR/RGH**

O Novo Onix é um carro com personalidade. É o veículo mais vendido do Brasil, além de contar com o motor 1.0L ASPIRADO de 80 cv de 8 cilindros. Abaixo conteúdo da versão proposta:

- ✓ 06 AIRBAGS (DUPLO FRONTAL, DUPLO LATERAL E DUPLO DE CORTINA)
- ✓ ACENDIMENTO AUTOMÁTICO DOS FARÓIS ATRAVÉS DE SENSOR CREPUSCULAR
- ✓ ALARME ANTI-FURTO
- ✓ AR-CONDICIONADO
- ✓ ASSISTENTE DE PARTIDA EM ACTIVE
- ✓ AVISO SONORO E VISUAL DO CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS
- ✓ BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL
- ✓ CHAVE PRESENCIAL
- ✓ PARTIDA NO BOTÃO

Foram 6 Onix
1.0L

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá E - CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1210 Fax: (43) 3377-1229

CNPJ: 05.035.812/0001-88

www.metronorte.com.br



- ✓ CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA
- ✓ CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS LATERAIS E CENTRAL DE 3 PONTOS
- ✓ COMPUTADOR DE BORDO ✓
- ✓ CONJUNTO DE ALTO FALANTES - 4 UNIDADES (2 TWEETERS E 2 DIANTEIROS) ✓
- ✓ CONTROLADOR DE LIMITE DE VELOCIDADE
- ✓ CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE E TRAÇÃO ✓
- ✓ CONTROLES DO RADIO E TELEFONE NO VOLANTE ✓
- ✓ DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA ✓
- ✓ LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA
- ✓ MULTIMÍDIA 7". RADIO AM/FM STEREO. MP3/WMA PLAYER. BLUETOOTH E ENTRADA USB DUPLA (APENAS CARREGAMENTO)
- ✓ RODA DE AÇO ARO 15" COM CALOTAS INTEGRAIS • SISTEMA DE FIXAÇÃO DE CADEIRAS PARA CRIANÇAS ("ISOFIX E TOP TETHER") ✓
- ✓ SISTEMA DE FREIOS COM ABS. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE FRENAGEM ("EBD") E ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM DE URGÊNCIA ("PBA") ✓
- ✓ TRANSMISSÃO MANUAL DE SEIS VELOCIDADES
- ✓ TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE ✓
- ✓ VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS COM ACIONAMENTO POR "UM TOQUE". ANTIESMAGAMENTO E FECHAMENTO/ABERTURA AUTOMÁTICA PELA CHAVE ✓
- ✓ VEÍCULO COM 1º EMPLANTAMENTO EM NOME DO ENTE REQUISITANTE
- ✓ VEÍCULO ADESIVADO CONFORME PADRÃO DA SECRETARIA SOLICITANTE
- ✓ 3 PRIMEIRAS REVISÕES INCLUSAS
- ✓ FRETE INCLUSO

Chevrolet Onix LT ASPIRADO 1.0L 2024/2024 - Código

5A48AR/RGH

Cor: Branco

PREÇO VENDA PREFEITURA DE CURIUVA: R\$ 105.665,00 (CENTO E CINCO SEISCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS) valor unitário

Cortesia: Jogo de Tapetes Metronorte

- Prazo de Pagamento: 10 (dez) dias contados do recebimento do bem;
- *Oferta válida por 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão, de acordo com a disponibilidade do fabricante.
- *Valores sujeitos a alterações sem aviso prévio, de acordo com a tabela de preços, condições comerciais definidas pela GM e ou, alterações nos percentuais de IPI definidas pelo Governo Federal.
- Prazo de entrega de 120 dias

A disposição,

Gustavo G. Takashe
Vendas

Gustavo Godoy Takashe

Consultor de Vendas – Metronorte

(43) 99192-0204

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 – Londrina – PR – Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1229

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br



000030

O que é o Isofix, o top tether e outras coisas que você deve saber sobre assentos de carro.



Quando soube que, pela primeira vez, começaria a viajar com meu bebê, fiquei muito feliz e feliz, mas também com um pouco de preocupação.

Apesar de ter me informado sobre a importância de usar o cinto de segurança do bebê, não sabia exatamente como fazer isso corretamente. Então, comecei a pesquisar e descobri que existem algumas coisas que eu não sabia, como a importância de usar o cinto de segurança do bebê e a importância de usar o cinto de segurança do bebê.

Quando soube que, pela primeira vez, começaria a viajar com meu bebê, fiquei muito feliz e feliz, mas também com um pouco de preocupação.

000031



Isofix: El Isofix é um sistema de fixação da cadeira ao banco do automóvel, cuja principal finalidade é manter a cadeira no lugar para que, em caso de travagem brusca ou colisão, a cadeira não caia para fora do veículo.

É composto por duas ancoragens ou anéis que fazem parte da carroçaria do veículo. O assento é fixado diretamente a estas ancoragens através de barras rígidas, empurrando-o contra os anéis com um simples "clique".

São complementados com um ancoradouro superior (**Top Tether**) ou um inferior (**Support Leg**) para evitar rotação e capotamento.

Quanto à forma, como os **grupos são divididos em assentos de carro**, a forma mais comum de classificá-los é por peso, e nós distinguimos os seguintes grupos:

- **Grupo 0:** Abrange desde o nascimento até 9kg
- **Grupo 1:** Cobre de 9kg a 18kg
- **Grupo 2:** Ocupa de 18kg a 25kg
- **Grupo 3:** Corresponde de 25kg a 36kg

Dependendo da cadeira auto que está interessado em comprar, pode encontrar diferentes combinações de grupos para se adaptar às suas necessidades.

Aqui na LM, você pode encontrar qualquer combinação de grupos que se encaixa com o que você está procurando, então não hesite em nos fazer qualquer pergunta, nos ficaremos felizes em resolvê-las.

Por enquanto espero que tenham achado útil este resumo dos conceitos mais relevantes. E lembrem-se, agora começa a maior aventura das vossas vidas, a aventura de serem pais, e na LM queremos acompanhá-los no vosso caminho.

Partilhar Correio



← ANTERIOR

Vantagens de usar roupa de cama...

PROXIMO →

Dicas para o banho do seu bebé

000032



onix lt 1.0 tem regulagem de banco motorista



Shopping

Videos

Imagens

Notícias

Mais

Ferramentas

Site

Aproximadamente 79.600 resultados (0,31 segundos)

Chevrolet Onix LT 1.0 2024:

Banco do motorista com regulagem de altura. Bluetooth para até 2 celulares simultaneamente. Câmera de ré, chave com sensor de aproximação. Central multimídia MyLink de 8" com Android Auto e Apple CarPlay com projeção sem fio. 10 de abr. de 2023



Mobiauto

<https://www.mobiauto.com.br> · ... · Novidades Mobiauto

Chevrolet Onix 2024: preços, itens de série e diferenças entre ...



Sobre trechos em destaque



Feedback

As pessoas também perguntam :

Quais carros tem regulagem de banco?

Quais as vantagens do Onix LT?

O que tem o Onix LT?

Onix 1.0 Turbo LT 2021. Onix 1.0 Turbo LTZ 2021. Onix 1.0 LT R\$ 40.496 (com pacote R7I) Airbag duplo, freios ABS, direção hidráulica, ar-condicionado, alarme anti-furto, coluna de direção com regulagem de altura, rodas de aço aro 15, vidros e travas elétricas, faróis com máscara negra, sistema multimídia MyLink. 10 de mar. de 2024



ufsc.br

<https://sist.sistemas.ufsc.br> · publico · bnews

Quais são as versões do Onix LT?

Pesquisar: O que tem o Onix LT?

Como aumentar a altura do banco do carro?

O que significa a sigla LT no Onix?

Qual a desvantagem de comprar um Onix?

Feedback

Vídeos :

ONIX COMO REGULAR BANCO E DIREÇÃO ONIX COMO ...

2:50

YouTube · MESTRE DOS CARROS
22 de jan. de 2023

ONIX 2020 sem regulagem e consumo

7:19

YouTube · GARAGEM RJ
18 de fev. de 2020

Regular altura do banco Prisma, onix, spin... todos os carros GM

1:06

YouTube · CJ De Tudo em Pouco Tempo
10 de set. de 2021



INÍCIOFICHA TÉCNICA

Chevrolet Onix LT 1.0 2024: ficha técnica, preço e itens de série

CONTINUE LENDO



PUBLICIDADE

O **Chevrolet Onix LT 1.0 2024** é um dos modelos de entrada do hatch, que tem câmbio manual, itens de segurança e tecnologia embarcada.

Acompanhe o **Garagem360** e confira a seguir **tudo** sobre o **Chevrolet Onix LT 1.0 2024: ficha técnica, preço, itens de série e motorização**.



(Foto: Divulgação/Chevrolet)

PUBLICIDADE



CONTINUE LENDO

000034

Itens de série

Confira a seguir os equipamentos de série do **Onix LT 1.0 2024**:

VEJA TAMBÉM

Fiat Mobi 2024: ficha técnica, preço e itens de série

Kia Niro 2024: ficha técnica, preço e itens de série

VW Nivus 2024: ficha técnica, preço e itens de série

- Roda de aço High-vent aro 15" com calotas esportivas em dois tons
- Adesivo de coluna na cor preta
- Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo
- Grade frontal com detalhe cromado
- Maçanetas externas na cor do veículo
- Parachoques pintados na cor do veículo
- Seis airbags (duplo frontal, duplo lateral e duplo de cortina)
- Alarme Antifurto
- Alerta de frenagem de emergência
- Aviso sonoro e visual do cinto de segurança para todos os passageiros
- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura
- Cintos de segurança traseiros laterais e central de 3 pontos
- Controle eletrônico de estabilidade e tração
- Indicador de nível de vida de óleo

000035

assistência de frenagem de urgência ("PBA")

- Sistema de imobilização do motor
- Assistente de partida em aclave
- Câmera de ré
- Chave com sensor de aproximação
- Controlador de limite de velocidade
- Desembaçador elétrico do vidro traseiro
- Direção Elétrica Progressiva
- Easy Entry - Abertura das portas através de sensor de aproximação na chave
- Easy Start - Partida sem chave
- Indicador de troca de marchas
- Interruptor para inibir o air bag do lado do passageiro (com indicação visual)
- Tampa de combustível com abertura remota
- Trava elétrica das portas com acionamento na chave
- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras com acionamento por "um toque", antiesmagamento e fechamento/abertura automática pela chave
- Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular
- Brake Light
- Luz de condução diurna
- Luzes laterais indicadoras de direção
- Sistema de luz "siga-me" (faróis permanecem acesos por um período após travamento das portas)
- Sistema de luz "leve-me" (acendimento automático de faróis e lanternas ao destravar as portas)

PUBLICIDADE

COMPARAR



CONTINUE LENDO

000036

Interior do Chevrolet Onix LT 1.0 2024

Veja a seguir os itens de série da parte interna do **Onix LT 1.0 2024**:

- Chevrolet MyLink, com Tela LCD sensível ao toque de 8"
- Integração com smartphones através do Android Auto e Apple CarPlay,
- Rádio AM/FM
- Entrada USB
- Conjunto de alto falantes – 4 unidades (2 tweeters e 2 dianteiros)
- OnStar gratuito (1 mês plano Protect & Connect + 6 meses plano Connect)
- Projeção da tela do smartphone sem o uso de cabo
- Wi-Fi embarcado no veículo para até 7 dispositivos eletrônicos
- Bluetooth para até 2 celulares simultaneamente
- Painel de instrumentos 3,5"
- Ar-condicionado
- Computador de bordo
- Acabamento interno na cor preto "Jet Black"
- Bancos de tecido
- Bancos dianteiros esportivos com encosto de cabeça integrado
- Banco do motorista com regulagem de altura
- Assento traseiro bipartido e rebatível
- Encosto de cabeça do banco traseiro para 3 passageiros com ajuste de altura

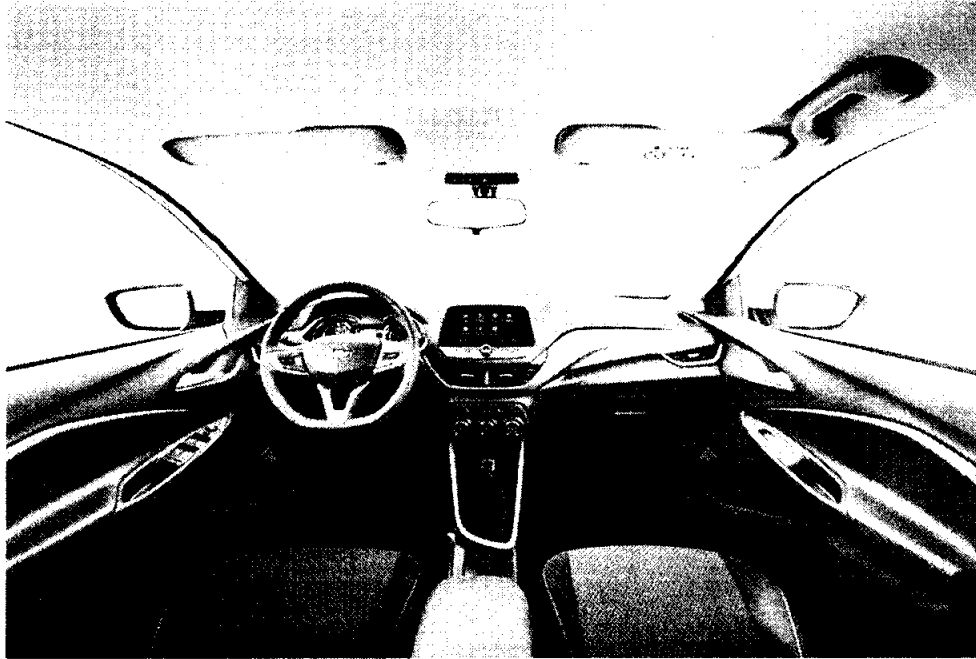
COMPARTILHE



CONTINUE LENDO >

600037

- Tomada de força 12V no console central



(Foto: Divulgação/Chevrolet)

PUBLICIDADE

Motorização e desempenho

O **Onix LT 1.0 2024** traz motor 1.0 flex, de três cilindros em linha e 12 válvulas.

O motor gera 82 cv de potência com etanol e 78 cv com gasolina. O torque é de 10,6 kgfm com etanol e 9,6 kgfm com gasolina.

COMPARTILHE



CONTINUE LENDO

00038

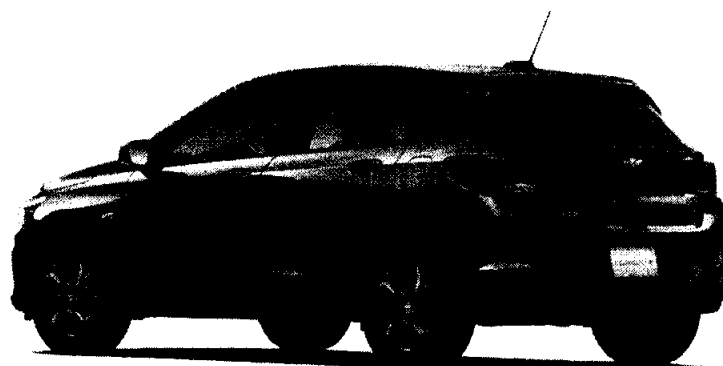
velocidades e tração dianteira.

Consumo do Chevrolet Onix LT 1.0 2024

O **Onix LT 1.0 2024** apresenta as seguintes médias de consumo de combustível:

PUBLICIDADE

- Cidade – 9,4 km/l com etanol e 13,3 km/l com gasolina;
- Estrada – 11,6 km/l com etanol e 16,6 km/l com gasolina.



(Foto: Divulgação/Chevrolet)



00039

preço inicial de **R\$ 92.150**.

Para ver os valores de outros veículos disponíveis no mercado nacional, acesse a Tabela Fipe do Garagem360 e confira os preços atualizados.

Para ficar por dentro de tudo o que acontece no ramo automotivo, fique ligado no Garagem360 e confira todas as informações sobre o mercado automotor.

Além disso, acesse carros da Chevrolet para conhecer todos os modelos da montadora.

Confira a seguir a ficha técnica do Chevrolet Onix LT 1.0 2024:





CHEVROLET BRASIL | NOVO ONIX 2024



Comparar versões

Antes de escolher seu novo carro, consulte todos os modelos e versões da Chevrolet disponíveis para você. Assim, você encontrará o carro ideal para você e sua família, ou você e seus amigos, ou simplesmente o Chevrolet ideal para esse momento da sua vida.

*Verifique a disponibilidade das versões e features com uma concessionária Chevrolet.

*Imagens meramente ilustrativas.

000040



ONIX 1.0 MT

[Saiba mais](#)



ONIX LT 1.0 MT

[Saiba mais](#)

Motorização

Transmissão

Freios

Direção

Suspensão

Rodas E Pneus

Sistema Elétrico

Dimensões

Capacidades

000041

Tanque de combustível (litros)

44

Porta-malas (litros)

303

Porta-malas (litros - até o teto):

413

Porta-malas (litros - com a 2ª fileira de bancos

1,151

Informações Complementares

Segurança

Itens De Aparência



PONTA GROSSA, 12 DE DEZEMBRO DE 2023.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA-PR

ORÇAMENTO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

CIPAUTO VEÍCULOS LTDA CNPJ 06.105.496/0003-06

01) Veículo: NOVO ONIX HATCH 1.0L ASPIRADO 12V
CÂMBIO MANUAL de 06 MARCHAS/06 A FRENTE E UMA À RÉ
 Modelo: LT MOTOR 3 CC
 Combustível: flexível (álcool/gasolina)
 Potência 82CV com 100% álcool (nova motorização)
 Potência 78CV com 100% gasolina DIREÇÃO: ELÉTRICA PROGRESSIVA ✓
 Ano/Modelo: 2023/2024

Cor: BRANCA

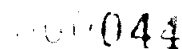
PORTA-MALAS 303L

PREÇO : DE R\$93.550,00

Opcionais de série:

Tanque DE COMBUSTÍVEL 44 LTS

Banco do motorista com regulagem de altura / Bluetooth para até 2 celulares simultaneamente / Câmera de ré / Chave com sensor de aproximação / Chevrolet MyLink, com Tela LCD sensível ao toque de 8", integração com smartphones* através do Android Auto e Apple CarPlay, Radio AM/FM e Entrada USB / Easy Entry - Abertura das portas através de sensor de aproximação na chave / Easy Start - Partida sem chave / Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo / Maçanetas externas na cor do veículo / OnStar / Projeção da tela do smartphone sem o uso de cabo / Roda de aço High-vent aro 15" com calotas esportivas em dois tons / Wi-Fi embarcado no veículo para até 7 dispositivos eletrônicos ** / 06 Airbags (duplo frontal, duplo lateral e duplo de cortina) / Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular / Alarme anti-furto / Arcondicionado / Assistente de partida em active / Aviso sonoro e visual do cinto de segurança para todos os passageiros / Banco traseiro bipartido e rebatível / Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura / Cintos de segurança traseiros laterais e central de 3 pontos / Computador de bordo / Conjunto de alto falantes - 4 unidades (2 tweeters e 2 dianteiros) / Controlador de limite de velocidade / Controle eletrônico de estabilidade e tração / Controles do rádio e telefone no volante / Direção Elétrica Progressiva / Luz de condução diurna / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Sistema de freios com ABS, sistema de distribuição de frenagem ("EBD") e assistência de frenagem de urgência ("PBA") / Transmissão manual de seis velocidades / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras com acionamento por "um toque", anti esmagamento e fechamento/abertura automática pela chave

[illegible]

silvio.pg@cipaauto.com.br



Norpave



Proposta de Venda

Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIUVA
Responsável: SAUDE
CPF/CNPJ: 76.167.725/0001-30



00045

Polo Track

R111Q4 - Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2024

Meu Acabamento Interno

XK - Tecido

R\$ 0,00

Valor do Veículo



R\$ 87.990,00

Minha Cor

B4B4 - Branco Cristal

R\$ 900,00

Cor

R\$ 900,00

Opcionais

R\$ 0,00

Sub Total

R\$ 88.890,00

Valor Total

R\$ 88.890,00

78.625.993/0001-84

NORPAVE VEÍCULOS S/A

AV. TIRADENTES, 1445
JD. SHANGRI-LÁ - CEP 86070-545
LONDRINA - PR

Condições:

O PREÇO REFERÊNCIA fixado nesta proposta é meramente indicativo. O PREÇO DEFINITIVO será determinado na data do faturamento conforme Tabela de Preços Público em vigor. Prazo de entrega de acordo com a disponibilidade do fabricante. Prazo de pagamento de 10 dias, contados a partir da data do faturamento. Informamos que a Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., poderá alterar modelos, materiais, equipamentos e especificações ou descontinuar a produção de qualquer produto sem prévio aviso e sem incorrer em qualquer responsabilidade perante seus concessionários ou demais adquirentes de seus produtos, sem prejuízo no disposto na lei 6729/79. Todos os preços são divulgados em reais (R\$). Preços, prazos, especificações técnicas, itens de série, opcionais, acabamento interno e cores estão sujeitos a alterações pelo fabricante sem aviso prévio. Alguns itens podem estar indisponíveis quando o seu veículo for produzido. Consulte um revendedor sobre a disponibilidade de sua configuração. Pneus são fornecidos e garantidos pelo fabricante.

000699 - Norpave

ROSANGELA APARECIDA MAZON (CONSULTORA DE VENDAS CORPORATIVAS)

Telefone: (43) 3378-2815 / Ramal: 2815

Cel: (43) 9 8824-1298

E-mail: rosangela.mazon@norpave.com.br

Observações:

Cotação: 6890388 Data: 01/03/2024 Modelo: R111Q4'

'MY'24' Ed. '2 As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas. Opcionais: B4B4, XK

Data de validade: 31/03/2024

Avenida Tiradentes, 1445, Jardim Shangrila, Londrina, PR, CEP: 86070-520 | (43) 3378-2828

Polo Track

R111Q4 - Transmissão: Manual - 84 cv - Total Flex - Modelo: 2024

000046

Seus Itens de Série

- Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2) ✓
- Alto-Falantes (4) ✓
- "ESS" - Alerta de frenagem de emergência
- Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros ✓
- Antena de teto
- Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen ✓
- Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura ✓
- Banco traseiro com encosto rebatível ✓
- Chave "canivete" com controle remoto
- Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador
- Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade
- Computador de bordo ✓
- Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS) ✓
- Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro
- Direção elétrica ✓
- Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas
- Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether ✓
- Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem ✓
- "HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas
- Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo
- Para-sóis (espelho no lado do passageiro)
- Rodas de aço aro 15" com pneus 185/65 R15 e supercalotas ✓
- Sistemas de controle da perda de pressão dos pneus
- Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake"
- Sistema de infotainment Media Plus II
- Transmissão manual de 5 velocidades ✓
- Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível ✓
- Tomada USB tipo C
- Vidros elétricos dianteiros ✓
- Volante multifuncional

000699 - Norpave

ROSANGELA APARECIDA MAZON (CONSULTORA DE VENDAS CORPORATIVAS)

Telefone: (43) 3378-2815 / Ramal: 2815

Cel: (43) 9 8824-1298

E-mail: rosangela.mazon@norpave.com.br

Observações:

Cotação: 6890388 Data: 01/03/2024 Modelo: R111Q4' 'MY'24' Ed. '2 As imagens desta cotação, são meramente ilustrativas. Opcionais: B4B4, XK Data de validade: 31/03/2024

Avenida Tiradentes, 1445, Jardim Shangrila, Londrina, PR, CEP: 86070-520 ; (43) 3378-2828

Ficha técnica

Volkswagen Polo Track 2024: Ficha técnica, preço e itens



Josean Santos

• 24 de dezembro de 2023 • Última Atualização 14 de fevereiro de 2024



0



3 minutos de leitura



Foto: Divulgação/V12 Vw Scia

O Volkswagen Polo Track, apresentado como a versão inicial do hatch no mercado brasileiro, chega às concessionárias com uma proposta de valor e qualidade. Com um preço inicial sugerido de R\$ 87.040, o veículo não apenas incorpora características de segurança, conforto e tecnologia, mas também exibe um design mais sofisticado e contemporâneo.

Destacando-se no segmento, o Polo Track se beneficia da renomada plataforma MQB da Volkswagen, garantindo robustez e inovação tecnológica. Além disso, o modelo é reconhecido pelo menor custo de propriedade em sua categoria, uma vantagem significativa para



000048

Foto: Divulgação/V12 Vw Scia

Principais tópicos

- Equipamentos de série do Volkswagen Polo Track 2024
 - Conforto
 - Segurança
 - Conectividade
- Ficha Técnica do Volkswagen Polo Track 2024

Equipamentos de série do Volkswagen Polo Track 2024

Conforto

O Volkswagen Polo Track vem equipado com uma variedade de funcionalidades destinadas a elevar a experiência de condução e conforto. Entre os destaques, está o sistema “HHC” (Hill Hold Control), um assistente tecnológico projetado para auxiliar motoristas em subidas, garantindo uma partida segura e estável. O conforto climático é assegurado por um sistema de ar-condicionado robusto, complementado por um filtro que retém partículas de poeira e pólen, promovendo um ambiente mais saudável dentro do veículo.

Ajustes personalizáveis estão disponíveis através do banco do motorista, que oferece regulação milimétrica de altura, permitindo que condutores encontrem a posição ideal para viagens longas ou curtas. O banco traseiro rebatível aumenta a versatilidade do veículo, facilitando o transporte de objetos maiores. A chave estilo “canivete” incorpora controle remoto, proporcionando conveniência para o acesso e segurança do carro.

Artigos relacionados



Renault Kwid Zen 2024: ficha técnica, preço e itens
🕒 1 de abril de 2024



Ram Rampage 2024: ficha técnica, versões, preço e itens
🕒 1 de abril de 2024

000049

A visibilidade é reforçada por um conjunto de desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro, garantindo clareza em todas as condições climáticas. A estética externa é harmonizada com para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo. O lado do passageiro é agraciado com para-choques equipados com espelhos.

Para a mobilidade, o Polo Track é calçado com rodas de aço de 15 polegadas, envoltas em pneus 185/65 R15 e adornadas com supercalotas, equilibrando durabilidade e estilo. O sistema de travamento elétrico e remoto abrange as portas, porta-malas e tampa de combustível, oferecendo uma camada adicional de segurança e conveniência. Por fim, os vidros elétricos dianteiros sublinham o compromisso do veículo com a comodidade e praticidade moderna.

Segurança

O Volkswagen Polo Track vem equipado com uma série de itens de segurança como o sistema ESS, sigla para Emergency Stop Signal ou Alerta de Frenagem de Emergência, uma tecnologia projetada para avisar os veículos atrás em situações de frenagem intensa. A segurança é reforçada com a inclusão de quatro airbags, dois dianteiros e dois laterais para os ocupantes da frente, assegurando proteção adicional em caso de colisões.



Foto: Divulgação/V12 Vw Sria

O veículo também está equipado com alertas sonoros e visuais para garantir que os ocupantes utilizem os cintos de segurança, tanto nos assentos dianteiros quanto nos traseiros, essenciais para a segurança em viagens. Os cintos de segurança dianteiros oferecem ajuste de altura e pré-tensionador, aumentando a eficácia e o conforto.

No âmbito da estabilidade e controle, o Polo Track incorpora o Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC), Controle de Tração (ASR) e o Bloqueio Eletrônico do Diferencial (EDS), sistemas que trabalham juntos para manter o carro estável e seguro em diferentes condições de condução.

Para famílias com crianças, o modelo conta com o sistema ISOFIX/Top tether, um padrão internacional de fixação de cadeiras infantis que proporciona uma instalação mais fácil e

Conectividade

O Volkswagen Polo Track tem equipamentos de conectividade como dois alto-falantes de alta qualidade e compatibilidade com Bluetooth, permitindo aos usuários desfrutarem de uma experiência áudio imersiva. O modelo também inclui um volante multifuncional, que proporciona maior praticidade e conforto ao dirigir.



Foto: Divulgação/V12 Vw Scia

Além disso, o veículo é equipado com um computador de bordo avançado, entradas USB para carregamento e sincronização de dispositivos móveis e uma antena de teto para melhor recepção de sinal. Juntos, esses itens destacam o Polo Track como uma opção atraente para consumidores que valorizam tecnologia e conectividade em seus veículos.

Ficha Técnica do Volkswagen Polo Track 2024

CARACTERÍSTICAS	DETALHES
Motor	1.0 MPI Flex
Câmbio	Manual de 5 marchas
Combustível	Flex (alcool/gasolina)
Velocidade Máxima	173 km/h
Portas	4
Tração	Dianteira
Direção	Elétrica
Porta-malas	300 litros
Potência	84cv(A) 77cv(G)

CARACTERÍSTICAS	DETALHES
Peso/potência	12,74 kg/cv
Pneus dianteiros	185/65 R15
Pneus traseiros	185/65 R15
Consumo a Etanol	Urbano – 9,6 km/l. Estrada – 10,9 km/l
Consumo a Gasolina	Urbano – 14 km/l. Estrada – 15,4 km/l
Comprimento	4.074 mm
Largura	1.751 mm
Altura	1.471 mm
Entre-eixos	2.566 mm

00051

Siga-nos

000052

Home

Edital nº 00001/2024/2024

Edital nº 00001/2024/2024

Local: São José de Piranhas/PE **Órgão:** MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS **Unidade compradora:** 0000000001 - Prefeitura Municipal de São José de Piranhas
Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 10.123.2000/2000/2000 **Tipo:** Fechado **Modo de disputa:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não
Data de divulgação no PNCP: 20/02/2024 **Situação:** Divulgação no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 21/02/2024 21:30 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 04/03/2024 08:59 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 08924052000168-1-00001/2024 **Fonte:** Estônia, a Companhia em Software S/A

Objeto:

Portal de Compras Públicas - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA DE PESSOAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PE

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 600.722,50

Itens Arquivos Histórico

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
------	-----------	------------	-------------------------	----------------------	----------



1	VEÍCULO TIPO MINIVAN ORIGINAL DE FABRICA, NOVO 0 KM DE PRIMEIRO USO, CONFORME LEI FEDERAL Nº 6789/1976 E DELIBERAÇÃO CONTRAN Nº 04/2008 VENDIDO PELO FABRICANTE OU CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA DO FABRICANTE, MODIFICADA V/2014, AUTOMOTOR, COM NO MÍNIMO 7 SELETORES, MOTOR NO MÍNIMO 1,8 COMBUSTÍVEL FLEX GASOLINA/ETANOL, CÂMBIO MANUAL, NO MÍNIMO 5 MARCHAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELETRICA, PROTETOR DE CARTER, TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS EM TODAS AS JANELAS, AR-CONDICIONADO, ABS E AIRBAG, JOGO DE TAPETES, POTÊNCIA LIG NO MÍNIMO 106CV GASOLINA/ETANOL, VIDRO ELÉTRICO EM 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS, ALARME.	2		R\$ 133.251,12	R\$ 270.502,24	6
2	VEÍCULO TIPO PICK-UP LEVE, C/CABINE SIMPLES, CAPACIDADE MÍNIMA DE 650 KG, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA COM SUSPENSÃO ELEVADA, MOTOR 14, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO 2023, ANO/MODELO 2023, MOTOR, CILINDRADA MÍNIMA DE 1.368 CM³, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 83 CV, FLEX GASOLINA/ETANOL, SELENCIAMENTO ELETRÔNICO, DIAGNÓSTICO PARA IDENTIFICAÇÃO DE FAULTS, TRANSMISSÃO COM 6 VELOCIDADES SINTONIZADAS À FRENTE E LÚMA A RE, CAPACIDADE MÍNIMA TANQUE DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO 35 LITROS, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA 650 KG, SISTEMAS DE FREIOS ABS, ACESSÓRIOS AP CONECCIONADO DE FABRICA, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA, ITENS OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CODIGO NACIONAL DE TRANSITO, GARANTIA MÍNIMA DE 1000 ANO SEM LIMITE DE OULOMETRAGEM	1		R\$ 101.151,34	R\$ 102.175,34	6
3	MOTOCICLETA, MÍNIMO DE 150 CILINDRADAS, ANO 2023, 2024, 0 ZERO KM, SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRÔNICA, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICO, COMBUSTÍVEL GASOLINA E ETANOL, TANQUE DE COMBUSTÍVEL, DE NO MÍNIMO 15,7 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 12,2 CV, SISTEMA DE FREIOS CBS OU CBS, MOTOR 4 TEMPOS, ARREFERECIDO A AR, TRANSMISSÃO DE 5 VELOCIDADES	1		R\$ 21625,44	R\$ 21625,44	6
4	VEÍCULO TIPO PASSAGEIRO 0 KM ÚTIL, QUILÔMETROS, ANO/MODELO 2023/2024, 0,5, PERÍOD FABRICAÇÃO NACIONAL, 5 PASSAGEIROS COM O MOTORISTA, MOTORIZAÇÃO 10 A 12, POTÊNCIA MÍNIMA 80 CV (60,27 CV) FLEX, TRANSMISSÃO MANUAL, DE 5 MARCHAS À FRENTE E LÚA RE, COM AR-CONDICIONADO ORIGINAL DE FABRICA, AIRBAG PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, 4 PORTAS LATERAIS E 1 PORTA TRASEIRA, CAPACIDADE MÍNIMA DO PORTA-MALAS 300 LITROS, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, DE NO MÍNIMO 40 LITROS, DIREÇÃO ELÉTRICA, DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE EIXOS DE 150 CM, ROLHAS FIB, RADIO AM/FM, MP3, CONECCAO ABS, BLUETOOTH, E ANTENA, BASTÃO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, VOLANTE DE DABEAO MULTIFUNCIONAL E VIDRO ELÉTRICO DIANTEIRO, VEÍCULO VENDIDO POR UMA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE, QUELELO PRÓPRIO FABRICANTE, COM O PRIMEIRO REGISTRO DE EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO EM NOME DO ORÇÃO E COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS DE ACORDO COM O CODIGO NACIONAL DE TRANSITO E GARANTIA	3		R\$ 90.899,92	R\$ 272.602,76	6

DO FABRICANTE

Exibir 21 de 4 itens

< Voltar

Origem
000054



Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original. O documento original é de propriedade do Estado e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do Estado.

Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original. O documento original é de propriedade do Estado e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do Estado.

Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original. O documento original é de propriedade do Estado e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do Estado.

Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original. O documento original é de propriedade do Estado e não pode ser reproduzido ou distribuído sem a autorização expressa do Estado.

Imagem não encontrada

Imagem não encontrada

Imagem não encontrada

Home > Editais

Edital nº PCE 109/2023

Publicado em 04/10/2023

Local: Terra Roxa/PR **Órgão:** MUNICÍPIO DE TERRA ROXA **Unidade compradora:** 06001 - Fundo Municipal de Saúde
Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021 Art. 25, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não
Data de divulgação no PNCP: 04/10/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 08/11/2023 09:00 (horário de Brasília)
Data fim de recebimento de propostas: 08/11/2023 09:00 (horário de Brasília)
Id contratação PNCP: 755872040001/0-1-000213/2023 **Fonte:** IPM Sistemas

Objeto:

Adquirir até 04 (quatro) Veículos de Câmbio Manual com 05 (cinco) Velocidades, e 01 (Um) Veículo Câmbio Automático, Zero Quilômetro, Combustível Flex Auto (Modelo 2023/2024) para Superior Para Secretária de Saúde do Município de Terra Roxa-PR, conforme Resoluções SESA 254/2022 e 858/2022.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 200.000,00

Itens Arquivos Histórico



Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Exibir em
--------	-----------	------------	-------------------------	----------------------	-----------

1. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO:
 MARCA: AGEM DIANTEIROS E
 TRANSPORES, RETRASADO E VOLANTE
 COM REGULAGEM DE ALTURA,
 AUTOMATIZADO DIGITAL (PARCIAL E
 TOTAL), INDICADOR DE
 COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE
 VELOCIDADE, LIMBOADOR E LAVADOR
 DE PARA-BRISAS, BOMBA SONALIZADORA
 DE FALHA DE NO MINUTO OIL CO, COM B
 ZAVILAS, MODELO E ANO
 2006, 2007, 2008, SUPERIOR, GARANTIA
 MÍNIMA DE CINQUENTA MESES,
 CONTADOR DA DATA DE EMISSÃO DA
 NÚMERA FISCAL, TABRADO DE PILOTAGEM
 (DISHING) NO INJEETOR (PS) 2
 WWW.SAÚDE.PROVERBIO/PAGINA 7
 IDENTIFICAÇÃO VISUAL FROTA
 ATRIBUIÇÃO ORÇAMENTAL EM SAÚDE
 (TIPO DE CONTRATO) (VERSÃO)

000056

$$1.46 \times 10^{-2} \text{ mol dm}^{-3} \text{ (2 s.f.)}$$
$$6^{\circ} 13' 27''$$

« Voltare



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

■ All 3 of the "endogenous" variables are used

CONTACT 800.477.4001

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.132/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 14/2024

000057

Página 1

Solicitação				
Número	Tipo	Nº solicitante	Emido em	Quantidade de itens
14	Aquisição de Material	1	05/04/2024	1
Solicitante			Processo Gerado	
Código	Nome		Número	
14438-0	LUIZ VANTUIL AJUZ		0/2024	
Local				
120	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Órgão				
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Forma de pagamento				
Descrição			Tipo	
APÓS A EMISSÃO DE EMPENHO E NF			Depósito bancário	
Entrega				
Local			Prazo	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			60 Dias	

Descrição:

AQUISIÇÃO DE VEICULOS 0 KM PRIMEIRO ENPLACAMENTO, NOVO, DESTINADOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Justificativa:

CONFORME MEM N°481/2024

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
014177	VEICULO AUTOMOTOR 0 KM	UN	3,00	94.204,67	282.614,01
	<ul style="list-style-type: none">- Veiculo 0 km, ano/modelo mínimo 2024.- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.- Direção elétrica.- Mínimo de 04 (quatro) Airbags.- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.- Banco do motorista com regulagem de altura.- Banco traseiro com encosto rebatível.- Assistente de partida em acive.- Ar-condicionado.- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.- Alarme antifurto.- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.- Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter".- Sistema de freios ABS com "EDB" - distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.- Rodas de aço aro 15".- Transmissão manual mínimo 5 marchas.- Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.- Porta malas mínimo 300 litros.- Luz de condução diurna.- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.				

TOTAL 282.614,01

TOTAL GERAL 282.614,01

Naiara S Mendes

NAIARA FERREIRA MENDES
Emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000058

SETOR DE LICITAÇÃO

MEMORANDO Nº 09/2024

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
SETOR DE CONTABILIDADE
SETOR JURIDICO
GABINETE

PREZADOS:

Em atenção ao memorando nº 481/2024, da Secretaria Municipal de Saúde, vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria informações sobre recursos e dotações orçamentárias, objetivando a abertura de processo licitatório para **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 0KM PRIMEIRO EMPLACAMENTO, NOVOS, DESTINADOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Após seja encaminhado este processo administrativo ao Setor Jurídico para realização do controle prévio de legalidade, nos termos do art. 53, Lei 14.133/2021.

E, com a informação da existência de dotação orçamentária e parecer jurídico, solicitar autorização ao senhor Prefeito Municipal para a contratação e realização do procedimento licitatório.

Antecipadamente agradecemos.

Curiúva PR, 05 de abril de 2024.



DANIELI BARBOSA PROENÇA
Diretora de Planejamento



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 14/2024

000060

Página 2


Geraldo de Mello
Emissor



PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024

CONTEXTUALIZAÇÃO

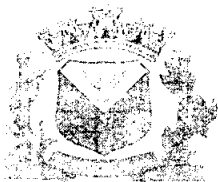
Nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, a Pregoeira, ora consultante, encaminha minuta de edital de procedimento licitatório a ser homologado na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO. Por meio do certame, a Administração Pública Municipal visa contratar empresa para **a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde**. O quantitativo e características do objeto, bem como o preço máximo estimado para o certame estão presentes no Termo de Referência. Existe nos autos documentação comprobatória da pesquisa de preços realizada.

Nesse contexto, os autos foram enviados a este Procurador Jurídico para controle prévio de legalidade, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O parecer tem o objetivo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, e § 5º da Lei nº 14.133/2021. Esse controle se dá nos limites da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Não cabe a este Procurador Jurídico decidir sobre o mérito das contratações entendidas como necessárias, cuja decisão pertence ao Chefe do Poder Executivo, que a exerce por meio de juízo discricionário de oportunidade e conveniência.

Todas as observações expostas neste parecer partem da premissa de que são **verdadeiros e exatos**: os cálculos; as informações; a pesquisa de preços no mercado fornecedor; existência de dotação orçamentária; definição do objeto no que tange à qualidade e quantidade; e



justificativa quanto à efetiva necessidade do objeto. Não constitui tarefa deste órgão jurídico tecer considerações sobre os documentos mencionados, **exceto quando constatado erro ou omissão grosseira do Setor responsável pela sua elaboração.**

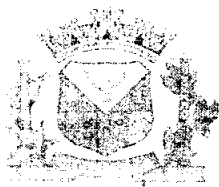
Convém destacar ainda que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações registradas neste parecer constituem-se em recomendações e, caso a Administração opte por não as acatar, recomenda-se que **motive o ato**, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/1999¹. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual **responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.**

Todos os aspectos eminentemente técnicos da licitação são de inteira responsabilidade dos agentes públicos competentes, a quem incumbe zelar pela veracidade das informações prestadas nos documentos anexados, observar as normas legais de regência, e as determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de posterior exame do órgão de Controle Interno (artigos 31, caput, e 74, da Constituição Federal; artigo 169 da Lei nº 14.133/2021).

DA ANÁLISE JURÍDICA

A Constituição Federal, em seu artigo 37, "caput", estabelece que a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da **legalidade** (o qual estabelece que na lei está o fundamento e o limite das ações da administração), **impessoalidade** (segundo o qual devem ser evitados quaisquer favoritismos ou discriminações impertinentes), **moralidade** (que exige do administrador comportamento escorreito e honesto), **publicidade** (impondo que os atos e termos emanados do Poder Público sejam efetivamente expostos ao

¹ "[...] EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL N. 9.784/99. **APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.** [...]" (STJ – AgRg no RMS 25979 GO 2007/0302874-8; Relator: Ministro MARCO AURELIO BRILLIATTE; DJe: 16/04/2013)



conhecimento de quaisquer interessados) e **eficiência** (o qual obriga a Administração Pública a realizar todos os seus atos com o objetivo de promover o bem comum, de maneira eficaz e qualitativa, evitando desperdício e prejuízos ao erário e garantindo maior e melhor rentabilidade social).

Visando à concretização desses princípios, a Constituição Federal determina que a Administração Pública deve realizar licitação prévia para as alienações e contratações de serviços, obras e aquisições (artigo 37, XXI, da Constituição Federal). Também deve realizar licitação para a concessão e permissão dos serviços públicos (artigo 175, da Constituição Federal).

Em suma, a licitação pode ser definida como o procedimento administrativo por meio do qual um ente público, no exercício de sua função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato. Trata-se, portanto, de uma disputa isonômica ao fim da qual será selecionada dentre as propostas apresentadas, aquela que demonstra ser mais vantajosa aos interesses da Administração para realização de obras, serviços, concessões, alienação, compras, entre outros.

A Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório deve ser pautada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias. Além disso, deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

Em linhas gerais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelece as providências e os documentos que devem instruir a fase de planejamento do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**



de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as **considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação**, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital de licitação**;

VI - a elaboração de **minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia**, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

000065

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** da contratação deve conter a descrição da necessidade da contratação, com o desiderato de demonstrar o interesse público envolvido. Também é necessário que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação pretendida pela Administração Pública.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo **deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação**, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento do mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte,



que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, do §1º, do art. 18 transcrito acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Em que pese os elementos acima sejam facultativos, deverão ser apresentadas as devidas justificativas quando não forem contemplados.



Descrição da necessidade da contratação:

A descrição da necessidade da contratação é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da Lei nº 14.133/2021, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração Pública pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado.

Por meio da descrição da necessidade da contratação é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Além disso, é salutar que na descrição da necessidade de contratação seja avaliado se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

É certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente quando prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que a análise sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando os setores competentes a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

No caso concreto, observa-se que **consta** descrição da necessidade administrativa para a contratação.

Da compatibilidade com o plano de contratações anual:



De acordo com o artigo 18, *caput*, da Lei de Licitações, as contratações públicas devem ser compatíveis com o plano de contratações anual.

No caso concreto, a Administração registrou que a demanda está devidamente contemplada no PCA do Município de Curiúva.

Do objeto:

De acordo com o art. 18, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos. Nesse ponto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

A despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente a Administração Pública Municipal definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima; ademais, os requisitos do art. 18, §1º, incisos IV, V e VI foram atendidos.

Conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000069

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84250-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

[...]

Ocorre que **o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos**, descritos no artigo 40, §2º, da Lei de Licitações:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

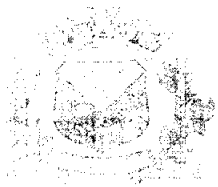
- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes,
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, §3º:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Conforme preceitua o artigo 97 do Código Civil: "*Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam*".



No caso concreto, a Administração não apresentou justificativa para o parcelamento da contratação, de modo que o disposto no art. 18, VIII e §2º, da Lei de Licitações não foi atendido. Constatou-se que os elaboradores do ETP confundiram o parcelamento do objeto com parcelamento do pagamento pelo objeto, de modo que o ETP merece correção nesse ponto. Não houve manifestação alguma sobre a **viabilidade da divisão do objeto em lotes; o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; bem quanto ao dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.**

Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços:

O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. Para as compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;



III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da



contratação, a que se refere o **caput** deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração de risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.

No caso concreto, salvo melhor juízo, houve realização de pesquisa nos termos descritos nas normas aplicáveis.

Levantamento de Mercado:

Uma vez identificada a necessidade da contratação, a próxima etapa será buscar as soluções que tenham o potencial de atendê-la.



O art. 44 da Lei nº 14.133/2021 determina que "*Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa*".

Portanto, a Administração **deve avaliar** os custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis e **indicar** a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. A escolha da solução adotada deve ser expressamente motivada nos autos do processo de licitação. É apropriado mencionar que a alternativa mais vantajosa para a satisfação da necessidade administrativa deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, inciso I, e 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, não faz sentido algum cogitar-se a hipótese de locação do objeto pretendido, devido ao fato de que os recursos são oriundos de incentivo financeiro destinado à compra do objeto. Logo, este Procurador Jurídico compreende que o setor competente cumpriu o disposto no art. 44 da Lei de Licitações.

Análise de riscos:

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a **análise dos riscos**, que consiste em identificar os principais riscos à contratação, avaliar os riscos identificados, mensurando a probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco; tratar os riscos considerados inaceitáveis, através da definição de ações destinadas a reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou de suas consequências.

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

No caso concreto, o ETP elaborou análise de riscos.



Termo de Referência:

Sobre o Termo de Referência, sua definição está prevista no art. 6º da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação oramentária;

Especificamente em relação às compras, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 40, § 1º da Lei de Licitações.



§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;**
- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;**
- III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.**

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;**
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e**
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração do mercado.**

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - o economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;**
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de disco ao conjunto do objeto pretendido;**
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.**

§ 4º Em relação a informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000076

Avenida Antônio Curiúva, 21 - Fone (43) 2545-1222 - CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Especificamente em relação aos serviços, o Termo de Referência também deve conter as exigências do artigo 47, da Lei de Licitações:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

- I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

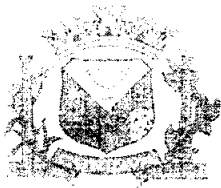
- I - a responsabilidade técnica;
- II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades de Administração.

Importa ressaltar que, nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, **é vedada a aquisição de bens e contratação de serviços enquadrados na categoria de luxo**, definidos no artigo 10, §2º, do Decreto Municipal nº 26/2024 como o bem *"que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal"*.

Além disso, é imprescindível destacar o conteúdo do art. 61 da Lei de Licitações:

Art. 61. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:



I - incluir uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificando, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou no ato de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;

III - vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual;

IV - solicitar, inoportunamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

Parágrafo único - A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante prioritariamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances.

No caso dos autos, a Administração não usará as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo VI da Lei de Licitações.

Além dos aspectos específicos tratados nos tópicos seguintes, vale registrar que o Termo de Referência demanda alguns apontamentos. Contudo, devido à



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Carlos, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

00078

natureza do objeto a ser licitado (produtos de natureza comum), o Termo de Referência existente nos autos cumpre seu mister.

Da não utilização de minuta padronizada de edital e Termo de Referência:

No caso dos autos, verifica-se que a Administração não utilizou modelo padronizado de Termo de Referência, edital ou de qualquer outro documento, haja vista que a Administração Pública do Município de Curiúva ainda não elaborou nenhuma.

Quanto à adoção da modalidade licitatória Pregão:

Quanto à modalidade adotada, a mesma mostra-se adequada, porquanto deve-se adotar o pregão para aquisição de objetos que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (consoante o art. 23, da Lei nº 14.133/2021). Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o de maior desconto, atende o que determina o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

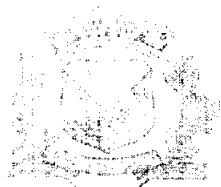
Art. 6º Para os fins desta Lei, considerar-se-

XLII

XLII - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

No caso dos autos, o objeto a ser contratado foi devidamente especificado com as suas especificações usuais de mercado. Também está devidamente indicada a quantidade a ser adquirida.

Conforme expresso na minuta de edital, o critério objetivo escolhido para a obtenção do melhor preço foi o de MENOR PREÇO. O valor máximo aceitável para a contratação consta expressamente no edital e, evidentemente, não possui caráter sigiloso. O modo de disputa será do tipo "aberto".



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000079

Av. Antônio Antonio Cunha, 51, Fone (41) 3.145-1222 CEP 84280-000, Curiúva (PR)
e-mail: secretaria@curiuva.pr.gov.br - e-mail: judicio@curiuva.pr.gov.br

DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

Por força do artigo 46 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (incluindo-se as cooperativas) nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e, para aquisição de bens de natureza divisível, deverá estabelecer quota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

No presente caso, pode-se inferir de que a licitação não é exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte e similares, tendo em vista que o único lote que compõe o objeto ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00. Tendo em vista a indivisibilidade do objeto, não há cota reservada.

Desse modo, a LC 123/2006 foi devidamente observada.

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Salvo nos casos de registro de preços, a previsão de dotação orçamentária certificada pela autoridade competente é indispensável, na forma do art. 167, inciso II da Constituição Federal; no artigo 66, da Lei 4320/64 (Lei de Orçamento), e no artigo 16, §4º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Da análise detida dos autos, verifica-se que o Departamento de Contabilidade apenas informou a existência de reserva orçamentária em montante suficiente para o custeio da despesa.

MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

O artigo 25 da Lei nº 14.136/2021 trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir. No Município de Curiúva



MUNICÍPIO DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

000080

Avenida Antônio Carlos, 61, Fone (41) 3646-1222, CEP 84280-000, Curitiba (PR)
<http://www.curitiba.pr.gov.br> E-mail: juridico@curitiba.pr.gov.br

ainda não há minuta padronizada do edital de pregão, de modo que não poderia ser adotada ao caso.

O artigo 18, Inciso IX, da Lei de Licitação estabelece que a fase preparatória deve ser instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como: **1)** justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto; **2)** justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira; **3)** justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e **4)** justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

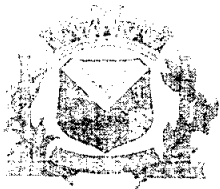
A motivação, a justificativa, a indicação das parcelas de maior relevância/valor, requisitos de qualificação econômico-financeira, critérios de pontuação, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio, exigidos pelo art. 18, Inciso IX, constam no processo.

Qualquer vedação à participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo. No caso concreto, observa-se que o edital **prevê** restrição à participação de interessados, sob a justificativa de que as empresas atuantes no mercado têm, sob suas condições de fornecer o objeto da contratação e de suprir os requisitos do Termo de Referência, concorrendo entre si.

Por meio da leitura do edital, pode-se compreender que a Administração **não usará** nenhuma das faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 41 da Lei de Licitações.

Por fim, a respeito do edital existe o minuta de **Ato de Registro de Preços**, destinado a assegurar o comprometimento de aquisição do objeto pelas futuras contratadas.

Da análise minuciosa do minuta de ARP, pode-se concluir que ela atende as exigências do artigo 92 da Lei de Licitações, tendo presentes em tal instrumento as cláusulas obrigatórias que guardam pertinência com a natureza do objeto, no modo que não há nenhuma correção a ser feita.



MUNICÍPIO DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

000081

Avenida Getúlio Vargas, 1.561 - Centro (43.30.41.0000) - CEP 81.600-000 - Curitiba (PR)
E-mail: licitacoes@curitiba.pr.gov.br - Site: licitacoes.curitiba.pr.gov.br

É importante citar que na rubrica **Observações**: 1) eventuais incorreções no uso da língua portuguesa (tais como erros de ortografia, de concordância e regência verbal e nominal); 2) incorreções na formatação utilizada no texto; 3) falhas na numeração de itens e subitens dos ramos. A pregoeira deve atentar-se para corrigir eventuais falhas nesse sentido antes de publicar o edital.

Em sequência, atendidos os requisitos legais e procedimentais para continuidade da contratação, o Departamento de Licitações deverá prosseguir com as seguintes etapas, a título informativo, na que couber:

1) Publicação do edital no RMP, e de seu extrato no Diário Oficial do Município e jornal de grande circulação.

O prazo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da divulgação do edital, deve respeitar o prazo mínimo de:

- para aquisição de bens, **8 (oito) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou do maior desconto;

- para serviços comuns e obras e serviços comuns de engenharia, **10 (dez) dias úteis**, quando utilizado critério de julgamento de menor preço ou do maior desconto.

2) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e atendidos os recursos administrativos, o processo licitatório deverá encaminhado à autoridade competente para, se for o caso, **adjudicar o objeto e homologar o procedimento, nos termos do art. 71, Lei nº 14.133/2021.**

3) Após finalização do procedimento de contratação, o Departamento de Licitações responsável deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, com manutenção permanente em site eletrônico oficial da ARP/Paraná e eventuais aditivos no Portal**

2 Art. 54, da Lei 14.133/2021.

3 Art. 55, da Lei 14.133/2021.



Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis (art. 94, inciso I, da Lei 14.133/2021).

Além disso, o Departamento de Licitações **deve disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** os documentos elaborados na fase preparatória que, porventura, não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de licitação, **desde que** seja cumprido o ponto resumidamente elencado a seguir:

Não há justificativa para o parcelamento da contratação, de modo que **o disposto no art. 18, VIII e §2º, da Lei de Licitações não foi atendido**. Os elaboradores do ETP **confundiram o parcelamento do objeto com parcelamento do pagamento pelo objeto**, de modo que o ETP merece correção nesse ponto. Não houve manifestação nem suporte documental sobre a viabilidade da divisão do objeto em lotes; o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; nem quanto ao dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. A depender da nova conclusão sobre esse ponto, é possível que seja necessária a adequação do edital.

Somente após o acatamento da recomendação acima descrita, ou após seu afastamento, **de forma motivada**, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei Federal nº 9.784/1999, e conforme já alertado nas considerações iniciais desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, sem a necessidade de retorno para nova manifestação deste Setor Jurídico.



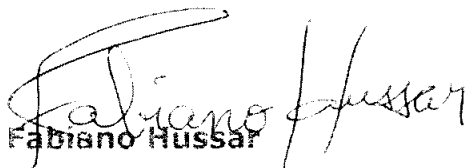
MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

00083

Avenida Antônio Guina, 81. Fone (43) 3545-1222. CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Curiúva/PR, 18.04.2024.


Fabiano Hussar

Procurador Jurídico

OAB/PR 66351



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE

MEM Nº 18/2024 – Licitações

Curiúva, 22 de abril de 2024.

PREZADA SENHORA

Em atenção ao memorando nº 09/2024, do Setor de Licitação, no qual solicita autorização para abertura de processo licitatório objetivando a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, bem como o parecer jurídico retro, venho através deste **AUTORIZAR** a abertura do aludido processo licitatório na forma da Lei.

NATA NAEL
MOURA DOS
SANTOS:605
58040934

Assinado de forma
digital por NATA
NAEL MOURA DOS
SANTOS:60558040
934

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS

Prefeito do Município de Curiúva/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 0085

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO 05/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2024

CONTRATANTE: Município de Curiúva/PR

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 282.614,01 (duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e quatorze reais e um centavos).

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

MODO DE DISPUTA: Aberto

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

DATA DO CERTAME

Data da sessão: 07/05/2024.

Local da realização da sessão: <https://bll.org.br/> - Plataforma: BLL - Compras

INÍCIO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23 de abril de 2024

TERMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 07 de maio de 2023

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 07 de maio 2023

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

ENDEREÇOS:

Email Oficial: licitacoes@curiuva.pr.gov.br

Telefone: (43) 3545-8609

LOCAIS DE PUBLICAÇÃO:

Portal de Transparência do Município: <http://www.curiuva.pr.gov.br/index.php?sessao=b0546033683mb0>

Diário Oficial do Município: <http://www.curiuva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368d1b0>

Mural das Licitações Municipais - www.tce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000086

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024

O Município de Curiúva, Estado do Paraná, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação do objeto abaixo descrito. A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 20/2022, pelo Decreto Municipal 26/2024, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como as suas devidas alterações e demais legislação aplicável e condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

2. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O preço máximo global estimado deste certame está fixado em **R\$ 282.614,01** (duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e quatorze reais e um centavos), conforme tabela contida no Anexo I

2.2. A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da Despesa	Fonte de recurso
2024	02083	10.301.0004-2021	4.4.90.52.48.00	00362

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail: licitacoes@curiuva.pr.gov.br, por petição dirigida ou protocolada para o endereço: Avenida Antonio Cunha, 81, Centro, Curiúva/PR, ou encaminhados preferencialmente em campo próprio do sistema BLL.

3.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados que estiverem previamente credenciados em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br

4.2. A participação da licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. Os participantes deverão atender aos procedimentos previstos no REGULAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES, disponível no <https://bll.org.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos..

5.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.



f) que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

g) cooperativas e empresas reunidas em consórcio.

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras "a" e "b" do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.2.2. O impedimento que trata a alínea "g" é devido pois as empresas atuantes no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o objeto da contratação e de suprir os requisitos do Termo de Referência, concorrendo entre si.

5.3. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

a) A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

a) A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

b) A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

6.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



6.3. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total do item;
- b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;
- c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço;

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada

6.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no termo de referência (Anexo I);

6.9. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data estipulada para a abertura do certame.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item do lote.

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$50,00 (cinquenta reais) sobre o valor unitário do item.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO.

a) A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

d) Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), poderá ser reiniciada a disputa aberta para a definição das demais colocações, sendo as licitantes convocadas para apresentarem lances intermediários.

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

8.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



a) Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

9.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.



9.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.6. Não havendo vencedor para o grupo/ítem de cota reservada, o objeto poderá ser negociado com o vencedor do respectivo grupo/ítem de concorrência geral ou, diante de sua recusa, com as licitantes remanescentes deste grupo/ítem, desde que pratiquem o valor do arrematante.

9.7. Se a licitante for vencedora do grupo/ítem reservado e do grupo/ítem correspondente à concorrência geral, prevalecerá o menor preço ofertado ou negociado.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

10.1. O Pregoeiro solicitará à arrematante que envie, até as 12.00h (doze horas) do dia útil seguinte ao da convocação, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares previstos neste edital.

a) É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

10.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo I;

b) documentação de habilitação, conforme item 13.

10.3. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

c) Cadastro restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, TCE/PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ConsultarImpedidos.aspx>).

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário.

b) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000093

10.5. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de itens da licitação.

10.6. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço do lote.

a) Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

11.2. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

11.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada.

11.4. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal deste município ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

11.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;

b) contiver vícios insanáveis;

c) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

d) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

e) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.5.1. O agente de contratação, o Pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada.

11.6. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.



12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de: a) habilitação jurídica; b) regularidade fiscal, social e trabalhista; c) qualificação econômico-financeira; d) qualificação técnica.

12.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

b) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);

c) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - expedida a partir de novembro de 2014;

e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

12.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:



a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

13.7. Declaração Unificada conforme Anexo II

12.5. Nos casos de licitação fracassada, inclusive quanto ao respectivo grupo/ítem espelho, o Pregoeiro poderá conceder prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, corrigidas das causas que levaram à sua desclassificação/inabilitação.

12.6. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.bli.org.br para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

13.2. Na hipótese de restrição relacionada à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

13.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.5. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.6. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000096

ESTADO DO PARANÁ

15.2.1. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.bll.org.br.

15.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.6. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.4. As sanções estão previstas no contrato:

Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000097

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

15.5. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

15.6. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

15.7. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

15.8. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

15.9. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

15.10. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.11. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio dies interpellat pro homine, previsto no art. 397 do Código Civil).

16. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

16.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 dias a contar da prestação do serviço de do recebimento da referida nota fiscal.

16.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

12.2.1. Sendo constatada irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

12.2.2. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.



16.3. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

16.4. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pela Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa a ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

17.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção. A despesa resultante deste procedimento licitatório correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

18. DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

18.1. De acordo com tema 1130 do Supremo Tribunal Federal, e, determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012, alterada pela IN 2145/2023, o município deve passar a reter o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços a partir da competência de agosto de 2023, sendo assim todos os fornecedores de bens e serviços que transacionam com o município de Curiúva deverão atender as exigências do Decreto Municipal nº 113/2023, conforme a tabela do Anexo I da INRF 1.234/2012.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000099

ESTADO DO PARANÁ

- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) ANEXO I - Termo de Referência
 - a.1) Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - b) ANEXO II – Declaração Unificada Cumprimento de Exigências Legais
 - c) ANEXO III – Minuta do Contrato
 - d) ANEXO IV - Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da BII
- 19.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação. Não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Curiúva/PR.

Curiúva, 23 de abril de 2024.

NATA NAEL
MOURA DOS
SANTOS:6055
8040934

Assinado de forma
digital por NATA
NAEL MOURA DOS
SANTOS:60558040
934

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIANA MARILIA
DA
COSTA:20016102
894

Assinado de forma
digital por LUCIANA
MARILIA DA
COSTA:20016102894

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA
Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

OBJETO: Aquisição de aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, com as características e especificações descritas abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
01	<p>Veículo 0 km, ano/modeio mínimo 2024.</p> <ul style="list-style-type: none">- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.- Direção elétrica.- Mínimo de 04 (quatro) Airbags.- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.- Banco do motorista com regulagem de altura.- Banco traseiro com encosto rebatível.- Assistente de partida em active.- Ar-condicionado.- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.- Alarme antifurto.- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.- Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter".- Sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.	03	94.204,67	282.610,01



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

006101

- Rodas de aço aro 15'. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.			
VALOR TOTAL			282.610,01

Condições de pagamento, conforme o edital

Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias

Validade de proposta: mínimo 60 (sessenta) dias

Garantia mínima: 24 (vinte e quatro) meses

Assinatura do(s) Proponente(s)

Carimbo da firma

CNPJ



TERMO DE REFERÊNCIA

1. SECRETARIA SOLICITANTE

1.1 Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n.14.133/2021).

2.1. O presente termo de referência tem por objeto determinar as condições da futura aquisição de veículos 0 km para suprir as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde.

2.2 A

estimativa de quantidade fora estabelecida com base na necessidade de renovação de frota, bem como equivalente ao disposto na Resolução nº 858/2022 – SESA, que estabeleceu a quantidade de veículos a serem adquiridos com o incentivo vinculado.

2.3. O veículo deve conter os mínimos requisitos:

- Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024.
- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.
- Direção elétrica.
- Mínimo de 04 (quatro) Airbags
- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.
- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.
- Banco do motorista com regulagem de altura.
- Banco traseiro com encosto rebatível.
- Assistente de partida em acive.
- Ar-condicionado.
- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.
- Alarme antifurto.
- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.
- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.
- Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter".
- Sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem.
- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.
- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.
- Rodas de aço aro 15".
- Transmissão manual mínimo 5 marchas.
- Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.
- Porta malas mínimo 300 litros.
- Luz de condução diurna.
- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

2.4. A consulta dos valores foi realizada através de pesquisa de preço, onde também incluiu empresas especializadas da região.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000103

ITEM	PROPOSTA 01	PROPOSTA 02	PROPOSTA 03	PROPOSTA 04	PROPOSTA 05
Veículo 0km	R\$105.665,00	R\$88.890,00	R\$93.550,00	R\$92.028,45	R\$90.889,92
Valor estimado UNITÁRIO					R\$94.204,67
Valor estimado GLOBAL					R\$282.614,02

3. JUSTIFICATIVA

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde possui a necessidade de novos veículos, devido a alta demanda de consultas e procedimentos em outros municípios. É imprescindível a renovação da frota, porquanto há necessidade de revisões periódicas nos veículos da Secretaria de Saúde.

3.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde recebeu Incentivo Financeiro de Investimento para o transporte Sanitário, para a aquisição de 03 (três) veículos 0 km, através das Resoluções 858/2022 e 769/2019.

3.2. A aquisição de novos veículos é fundamental para garantir a locomoção segura e eficiente dos usuários atendidos nas unidades de saúde.

3.2.1. O transporte sanitário eletivo é aquele destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo, regulados e agendados, sem urgência, em situações, previsíveis de atenção programada, no próprio município e em outros municípios de referência em atendimento em saúde.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A aquisição dos veículos será realizada mediante licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva nota de empenho.

5.2. É de responsabilidade da contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.3. A entrega do objeto é de inteira responsabilidade da contratada, que deverá dispor de pessoal para o descarregamento, arcando com todos os custos na contratação de pessoal para auxiliar no processo.

5.4. O objeto poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. O objeto do contrato será recebido



a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por Gestor e Fiscal do contrato, abaixo designados, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.6. Os veículos serão licenciados e o primeiro emplacamento em nome do Município de Curiúva/PR.

5.7. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Rua Alberto Martins Borges, nº 262, Centro, Curiúva/PR – CEP 84280-000.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o fornecedor, efetuando os pagamentos de acordo com o edital.

6.2. Permitir o acesso do pessoal do fornecedor ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Entregar o Objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como, cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os objetos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

7.3. Substituir, no prazo de 10 (dez) dias e sem ônus para a Administração Municipal o objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

7.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

7.5. Prover todos os meios necessários a garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.6. Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

7.7. Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

7.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.9. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do Objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

7.10. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca do fornecimento a ser executado, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação.



7.11. Quando necessário, disponibilizar profissional(is) técnico(s) devidamente credenciado(s) que será(ão) responsável(is) pelo cumprimento do objeto desta licitação e serão o(s) elemento(s) de contato com esta municipalidade.

7.12. Fornecer peças e serviços de assistência técnica dentro do prazo de garantia, a contar da data da emissão da Nota Fiscal. O termo de garantia deverá vir em português com informações do veículo, e locais credenciados para execução de serviços de garantia. Caso o veículo necessite, por algum motivo, se deslocar para um local de serviços de garantia e o mesmo não se encontrar em situação de irrodando, fica a cargo do fornecedor o transporte do veículo até o local de serviço. Além disso, se o serviço de garantia durar mais de 10 (dez) dias o contratado deverá enviar outro veículo no lugar com igual condição, ou melhor.

7.13. Fornecer marca, fabricante, modelos, folhetos técnicos ou catálogos dos produtos ofertados, onde deverá constar as características, permitindo a consistente avaliação dos itens.

7.14. Informar na nota fiscal o número do item, prazo de garantia e informações do veículo, número do pregão e do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, em nenhuma hipótese.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E GESTOR

9.1. Nos termos do artigo 117, da Lei de Licitações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal do contrato, representante da Administração especialmente designado.

9.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.4. Os servidores municipais designados como Gestor e Fiscal de contrato são os seguintes:

GESTOR DE CONTRATO: Douglas Delfino

FISCAL DE CONTRATO: Roberval da Silva Prestes.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação. **10.3.** Sendo constatada



irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

10.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.4. As sanções estão previstas no contrato:

12.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa: **a)** multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c"); **a.2)** A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se justificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento;

b) Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 00107
ESTADO DO PARANÁ

12.4.2. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

12.4.3. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

12.4.4. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

12.4.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.4.6. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

12.4.7. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.4.8. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento SESA nº 858/2022, Fonte 00304.

Curiúva, 04 de abril de 2024

Luiz Vantuil Ajuz

Secretário Municipal de Saúde

Gracina Assunção da Silva

Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000108

ANEXO II - DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

Pregão nº 01/2024

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n.º [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], declara:

1. Estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. Estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
3. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
4. que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
5. que cumpre com todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
6. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social previstas em lei e em outras normas específicas;
7. que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
8. que a proposta protocolada compromete a integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
9. Para prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que o mesmo estipular;
10. Para fins do disposto no inciso VI do art. 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezesseis anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - **deverá fazer a ressalva**);
11. Que atesta, no que for aplicável, o atendimento a política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e data

XXXXXXXXXXXX

Representante legal

CPF xxx.xxx.xx-xx

Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e com o número do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 006109
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO N. XX/2024

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE CURIÚVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 4.286.296-7 PR e o CPF sob o n.º 605.580.409-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Presidente Castelo Branco, 262, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 05/2024, neste ato denominado simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado com sede XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado pelo XXXXXXXXX, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º XXXXXXXX e CPF sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato denominado simplesmente Contratada, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
01	Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante - Sistema de fixação de cadeirinhas para crianças "ISOFIX" e "Top Tether".	03	xxx	xxx



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 00110
ESTADO DO PARANÁ

	<ul style="list-style-type: none">- Sistema de freios ABS com EDB - distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.- Rodas de aço aro 15".- Transmissão manual mínimo 5 marchas.- Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.- Porta malas mínimo 300 litros.- Luz de condução diurna.- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.			
	VALOR TOTAL			XXX

CLÁUSULA SEGUNDA. DO FORNECIMENTO

2.1. Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a CONTRATADA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE os objetos conforme descritos em sua proposta de preços, dos itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2024 e Anexo I.

2.2. A Administração Municipal fará a aquisição mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dar ciência à Autorização de Fornecimento.

2.3. Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

2.4. O objeto da presente licitação deverá ser entregue em, no máximo, **60 (sessenta) dias**, na sede do município.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O Contratante pagará a Contratada, o valor R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme os objetos, quantidades e preços, constantes da proposta da proponente, homologados pelo Prefeito Municipal, de acordo com a necessidade do Contratante, após 60 dias, da sua entrega e da apresentação da respectiva nota fiscal.

3.1.1. O pagamento só será realizado após a conferência de todas as certidões que foram apresentadas no certame, caso aja alguma irregularidade o pagamento será suspenso até que a empresa regularize a situação.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000111

ESTADO DO PARANÁ

3.3. Sendo constatada irregularidade nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção.

3.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei federal 14.133/21, desde que respeite a vigência dos respectivos créditos orçamentários.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

5.1.1. Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

5.1.4. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

5.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

5.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

5.1.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente improbitos, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

5.1.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 006112

ESTADO DO PARANÁ

5.1.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

5.2.1. Constituem obrigações DA CONTRATADA

5.2.1. Entregar o Objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

5.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos o objeto que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

5.2.3. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para a Administração Municipal o Objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

5.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

5.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.2.6. Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

5.2.7. Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.8. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

5.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do Objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

5.2.10. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

5.2.11. Comunicar expressamente a Administração quando do término dos serviços, cuja comunicação deverá ser protocolada perante o Protocolo Geral do Município e dirigida ao Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

000113

6.1. Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DESPESAS

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da Despesa	Fonte de recurso
2024	02083	10.301.0004-2021	4.4.90.52.48.00	00000

CLÁUSULA OITAVA: DOS EFEITOS OBRIGACIONAIS

8.1. O presente contrato é celebrado em conformidade com o edital e anexos presentes no Pregão Eletrônico nº. 05/2024, segundo ditames Lei Federal nº14.133/2021, e alterações posteriores, portanto, para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico acima, quanto a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA NONA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

8.2. O presente instrumento, contrato, poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

8.3. Pela Administração Municipal

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Contrato;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021;
- d) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração Municipal.

8.4. Ocorrendo cancelamento do Contrato o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente instrumento.

8.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Curiúva/PR, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento deste Contrato poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a esta a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

8.7. Havendo o cancelamento do Contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000114

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.4. As sanções estão previstas no contrato:

10.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpra(m) o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o contrato, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, faltar aoendar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, o fornecedor sofrerá o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e, se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a) **multa moratória** de 5,9% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARA MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento;

b) **Suspensão do direito de licitar e de contratar** com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

10.4.2. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exonera a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

10.4.3. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste ao Município de resarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 00115

ESTADO DO PARANÁ

10.4.4. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

10.4.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4.6. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

10.4.7. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.4.8. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA -- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do fiscal do contrato, senhor Roberval da Silva Prestes, a qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA⁰¹¹⁶

ESTADO DO PARANÁ

financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA, TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, para que sejam dirimidas todas e quaisquer dúvidas que se originarem deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E, por assim se acharem justos e contratados assinam o presente em duas vias, de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessas que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Curiúva PR, XXXX de XXXXXX de 2024.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXX
Representante Legal
Contratada

Testemunha

NOME:

CPF:

Testemunha

NOME:

CPF:

Visto da Assessoria Jurídica

NOME:

OAB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000117

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

TERMO DE ADESAO AO SISTEMA DE PREGAO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPE:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

000118

5.1 O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento, Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADOS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

000119

ANEXO IV.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - (LICITANTE DIRETO) INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
2	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:
3	Nome:
	CPF:
	Função:
	Telefone:
	Celular:
	Fax:
	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- A Senha e a Chave Eletrônica de identificação de usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo a Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido.
- O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante.
- A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente a Bolsa para o necessário bloqueio de acesso.
- O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejara a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data.

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA⁰⁰¹²⁰

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV.2 CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Pregões Eletrônicos, Pregões Presenciais em formato WEB; Pregões Eletrônicos de Compra Direta, Cotação Eletrônica de Preços;

Não optantes pelo sistema de registro de preços:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

Optantes pelo sistema de registro de preços:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CELULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – EMPRESAS PRIVADAS SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Pregões Eletrônicos, Pregões em formato Web ou Cotações Eletrônicas:

1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor da adjudicação do lote, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito – SPC/SERASA e outros; e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua senha ou chave eletrônica.

DA UTILIZAÇÃO DE CELULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 000121

ESTADO DO PARANÁ

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

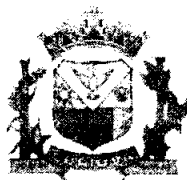
DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATORIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000 000122

CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222

CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação 23/04/2024 10:35:23

Ano 2024

Categoria Licitações

Subcategoria Pregão Eletrônico

Descrição do Arquivo Aviso de Licitação Pregão Eletrônico 05/2024

Dados do Certificado digital

Titular PM CURIÚVA 2024

CPE / CNPJ 76167725000130

Tipo de Certificado e-cnpj

Formato do Certificado A1

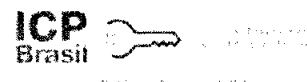
Empresa Expedidora AC SOLUTI Multipla v5

Empresa Certificadora ICP-Brasil

Unidade Organizacional AC SOLUTI v5

Data de Expedição 15/02/2024

Data de Validade 14/02/2025





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA 76167725000130
PUBLICAÇÃO DO ORÇÃO OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em 23/04/2024 10:35:22

CURIÚVA

23

ANO XII | PUBLICAÇÃO DO ORÇÃO OFICIAL Nº 05/2024 | Estado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de conformidade com a Lei Federal Nº Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 20/2022, do Decreto 26/2024, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Pregão Eletrônico objetivando a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde. O edital está disponível no Site www.curiuva.pr.gov.br e www.bll.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até às 8h00min do dia 07 de maio de 2024 e a sessão de disputa terá início às 9h00min do mesmo dia.

Curiúva, 23 de abril de 2024.

LUCIANA MARÍLIA DA COSTA
Pregoeira

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil. Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 23/04/2024
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.

JCN 26 ANOS

CORREIO DO NORTE

DIRETOR GERAL: GÊNESIS MACHADO • TERÇA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2024 • FOLHA 3, 4, 5

www.jornalcn.com.br

Aluno é espancado por colegas em escola onde adolescente foi agredido pelas costas e morreu: 'revolta', diz mãe

Aluno espancado por colegas em escola onde adolescente foi agredido pelas costas e morreu: 'revolta', diz mãe. Por: J. Santos. Foto: J. Santos. (SP) Notícias. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Por J. Santos

Um filho de um adolescente de 14 anos alegou que o filho foi espancado por três colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu após sofrer três paradas cardíacas na última terça-feira (16), quando estava internado na Santa Casa de Curitiba (SC). O jovem precisou de atendimento médico após dois minutos pularem nas costas dele na Escola Estadual de Princesa Delfina, em Praia Grande (SP), no dia 9 de abril.

O pai, Tanabe Breno, mas o estudante de 14 anos, afirmou que o filho foi espancado com tapas e pontapés duas vezes em um único dia dentro da escola onde estava Carlos. As agressões, segundo ele, aconteceram em um dos pátios e em uma sala de aula da escola.

O menino ficou com hematomas e arranhões pelo corpo, mas não sofreu lesões por conta dos golpes.

O sentimento de revolta e dor se desabafou. Tanabe, 42, o pai, é trabalhador e perseguido por dívidas. As dívidas são resolvidas, mas não tem câmeras. Carlos (os agressores) esperam o aluno que queriam fazer

tanabe e Carlos, mas a mãe morreu. São os nomes dos dois meninos.

Tanabe, conhecido pelo apelido de 'Beto', foi agredido no mesmo dia em que Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Segundo ela, o menino relatou em particular ter sido espancado na escola. Tanabe disse ter acusado a diretora que afirmou não ter registrado agressões ao adolescente na escola.

Por fim, ela contou que resolveu o problema comparando a escola na hora da saída e conversando diretamente com os agressores do filho. Pediram desculpas e disseram que não faziam ideia de onde ele estava. Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Secretaria de Educação de SP.

Em meio, o Secretário afirmou que repudia todo e qualquer ato de violência e discriminação dentro da escola. A pasta não tem câmeras, mas também não houve registro de reclamação por parte dos responsáveis pelo estudante no mesmo período.

Atualmente, não se sabe qual o caso de violência do bullying e identificação nas entidades de ensino da rede estadual. A escola gestora afirma os responsáveis e a rede pública. A Rede Estadual de Educação, Conselho Tutelar, quando necessário, além do Programa

de Proteção da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Educação de SP, informou que não tem câmeras.

Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.



Se ele viver com uma dessas lesões, [...] poderia estar sofrendo e sofrendo o que do outro, a respiração e respirar de menos. [...] Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Carlos Teveira morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu. A mãe de Carlos Teveira, 14 anos, morreu de um ataque cardíaco após o filho ser espancado por colegas em uma escola onde Carlos foi agredido pelas costas e morreu.

Criança de 10 anos é atingida por tiro na cabeça enquanto estava em conveniência com o pai, diz Polícia Civil

MENINA FOI LEVADA AO HOSPITAL EM ESTADO GRAVE. O CASO ACONTECEU POR VOLTA DA INTERMITE DE SEVINDA-FEIRA (22), EM PONTA GROSSA.

Por Raphael Costa, g1 PR
e G1 Ponta Grossa

Uma criança de 10 anos foi atingida por um tiro na cabeça enquanto estava em uma conveniência com o pai. O caso aconteceu em Ponta Grossa, no Paraná, por volta de 19h, conforme a Polícia Civil (PC-PR).

Conforme a polícia, a localidade é um bar.

A Polícia Civil (PC-PR) informou que duas pessoas em uma motocicleta passaram pelo local efetuando os disparos.

O caso aconteceu por volta de 19h, conforme a Polícia Civil (PC-PR).

— Como a criança estava no hospital, a Polícia Civil (PC-PR) está trabalhando na cidade de Ponta Grossa, onde a criança estava quando o homicídio aconteceu.

A polícia informou que a criança foi registrada no hospital e levada para o tratamento. A polícia também informou que a criança estava no estabelecimento quando o homicídio aconteceu.



MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS – ESTADO DO PARANÁ

Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 30023/2024

OBJETO: Registro de preços de soro fisiológico para o tratamento intravenoso de pacientes diagnosticados com dengue, zika vírus, chikungunya, contra insetos para uso dos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Endemias e gestantes, a serem adquiridos no âmbito da competência da Secretaria de Saúde de Siqueira Campos, pelo período de 12 (doze) meses.

Valor de abertura do edital: R\$ 380.400,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais).

PROTOCOLO: www.gov.br/compras.

ABERTURA: 06 de maio de 2024 – Hora: 09h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal – Tel: (43) 3371-1112.

EDITAL COMPLETO – www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao e www.gov.br/compras.

Siqueira Campos, 22 de abril de 2024

Juliana Cristina de Souza
Agente de contratação Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTURA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

O MUNICÍPIO DE CURUVA, Estado do Paraná, através da Pregoeira, de nome Luciana Marília da Costa, inscrita no Lei Municipal Nº 14.133/2021, do Decreto nº 1.000/2023, de 14 de maio de 2024, abre o Edital que se encontra a disposição da Pregoeira, para a licitação eletrônica objetivando a aquisição de materiais de consumo, zero Km, primeiro deslocamento em nome do Município de Siqueira Campos à Secretaria Municipal de Saúde. O edital está disponível no SIA www.siqueiracampos.pr.gov.br/sia e www.b1.org.br e as propostas deverão ser anexadas ao sistema até as 8h00min do dia 07 de maio de 2024 e a sessão de disputa será iniciada às 9h00min do mesmo dia.

Curuva, 23 de abril de 2024.

LUCIANA MARILIA DA COSTA
Pregoeira

NATA NAEI MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal



000128

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE CURIUVA – ESTADO
DO PARANÁ**

Ref. **PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2024**

BARI VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0001-89, com sede a RUA DOIS DE SETEMBRO, 499, BAIRRO ITROUPAVA NORTE, MUNICIPIO DE BLUMENAU, SC, CEP: 89.052-000, representada por seu diretor, o **Sr. ANTONIO BORDIN NETO**, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 1940378-5 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 780.956.709-87, neste ato representado por seu procurador **JOSÉ NILSON MENON**, brasileiro, casado, representante em licitações, portador da Cédula de Identidade, RG. nº. 7.866.827-0/SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº. 035.011.849-30, apresentar **IMPUGNAÇÃO** e **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** em face do edital em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito que abaixo seguem:

I. - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ilustre pregoeiro, o julgamento do presente petítório recai sob sua responsabilidade, em vista do que **confiamos na sua lisura, isonomia e imparcialidade**, evitando, assim, a busca do Poder Judiciário para haver a devida apreciação do processo licitatório em apreço, pois apenas almejamos o cumprimento dos ditames da Lei e da Constituição, assim como da Jurisprudência da Corte Máxima de Contas do País.

II. - DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra esclarecer que a presente impugnação, É plenamente tempestiva, visto que, observando o disposto nos itens 3.1 do Edital, impugnamos acerca do ato convocatório dentro do prazo de 03 dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Desta forma, tendo em vista que a sessão de licitação está marcada para dia 07 de maio de 2024, a presente impugnação / esclarecimento está tempestiva.

III. - BARI VEICULOS LTDA – QUEM SOMOS:

O Grupo Barigui, que inclui a empresa **BARI VEICULOS LTDA**, é atualmente o maior revendedor de automóveis e caminhões do Sul do Brasil. Durante sua história, o grupo já comercializou mais de 1 milhão de veículos de marcas renomadas como Fiat, Ford, Renault, Toyota, Lexus, BMW, Mini, Volkswagen, Nissan, Kia, Jeep, Citroën, Hyundai, Caoa Chery e DAF.

Com mais de 30 anos de atuação no mercado, o Grupo Barigui se expandiu significativamente, contando agora com mais de 70 concessionárias. Essa expansão permitiu a criação de empregos para mais de 2700 colaboradores, distribuídos em 18 cidades brasileiras. O grupo é representante de 17 prestigiadas marcas de veículos, consolidando sua posição como líder no setor automotivo na região Sul do país.

IV. DA POTENCIA

O Edital em seu Termo de Referência faz as seguintes exigências:

<ul style="list-style-type: none"> - Rodas de aço aro 15". - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

Ocorre que ao observarmos as características mínimas exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA, verifica-se uma única exigência que pode elevar os valores dos veículos ofertados, sendo ele **POTENCIA MINIMA DE 77CV na gasolina e 80 CV no alcool.**

No entanto, o carro a ser ofertado é o Hyundai HB20, ou seja, 1.0 com 80 CV no Etanol e 75 CV na Gasolina.

Verificando em análise de mercado, verifica-se que veículos de mínimo de 77CV na gasolina, são apenas 02 veículos GM ONIX com 78 CV na gasolina e VW POLO COM 77 CV na gasolina.

Com referida exigência, deixa de fora uma gama de veículos com **potência mínima** inferior na Gasolina, que podem trazer grande economia ao município, com a mesma eficiência.

HATCH	VEÍCULO	COMB.	POTENCIA (CV) GAS
1.0	FIAT MOBI	FLEX	73
1.0	ARGO 1.0	FLEX	72
1.0	HB20 1.0	FLEX	75
1.0	CITROEN C3LIVE	FLEX	71
1.0	PEUGEOT 208 LIKE	FLEX	71

Os veículos de maiores potência, podem custar mais caro, gerando uma despesa desnecessária ao município.

Ocorre que a potência do veículo exigido no termo de referência e a potência dos veículos excluídos, são mínimas e podem ser alteradas pelo Órgão licitante, para que a concorrência apresente um carro, com menor custo, sem alterar significativamente a exigência do Edital.

A delimitação do objeto acaba por restringir as opções disponíveis no mercado, excluindo do certame diversas opções de veículos, plenamente aptos a satisfazer as necessidades do Município, o que acaba por ofender os princípios que regem a Administração Pública e norteadores dos processos licitatórios.

O que se requer é a possibilidade de participar e ofertar a essa digníssima entidade os melhores veículos, sendo assim requerendo a alteração do Termo de Referência em relação a potência, para que possamos ofertar o veículo com potência 75 CV Gasolina e 80CV Etanol.

V. - DO PEDIDO:

Diante de todo o exposto, requer-se a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do edital e termo de referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo de todos os itens previstos, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca, o que impede a participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame. Não sendo este o entendimento deste respeitável órgão, com certeza será do Ministério Público de Contas, o qual provocaremos antes e pós licitação, e não mediremos esforços a fim de viabilizar nossa participação.

Pela republicação do edital, reabrindo o prazo inicialmente previsto, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/1993.

Curitiba, 01 de maio de 2024.



G R U P O

BARIGUI

000132

BARI VEÍCULOS LTDA

JOSE NILSON MENON

RG: 78668270

CPF: 035.011.849-30

REPRESENTANTE LEGAL

BARI VEÍCULOS LTDA

CNPJ/MF 07.461.763/0001-89 – NIRE 42204954741

13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 35508655972-IVO LUIZ ROVEDA; 78096670987-ANTONIO BORDIN NETO; 413003949-FELIX ARCHANJO BORDIN

BARIGUI PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Padre Agostinho, nº 3060, sobreloja, sala 04, bairro Campina do Siqueira, CEP 80.710-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41206138516 em 04/03/2008, inscrita no CNPJ sob o nº 09.605.088/0001-40, neste ato representada por seu administrador, o Sr. **Felix Archanjo Bordin**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 313.115-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.130.039-49, residente e domiciliado na Rua Cel. Dulcídio, nº 907, ap. 901, Bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.420-170; **IVO LUIZ ROVEDA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG 2.218.004-5 SSP/PR e CPF/MF 355.086.559-72, residente e domiciliado na Rua Tadeu Morozowicz, 117, Santa Felicidade, Curitiba-PR, CEP 82.015-156; **ANTONIO BORDIN NETO**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, economista, portador da Carteira de Identidade RG 1.940.378-5-SSP/PR e CPF/MF 780.956.709-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, nº 2575 ap. 801, Hugo Lange, Curitiba-PR, CEP: 80.040-252, e **FELIX ARCHANJO BORDIN**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 313.115-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.130.039-49, residente e domiciliado na Rua Cel. Dulcídio, nº 907, ap. 901, Bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.420-170; **únicos sócios** da sociedade empresária limitada **BARI VEÍCULOS LTDA.**, com sede na Rua Dois de Setembro, nº 420, Loja 01, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.052-000, Registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42204954741 em 30/11/2012, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.461.763/0001-89, deliberam, por unanimidade, alterar e consolidar o seu contrato social, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os sócios por unanimidade deliberam alterar o endereço da sede da sociedade que passa a ser na Rua 02 de Setembro, nº 499, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.052-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: Tendo em vista as deliberações dos itens anteriores, os sócios, por unanimidade, decidem consolidar o contrato social, que vigorará com a seguinte redação:

BARI VEÍCULOS LTDA

CNPJ/MF 07.461.763/0001-89 – NIRE 42204954741

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

BARIGUI PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Padre Agostinho, nº 3060, sobreloja, sala 04, bairro Campina do Siqueira, CEP 80.710-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41206138516 em 04/03/2008, inscrita no CNPJ sob o nº 09.605.088/0001-40, neste ato representada por seu administrador, o Sr. **Felix Archanjo Bordin**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 313.115-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.130.039-49, residente e domiciliado na Rua Cel. Dulcídio, nº 907, ap. 901, Bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.420-170; **IVO LUIZ ROVEDA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG 2.218.004-5 SSP/PR e CPF/MF 355.086.559-72, residente e domiciliado na Rua Tadeu Morozowicz, 117, Santa Felicidade, Curitiba-PR, CEP 82.015-156; **ANTONIO BORDIN NETO**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, economista, portador da Carteira de Identidade RG 1.940.378-5-SSP/PR e CPF/MF 780.956.709-87, residente e domiciliado na Rua Prefeito Angelo Ferrario Lopes, nº 2575 ap. 801, Hugo Lange, Curitiba-PR, CEP: 80.040-252, e **FELIX ARCHANJO BORDIN**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/07/2023 Data dos Efeitos 20/07/2023

Arquivamento 20238842800 Protocolo 238842800 de 18/07/2023 NIRE 42204954741

Nome da empresa BARI VEÍCULOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166755674512569

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/07/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

20/07/2023



13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

RG nº 313.115-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.130.039-49, residente e domiciliado na Rua Cel. Dulcídio, nº 907, ap. 901, Bairro Batel, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.420-170; únicos sócios da sociedade empresária limitada **BARI VEÍCULOS LTDA.**, com sede na Rua Dois de Setembro, nº 499, Itoupava Norte, Blumenau/SC, Cep: 89.052-000; Registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42204954741 em 30/11/2012, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.461.763/0001-89 deliberam, por unanimidade, consolidar o seu contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade gira sob o nome empresarial de **BARI VEÍCULOS LTDA** e nome fantasia "**BARIGUI**". e tem sua sede e foro na Rua Dois de Setembro, nº 499, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.052-000, tendo destacado como valor do capital social da sede a importância de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Único: A sociedade possui as filiais nos seguintes endereços:

- a) **BARI ITAJAÍ**, com o endereço na Avenida Irineu Bornhausen, nº 1.800, sala 02, São João, Itajaí - SC, CEP: 88.304-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0002-60 e NIRE nº 4290101126-1, sendo destacado como valor do capital social desta filial a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) **BARI JOINVILLE**, com o endereço na Rua Abdon Batista, nº 313, Centro, Joinville - SC, CEP: 89.201-010, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0003-40 e NIRE nº 4290101125-2, sendo destacado como valor do capital social da desta filial a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- c) **BARI CAMBORIÚ**, com o endereço na Rua 1500, nº 1995, Centro, Balneário Camboriú - SC, CEP: 88.330-528, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ 07.461.763/0004-21 e NIRE nº 4290101124-4, sendo destacado como valor do capital social da desta filial a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- d) **BARI GUARAPUAVA**, com o endereço na Avenida Manoel Ribas, nº 2898, Conradinho, Guarapuava/PR, CEP 85.055-010, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0005-02 e NIRE nº 41901445456, sendo destacado como valor do capital social da desta filial a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- e) "**BARI PONTA GROSSA**", com endereço na Avenida Dom Pedro II, nº 270, Nova Rússia, Ponta Grossa/PR, CEP 84.053-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0006-93 e NIRE nº 41901445448, sendo destacado como valor do capital social da desta filial a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social: Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; Comércio a varejo de veículos em consignação; Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos; Comércio varejista de lubrificantes; Serviços de manutenção e reparação de automóveis; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos; Serviços de Correspondentes de Instituições Financeiras; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários e Locação de automóveis sem condutor.

§ 1º - As filiais tem por objeto social o Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; Comércio a varejo de veículos em consignação; Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos; Comércio varejista de lubrificantes; Serviços de manutenção e reparação de automóveis; Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/07/2023 Data dos Efeitos 20/07/2023

Arquivamento 20238842800 Protocolo 238842800 de 18/07/2023 NIRE 42204954741

Nome da empresa BARI VEICULOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://registro.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166755674512569

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/07/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

20/07/2023

BARI VEÍCULOS LTDA

CNPJ/MF 07.461.763/0001-89 – NIRE 42204954741

000135

13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

veículos; Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos; Serviços de Correspondentes de Instituições Financeiras; Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários.

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social, que se encontra totalmente subscrito e integralizado, no valor de **R\$ 10.000.002,00 (dez milhões e dois reais)** representados por **10.000.002 (dez milhões e duas)** quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, está assim distribuído entre os sócios:

Nome	Quotas	Valor em R\$	(%)
Barigui Participações Ltda.	9.999.987	R\$ 9.999.987,00	99,99985
Ivo Luiz Roveda	5	R\$ 5,00	0,00005
Antonio Bordin Neto.	5	R\$ 5,00	0,00005
Felix Archanjo Bordin	5	R\$ 5,00	0,00005
Total	10.000.002	10.000.002,00	100,00000

CLÁUSULA QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 14/06/2005 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas e transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - A Sociedade será administrada por três pessoas naturais sócias ou não, designadas pelos sócios na forma da lei. Os Administradores por prazo indeterminado e sob a denominação de Diretores terão poderes para praticar os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, de acordo com o estabelecido neste instrumento, sendo que, (a) para vender, ou hipotecar bens imóveis, será necessária a assinatura conjunta dos três Diretores; e (b) os Diretores poderão exercer, individualmente, a representação ativa, passiva, judicial e extra judicial da sociedade, adquirir bens móveis e imóveis, prestar avais, fianças ou caução de favor, contrair empréstimos e abertura de crédito sob qualquer modalidade, assinar e endossar cheques, nomear procuradores, fixando-lhes os poderes específicos com prazo de validade determinados, revogar instrumento de mandato e enfim administrar e gerir a sociedade com os mais amplos e ilimitados poderes.

CLÁUSULA OITAVA - São designados Administradores, para ocupar os cargos de Diretores, os senhores **IVO LUIZ ROVEDA, ANTONIO BORDIN NETO e FELIX ARCHANJO BORDIN**, qualificados no preâmbulo deste contrato.

Parágrafo Único: Os administradores eleitos declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

20/07/2023

Certifico o Registro em 20/07/2023 Data dos Efeitos 20/07/2023

Arquivamento 20238842800 Protocolo 238842800 de 18/07/2023 NIRE 42204954741

Nome da empresa BARI VEÍCULOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regim.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166755674512569

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/07/2023 por LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

BARI VEÍCULOS LTDA

CNPJ/MF 07.461.763/0001-89 – NIRE 42204954741

000136

13ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA NONA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de suas administrações, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A Sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Os sócios elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR para dirimir quaisquer eventuais dúvidas oriundas do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores, a cumpri-lo fielmente em todos os seus termos.

Blumenau/SC, 17 de Julho de 2023.

FELIX ARCHANJO Assinado de forma digital por
FELIX ARCHANJO
BORDIN:0041300 BORDIN:00413003949
3949 Dados: 2023.07.17 18:27:16
-03'00'

Barigui Participações Ltda
Felix Archanjo Bordin

FELIX Assinado de
forma digital por
ARCHANJO FELIX ARCHANJO
BORDIN:00 BORDIN:00413003
413003949 949
Dados: 2023.07.17
18:29:46 -03'00'

Felix Archanjo Bordin
Sócio

IVO LUIZ Assinado de forma
digital por IVO
ROVEDA:3 LUIZ
55086559 ROVEDA:35508655
72 972
Dados: 2023.07.17
18:26:05 -03'00'

Ivo Luiz Roveda
Sócio

ANTONIO Assinado de forma
digital por ANTONIO
BORDIN BORDIN
NETO:78095 NETO:78095670987
670987 Dados: 2023.07.17
18:19:19 -03'00'

Antônio Bordin Neto
Sócio



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

20/07/2023

Certifico o Registro em 20/07/2023 Data dos Efeitos 20/07/2023

Arquivamento 20238842800 Protocolo 238842800 de 18/07/2023 NIRE 42204954741

Nome da empresa BARI VEÍCULOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166755674512569

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/07/2023 por LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



238842800

000137

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	BARI VEICULOS LTDA
PROTOCOLO	238842800 - 18/07/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204954741
CNPJ 07.461.763/0001-89
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/07/2023
SOB N: 20238842800

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/STATUTO ARQUIVAMENTO: 20238842800

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00413003949 - FELIX ARCHANJO BORDIN - Assinado em 20/07/2023 às 14:27:48

Cpf: 35508655972 - IVO LUIZ ROVEDA - Assinado em 20/07/2023 às 14:25:32

Cpf: 78095670987 - ANTONIO BORDIN NETO - Assinado em 20/07/2023 às 14:38:47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

20/07/2023

Certifico o Registro em 20/07/2023 Data dos Efeitos 20/07/2023

Arquivamento 20238842800 Protocolo 238842800 de 18/07/2023 NIRE 42204954741

Nome da empresa BARI VEICULOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 166755674512569

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/07/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: AUTOBARIGUI COMERCIO DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número CNPJ: 31.264.770/0001-75, com sede na Av. Comendador Franco, nº 6262, no bairro Uberaba, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, CEP: 81.560-000; e suas filiais **AUTOBARIGUI PONTA GROSSA**, endereço na Avenida Visconde de Mauá, nº 2794, Loja 02, Colônia Dona Luíza, Ponta Grossa/PR, CEP: 84.043-000, inscrita no CNPJ sob nº 31.264.770/0002-56, NIRE 41901752987; **AUTOBARIGUI GUARAPUAVA**, com endereço na Avenida Manoel Ribas, nº 3262, Loja 02, Bonsucesso, Guarapuava/PR, CEP: 85.055-010, inscrita no CNPJ sob nº 31.264.770/0003-37, NIRE 41901752995; **AUTOBARIGUI SN PARQUE**, com endereço na Rua General Mario Tourinho, nº 2191, Campina do Siqueira, CEP 80.740-000, Curitiba, PR, inscrita no CNPJ sob nº 31.264.770/0004-18, NIRE 41901811207; **AUTOBARIGUI CAMPINA**, com endereço na Rua General Mario Tourinho, nº 1991, Campina do Siqueira, CEP 80.740-000, Curitiba, PR, inscrita no CNPJ sob nº 31.264.770/0005-07, NIRE 41901843630; **BARIGUI LEXUS**, com endereço da Rua General Mario Tourinho, nº 1991, Loja 02, Campina do Siqueira, CEP 80.740-000, Curitiba, PR, neste ato por seu sócio administrador, **BARI VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número CNPJ: 07.461.763/0001-89, NIRE 42204954741, com sede na Rua Dois de Setembro, nº 499, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.052-000 e suas filiais **BARI ITAJAÍ** com o endereço na Avenida Irineu Bornhausen, nº 1.800, sala 02, São João, Itajaí - SC, CEP: 88.304-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0002-60 e NIRE nº 4290101126-1; **BARI JOINVILLE**, com o endereço na Rua Abdon Batista, nº 313, Centro, Joinville - SC, CEP: 89.201-010, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0003-40 e NIRE nº 4290101125-2; **BARI CAMBORIÚ**, com o endereço na Rua 1500, nº 1995, Centro, Balneário Camboriú - SC, CEP: 88.330-528, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ 07.461.763/0004-21 e NIRE nº 4290101124; **BARI GUARAPUAVA**, com o endereço na Avenida Manoel Ribas, nº 2898, Conradinho, Guarapuava/PR, CEP 85.055-010, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0005-02 e NIRE nº 41901445456; **BARI PONTA GROSSA**, com endereço na Avenida Dom Pedro II, nº 270, Nova Rússia, Ponta Grossa/PR, CEP 84.053-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.461.763/0006-93 e NIRE nº 41901445448, **BARIGUI ÁSIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número CNPJ: 12.348.206/0001-96, NIRE 41206814325, com sede na Avenida das Torres, nº 1900, Bairro São Cristóvão/PR, CEP: 83.040-300 e suas filiais **BARIGUI ÁSIA BLUMENAU**, situada na Rua das Missões, nº 1001, Ponta Aguda, Blumenau, Santa Catarina, CEP: 89.051-000, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0003-58 e NIRE 42901178947; **BARIGUI ÁSIA ITAJAÍ**, situada na Avenida Osvaldo Reis, nº 100, Loja 02, Fazendinha, Itajaí, Santa Catarina, CEP: 88.306-00, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0004-39 e NIRE 42901178955; **BARIGUI ÁSIA JOINVILLE**, situada na Rua Abdon Batista, nº 313, Loja 02, Centro, Joinville, Santa Catarina, CEP: 89.201-010, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0005-10 e NIRE 42901178963; **BARIGUI ÁSIA JARAGUÁ**, situada na Rua Jorge Czerniewicz, nº 12, Loja 02, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP: 89.251-100, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0007-81 e NIRE 42901178980; **BARIGUI ÁSIA PONTA GROSSA**, situada na Avenida Ernesto Vilela, nº 2221, Loja 01, Boa Vista, Ponta Grossa/PR, CEP: 84.070-484, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0008-62 e NIRE 41901829050; **BARIGUI ÁSIA CASCAVEL**, situada na Avenida Brasil, nº 2325, Bairro Região do Lago em Cascavel/PR, CEP: 85.812-500, inscrita no CNPJ nº 12.348.206/0009-43 e NIRE 41901901371, **BARIGUI FRANÇA COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ sob nº 07.764.255/0001-70 e NIRE: 41205596006, Rua XV de Novembro, nº 2400, Bairro Alto da XV, CEP 80.045-270, Curitiba/PR, e suas filiais **BARIGUI CITROEN PARQUE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita perante o CNPJ sob nº 07.764.255/0008-46 e NIRE: 41901734512, Rua Jerônimo Durski, nº 1843, Campina do Siqueira, Curitiba/PR, CEP: 80.710-320 e **BARIGUI PEUGEOT**, pessoa jurídica de direito privado, com sede rua XV de Novembro, nº 2450, Alto da XV,

JK

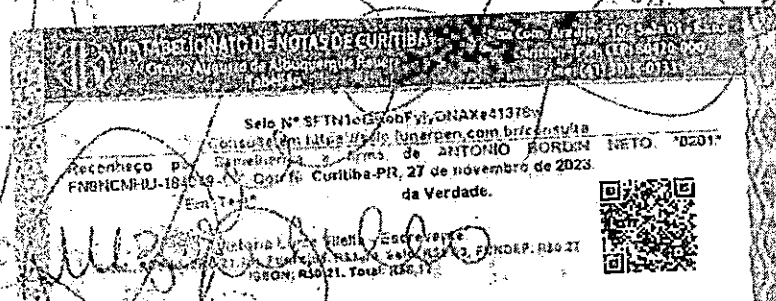
Curitiba/PR, CEP: 80.045-270, **BARIGUI ITACOLOMI**, situada em Curitiba, PR, na Rua Itacolomi, nº 408, Bairro Portão, CEP 81.070-150, inscrita no CNPJ sob nº 79.763.884/0020-59, Nire 41901430971, **ANTONIO BORDIN NETO**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1940378-5 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 780.956.709-87.

OUTORGADO: JOSÉ NILSON MENON, brasileiro, casado, representante em licitações, portador da Cédula de Identidade, RG. nº 7.866.827-0/SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº. **035.011.849-30**, **ADRIANO CARLOS SOUZA VALE**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 31.379, **ANDRÉ LUIZ SOUZA VALE**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob nº 40.192, todos com endereço comercial à Rua 21 de Abril, n.º 406, Alto da Glória, Curitiba – PR.

PODERES: a quem conferem, através de seu representante, os mais amplos e gerais poderes para o fim especial de representá-las perante ao Compras.net ou outros portais de Compras, quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias em geral, bem como nos conselhos regionais e federais, com **finalidade especificada para participar de licitações, em todas as suas modalidades, tomada de preços, concorrências públicas, inclusive modalidades de Pregão Presencial e eletrônico**, podendo apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, firmar compromissos ou acordos, interpor recursos e impugnações, desistir de prazos e recursos, juntar, apresentar e retirar documentos, adquirir editais, fazer, assinar requerimentos de quaisquer natureza, preencher e entregar formulários, requerer, retirar e apresentar certidões de quaisquer naturezas, fazer provas, declarações, enfim, praticar todos os demais atos necessários para o mais fiel e integral cumprimento do presente instrumento. Não podendo substabelecer, no todo ou em parte. **Válida por prazo 12 meses a contar da assinatura.**

Curitiba, 22 de novembro de 2023.


ANTONIO BORDIN NETO
 Sócio administrador
 CPF nº 780.956.709-87



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN
 2º e 1º NOME E SOBRENOME: ANTONIO BORDIN NETO

2689772755

12/08/1978 POZ DE IGUAÇU/PR
 12/11/2022 12/11/2025 **VALID** **0**
 1940378-5 - RESP - PR
 780.956.708-00 03394509707 **0**
 BRASILEIRO
 PLACARDADO BORDIN
 ANA LUIZ OLIVEIRA BORDIN

ACI	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A																					
AI																					
B																					
BI																					
C																					
CI																					

2689772755

CURITIBA/PR

PARANÁ

I<BRA016325885<064<<<<<<<<<<
8103114M3209239BRA<<<<<<<<<<8
JOSE<<NILSON<MENON<<<<<<<<<<



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000142

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

ASSUNTO: Impugnação ao Edital

IMPUGNANTE: BARI VEÍCULOS LTDA

Em resposta à impugnação apresentada pela pessoa jurídica acima mencionada, este Procurador Jurídico tem a aduzir o que segue:

A impugnação foi apresentada tempestivamente, nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, de modo que suas razões devem ser **conhecidas**.

No mérito, a impugnação deve ser **rejeitada**.

Conforme se pode extrair da impugnação apresentada, a impugnante requer a alteração das especificações do objeto licitado.

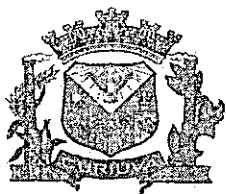
Pois bem.

O Pregão se destina exclusivamente à aquisição de bens e serviços comuns. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 6º, inciso XIII, define o conceito de “bens e serviços comuns”, a saber:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

000143

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Conclui-se que os bens e serviços comuns são aqueles que: (a) tenham um padrão de desempenho e qualidade; (b) o padrão de desempenho e qualidade é passível de ser objetivamente definido no edital; e (c) tal objetividade resulte de especificações usuais no mercado.

É evidente que para se estabelecer o bem ou serviço como “comum” será necessário **exame predominantemente fático e de natureza técnica**, sempre anterior à deflagração do certame.

No que tange à seleção da proposta mais vantajosa, o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021 reforça o poder discricionário do agente público quando aduz que **o processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Ou seja: o objetivo principal é que a contratação com o particular seja adequada às necessidades do serviço público.

Conforme artigos 5º e 34 da Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas deve ser objetivo e realizado em estrita conformidade com os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

No caso, o Município de Curiúva estabeleceu a necessidade de que os veículos sejam equipados com motor 1.0 (cuja potência seja de, no mínimo, 77 cavalos de potência quando usado com gasolina e, no mínimo, 80 cavalos de potência quando utilizado o combustível etanol), 3 cilindros e 12 válvulas.

É certo que os processos licitatórios são um meio para que seja atingida uma finalidade: a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Muitas vezes, a seleção da proposta mais vantajosa **para a Administração Pública** não corresponde à maior vantagem **para o pretenso licitante**. A proposta mais vantajosa é a que atende a todas as características, especificações e requisitos do edital e com o melhor preço. Assim, o melhor preço, por si só, não



é a garantia de obtenção da proposta mais vantajosa. Em virtude desse fato é que o objeto da licitação deve ser bem definido no instrumento convocatório, o que serve também para que as propostas sejam objetivamente julgadas.

Ao contrário do que parece crer a impugnante, não é obrigatório que a Administração Pública descreva o objeto de modo a possibilitar a participação de todas as empresas do ramo existentes no país (tarefa praticamente impossível). O ente público é quem define o objeto do certame de acordo com as suas necessidades. Não há nenhum indício de direcionamento a nenhuma empresa.

Portanto, cabe ao Setor Jurídico concluir que a exigência do edital é pertinente, está em sintonia com a realidade do mercado, bem como é importante para suprir as necessidades da Administração.

É evidente que a licitante deve avaliar se possui as condições necessárias para cumprir o disposto no edital; caso não possua, não deve participar. Não é permitido que as licitantes tentem coagir o Município de Curiúva a se adaptar aos seus caprichos. Dito de outro modo: não é a Administração Pública que deve adaptar-se às conveniências das empresas que tencionam participar do certame; é a licitante quem deve se adequar aos termos do edital.

ANTE O EXPOSTO, o parecer é no sentido de que a impugnação apresentada por BARI VEÍCULOS LTDA deve ser conhecida e, no mérito, deve ser **rejeitada**, mantendo-se incólume o conteúdo do edital do certame.

Curiúva – PR, 6 de maio de 2024.



FABIANO HUSSAR

Procurador Jurídico

OAB/PR 66351

FABIANO HUSSAR
Procurador Jurídico
OAB/PR 66351



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2024

DECIDO acolher integralmente o conteúdo do parecer exarado pelo Setor Jurídico e adotá-lo como motivação para o presente ato decisório, em razão de seus irrepreensíveis e inafastáveis fundamentos (conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019).

Com efeito, DECIDO conhecer o recurso interposto pela BARI VEÍCULOS LTDA; e, no MÉRITO, deve ser julgado IMPROCEDENTE, mantendo incólumes todos os termos do edital de **Pregão Eletrônico 05/2024**.

Curiúva, 06 de maio de 2024.

NATA NAEL MOURA Assinado de forma digital
DOS por NATA NAEL MOURA
SANTOS:60558040934 DOS SANTOS:60558040934

Nata Nael Moura dos Santos

Prefeito Municipal

LUCIANA MARILIA Assinado de forma
DA digital por LUCIANA
COSTA:20016102894 MARILIA DA
COSTA:20016102894

Luciana Marília da Costa
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

000146

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000

CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222

CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	06/05/2024 16:31:55	Ano	2024
Categoria	Licitações	Subcategoria	Pregão Eletrônico
Descrição do Arquivo	Decisão Recurso Administrativo PE 05/2024		

Dados do Certificado digital

Titular	PM CURIÚVA 2024	CPF / CNPJ	76167725000130
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC SOLUTI Multipla v5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	AC SOLUTI v5		
Data de Expedição	15/02/2024	Data de Validade	14/02/2025



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA:76167725000130
PUBLICAÇÃO DO ORGÃO OFICIAL
Data: CURIÚVA/PR/2024
Assinado em 06/03/2024 16:31:54

000147

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)
<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

ASSUNTO: Impugnação ao Edital

IMPUGNANTE: BARI VEÍCULOS LTDA

Em resposta à impugnação apresentada pela pessoa jurídica acima mencionada, este Procurador Jurídico tem a aduzir o que segue:

A impugnação foi apresentada tempestivamente, nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, de modo que suas razões devem ser **conhecidas**.

No mérito, a impugnação deve ser **rejeitada**.

Conforme se pode extrair da impugnação apresentada, a impugnante requer a alteração das especificações do objeto licitado.

Pois bem.

O Pregão se destina exclusivamente à aquisição de bens e serviços comuns. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 6º, inciso XIII, define o conceito de "bens e serviços comuns", a saber:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

Conclui-se que os bens e serviços comuns são aqueles que: (a) tenham um padrão de desempenho e qualidade; (b) o padrão de desempenho e qualidade é passível de ser objetivamente definido no edital; e (c) tal objetividade resulte de especificações usuais no mercado.

É evidente que para se estabelecer o bem ou serviço como "comum" será necessário **exame predominantemente fático e de natureza técnica**, sempre anterior à deflagração do certame.

No que tange à seleção da proposta mais vantajosa, o artigo 11 da Lei Federal nº 14.133/2021 reforça o poder discricionário do agente público quando aduz que **o processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Ou seja: o objetivo principal é que a contratação com o particular seja adequada às necessidades do serviço público.

Conforme artigos 5º e 34 da Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas deve ser objetivo e realizado em estrita conformidade com os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

No caso, o Município de Curiúva estabeleceu a necessidade de que os veículos sejam equipados com motor 1.0 (cuja potência seja de, no mínimo, 77 cavalos de potência quando usado com gasolina e, no mínimo, 80 cavalos de potência quando utilizado o combustível etanol), 3 cilindros e 12 válvulas.

É certo que os processos licitatórios são um meio para que seja atingida uma finalidade: a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Muitas vezes, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública não corresponde à maior vantagem para o **pretenso licitante**. A proposta mais vantajosa é a que atende a todas as características, especificações e requisitos do edital e com o melhor preço. Assim, o melhor preço, por si só, não


FABIANO HUSSAR
Procurador Jurídico
OAB/PR 66351



MUNICÍPIO DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Antônio Cunha, 81, Fone (43) 3545-1222, CEP 84280-000, Curiúva (PR)

<http://www.curiuva.pr.gov.br/> - E-mail: juridico@curiuva.pr.gov.br

é a garantia de obtenção da proposta mais vantajosa. Em virtude desse fato é que o objeto da licitação deve ser bem definido no instrumento convocatório, o que serve também para que as propostas sejam objetivamente julgadas.

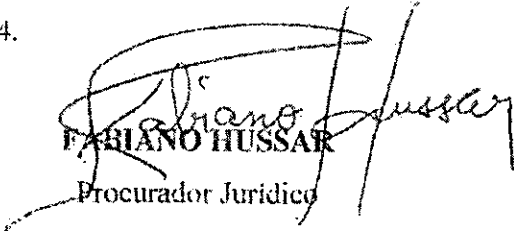
Ao contrário do que parece crer a impugnante, não é obrigatório que a Administração Pública descreva o objeto de modo a possibilitar a participação de todas as empresas do ramo existentes no país (tarefa praticamente impossível). O ente público é quem define o objeto do certame de acordo com as suas necessidades. Não há nenhum indício de direcionamento a nenhuma empresa.

Portanto, cabe ao Setor Jurídico concluir que a exigência do edital é pertinente, está em sintonia com a realidade do mercado, bem como é importante para suprir as necessidades da Administração.

É evidente que a licitante deve avaliar se possui as condições necessárias para cumprir o disposto no edital: caso não possua, não deve participar. Não é permitido que as licitantes tentem coagir o Município de Curiúva a se adaptar aos seus caprichos. Dito de outro modo: não é a Administração Pública que deve adaptar-se às conveniências das empresas que tencionam participar do certame; é a licitante quem deve se adequar aos termos do edital.

ANTE O EXPOSTO, o parecer é no sentido de que a impugnação apresentada por BARI VEÍCULOS LTDA deve ser conhecida e, no mérito, deve ser **rejeitada**, mantendo-se incólume o conteúdo do edital do certame.

Curiúva – PR, 6 de maio de 2024.


FABIANO HUSSAR

Procurador Jurídico

OAB/PR 66351

FABIANO HUSSAR
Procurador Jurídico
OAB/PR 66351



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2024

DECIDO acolher integralmente o conteúdo do parecer exarado pelo Setor Jurídico e adotá-lo como motivação para o presente ato decisório, em razão de seus irrepreensíveis e inafastáveis fundamentos (conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019).

Com efeito, DECIDO conhecer o recurso interposto pela BARI VEÍCULOS LTDA; e, no MÉRITO, deve ser julgado IMPROCEDENTE, mantendo incólumes todos os termos do edital de Pregão Eletrônico 05/2024.

Curiúva, 06 de maio de 2024.

NATA NAEL MOURA Assinado de forma digital
DOS por NATA NAEL MOURA
SANTOS:60558040934 DOS SANTOS:60558040934

Nata Nael Moura dos Santos

Prefeito Municipal

LUCIANA MARILIA Assinado de forma
DA digital por LUCIANA
COSTA:20016102894 MARILIA DA
COSTA:20016102894

Luciana Marília da Costa
Pregoeira

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 09/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA
Data de Publicação: 23/04/2024 13:54:07

LOTE 1

Item: 1 **Quant.: 3** **Unidade: UN** **Val. Ref.: 94.204,67**

Descrição: VEICULO AUTOMOTOR 0 KM - Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças ?ISOFIX? e ?Top Theter?. - Sistema de freios ABS com ?EDB? ? distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15?. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 079	GM/CHEVROLET / ONIX 1.0	103.040,00
PARTICIPANTE 111	Volkswagen / Polo Track	94.200,00
PARTICIPANTE 021	CHEVROLET / ONIX HATCH LT 1.0 ASPIRADO - 2024/2024	94.204,67
PARTICIPANTE 013	Chevrolet / Onix LT 1.0	94.200,00
PARTICIPANTE 039	FIAT / ARGO TREKKING 1.3 FLEX 4P	94.200,00
PARTICIPANTE 018	VW / POLO	98.000,00
PARTICIPANTE 025	GMB / ONIX HB FLEX 82CV 2024-0KM	94.200,00
PARTICIPANTE 023	VOLKSWAGEN / POLO TRACK	94.204,00
PARTICIPANTE 118	VOLKSWAGEN / POLO 1.0 TRACK	94.200,00
PARTICIPANTE 051	CHEVROLET / Onix Hatch 1.0 78/82cv LT	94.200,00
PARTICIPANTE 119	FIAT / ARGO	95.000,00
PARTICIPANTE 106	VOLKSWAGEN / POLO TRACK 1.0 FLEX 2024/2024	104.000,00
PARTICIPANTE 138	VW / NOVO POLO 1.0 TRACK MPI DE ACORDO COM EDITAL	94.000,00
PARTICIPANTE 089	CHEVROLET / ONIX 1.0	115.000,00

Coletto 3R
 Grupo Coletto


ANEXO – PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIUVA PR
 AT. SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

Razão Social: COLETTTO 3R COM. E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Endereço: AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 Bairro: JD. SANTOS DUMONT, Município: OURINHOS Estado: SÃO PAULO
 CEP: 19.908-095, Inscrição no CNPJ: 30.614.830/0001-70. Inscrição Estadual: 495.214.805.119-
 Telefone: (14) 3326.7100-Fax: (14) 3326.710 E-mail da EMPRESA carlos.cachone@coletto3r.com.br

Nome do responsável legal para a assinatura do contrato:

Vem por intermédio de seu representante legal o Sr. Rene Coletto Correa, brasileiro, divorciado, diretor, nascido 25/08/1972, portador da Carteira de Identidade nº 21.286.561 (SSP ESP) e inscrito no CPF nº 069.744.488-05, residente e domiciliado na Alameda Perimetral Leste, nº 41, Royal Park, na cidade de Ourinhos SP CEP 19 907 570
 rene@coletto3r.com.br fone 14 3326 7100cel. 98135 7247-antonio.carlos@coletto3r.com.br

Conta Corrente para pagamento Bradesco agencia 44 c/c 338270-2-cnpj30.614.830/0001-70

OBJETO: Aquisição de aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, com as características e especificações descritas abaixo:

ITEM 01, QUANT.03(TRES) Veículos, VW, POLO TRACK, 0 km, ano/modelo 2024.- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.- Direção elétrica.- airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2) (04 (quatro) Airbags). - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.- Banco do motorista com regulagem de altura.- Banco traseiro com encosto rebatível.- Assistente de partida em acive.- Ar-condicionado.- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.- Alarme antifurto.- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.- Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter".- Sistema de freios ABS com "EDB" -distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros manual. Rodas de aço aro 15", Pneus: 185/65 R15. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, m 84 cv (E) / 77 cv (G), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas 300 litros.- Luz de condução diurna.- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.DE ACORDO COM EDITAL

VALOR UNITARIO DO ITEM 01: R\$94.000,00(noventa e quatro mil reais)

VALOR TOTAL DO ITEM 01 R\$ 282.000,00(duzentos e oitenta e dois mil reais)

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal.

Prazo de Entrega 60(sessenta) dias

Validade da Proposta 60(sessenta) dias

Garantia Mínima de 24(vinte quatro) meses

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

30.614.830/0001-70
 Inscr. Est. 495.214.805.119
COLETTTO 3R COMERCIO E
SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
 Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800
 Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095
OURINHOS - SP

COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Rene Coletto Correa

Diretor, Rg 21.286.561 - CPF nº 069.744.488-05

rene@grupocoletto.com.br

Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 30.614.830/0001-70, Inscr. Estadual 495.214805.119(SP) com sede na cidade Ourinhos, Estado de SP, av. Luiz Saldanha Rodrigues nº 2800, Jardim Santos Dumont

Diagrama MY'25
Polo Track 1.0 MPI - 84 cv *

000153

Transmissão	Model Code	Emissão	Edição
Manual	R111Q4	26.02.2024	X9G/0

Principais itens de série

Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2) ✓
Alto-Falantes (4)
"ESS" - Alerta de frenagem de emergência
Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros
Antena de teto
Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen ✓
Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura
Banco traseiro com encosto rebatível
Chave "canivete" com controle remoto ✓
Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador
Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade
Computador de bordo
Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS)
Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro
Direção elétrica
Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas
Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether
Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem
"HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas ✓
Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo
Para-sóis (espelho no lado do passageiro)
Rodas de aço aro 15" com pneus 185/65 R15 e supercalotas
Sistemas de controle da perda de pressão dos pneus
Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake"
Sistema de infotainment Media Plus II
Transmissão manual de 5 velocidades
Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível
Tomada USB tipo C
Vidros elétricos dianteiros
Volante multifuncional

Acabamento Interno

XK - Tecido

Cores

Sólidas:

A1A1 - Preto Ninja

B4B4 - Branco Cristal

Metálicas:

2R2R - Cinza Platinum

7Z7Z - Prata Sirius

*Potência máxima: 100% Etanol

Pacotes	Opcionais	Obriga	Proíbe
PH4	VW Play Sistema multimídia "VW Play" tela de 10,1" touchscreen e App-Connect Luzes de leitura dianteiras		

* Tabela temporária e provisória, sujeita a modificações diárias, para uso exclusivo e simples consulta por parte do profissional vendedor.

Model Code: R111Q4

Data: 04.03.2024

Polo Track 1.0 MPI 84 cv (E) / 77 cv (G) Manual de 5 velocidades 4 portas

DESEMPENHO:

Aceleração de 0 a 100 km/h:

13,4 s (E) / 13,8 s (G)

Velocidade máxima:

169 km/h (E) / 166 km/h (G)

MOTOR:

Cilindrada:

999 cm³

Potência líquida máxima:

84 cv (E) / 77 cv (G) - 6.450 rpm

Torque líquido máximo:

10,3 (E) - 3000 rpm (E) / 9,6 kgfm (G) - 4000 rpm (G)

FREIOS:

Dianteiros:

Disco ventilado

Traseiros:

Tambor

PRINCIPAIS DIMENSÕES:

Comprimento:

4.079 mm

Distância entre eixos:

2.566 mm

Largura:

1.751 mm

Largura com Espelho:

1.964 mm

Altura:

1.471 mm

PESOS:

Em ordem de marcha:

1.054 kg

Carga útil máxima:

395 kg

COMPARTIMENTO DE CARGA:

Compartimento de carga:

300 l (VDA) / 365 l (Volume teórico máximo)

DIREÇÃO:

Direção:

Elétrica ✓

Data: 04.03.2024

TRANSMISSÃO:

Transmissão:

Manual de 5 velocidades

RODAS E PNEUS:

Pneus:

185/65 R15

RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL:

Reservatório de combustível:

52 litros

NÚMERO MÁXIMO DE PASSAGEIROS:

Número máximo de passageiros:

5

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
"COLETO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA".

CNPJ 30.614.830/0001-70

NIRE Matriz nº 3523108935-9

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato de sociedade empresária limitada, os sócios abaixo qualificados:

3R COLETO PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita na Junta Comercial do estado de São Paulo sob NIRE nº 35238681636, em sessão de 03/03/2022, inscrita sob o CNPJ nº 45.499.073/0001-08, com sede social na Rua Felipe Camarão, nº 740, sala 04, centro, CEP 19.600-000, no município de Rancharia/SP, neste ato representada por seu administrador **NELSON COLETO CORREA**, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, comerciante, nascido em 12/09/1943, portador do RG nº 3.475.418-0/SSP-SP e CPF 144.863.778-34, residente e domiciliado na Rua Felipe Camarão, nº 1.574, Vila Cantizani, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo, CEP 19600-000; **RENE COLETO CORREA**, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido em 25/08/1972, portador do RG nº 21.286.561/SSP-SP e CPF 069.744.488-05, residente e domiciliado na Alameda Perimetral Leste, nº 41, Royal Park, na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, CEP 19907-570 e **RODRIGO COLETO CORREA**, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 16/03/1976, portador do RG nº 27.813.863-9/SSP-SP e CPF 158.867.838-57, residente e domiciliado na Alameda Perimetral Leste, nº 771, Royal Park, na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, CEP 19907-575.

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada "Coletto 3R Comércio e Serviços Automotivos Ltda", constituída por instrumento particular devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE 3523108935-9, Estado de São Paulo, estabelecida no município na Avenida Luiz Saldanha Rodrigues, nº 2.800, Bairro Jardim Santos Dumont, Ourinhos/SP, CEP 19908-095, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 30.614.830/0001-70, com última alteração registrada em 17/05/2022, sob nº 527.039/22-6. Tem entre si, justo e contratado, a **ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**, bem como sua Consolidação, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes;

PRIMEIRA: A sociedade resolve alterar a Clausula 2ª do Contrato Social primitivo, para promover a mudança de endereço do estabelecimento FILIAL localizado no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, passando a ser na Avenida Coronel Clementino Gonçalves, nº 2030, Residencial Brauna, CEP 18903-198, do mesmo município de Santa Cruz do Rio Pardo.

SEGUNDA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

Por força da presente alteração contratual, os sócios resolvem CONSOLIDAR a clausula alterada ao contrato social primitivo, passando-o a vigorá-lo na seguinte forma:

2ª TABELAÇÃO DE NOTAS - OURINHOS
 IVY HELENE LIMA FAGLIUSTI - TABELA
 Rua Antonio Carlos Mori, 649 - (14) 3326-1497 / 3326-1736

AUTENTICAÇÃO
 A PRESENTE FOTOCOPIA EXTENSA NESTAS NOTAS E REPRODUÇÃO
 DEL DO DOCUMENTO ORIGINAL É PRESENTADO DOU PE

OURINHOS/SP 04 MAIO 2023

Vr. p/ autenticação R\$ 140 / Selo pago p/ verba

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Selo de Notas e de
 Letras e Títulos
 Rodrigues de Oliveira
 ESCRIVENTE

CONTRATO SOCIAL**"COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA"****CNPJ 30.614.830/0001-70****NIRE Matríz n° 3523108935-9****Cláusula Primeira** - A Sociedade empresária limitada terá a denominação social de "COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA"**Cláusula Segunda** - A Sociedade possuirá sede e foro na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Saldanha Rodrigues, nº 2.800, Bairro Jardim Santos Dumont, CEP 19908-095, podendo abrir ou fechar filiais, agências, depósitos ou sucursais em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes ou não, uma parcela de capital, para simples efeitos fiscais.

Parágrafo único. A Sociedade possui 04 (quatro) filiais, quais sejam: 1) NIRE 35905606701, localizada no município de Palmital, Estado de São Paulo, na Rua Manoel Leão Rego, n. 1.221, Centro, CEP 19970-000; 2) NIRE 41901739191, localizada no município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, na Avenida Francisco Lacerda Júnior, n. 1.730, Centro, CEP 86300-000; 3) NIRE, 41901739204, localizada no município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, na Avenida Frei Guilherme Maria, nº 1.251, Jardim São Francisco, CEP 86430-000 e 4) -NIRE 35906026554, localizada no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, Avenida Coronel Clementino Gonçalves, nº 2030, Residencial Braúna, CEP 18903-198

Cláusula Terceira - A Sociedade tem como objeto social o Comércio de Veículos Novos e Usados, Peças e Acessórios, Lubrificantes, Atividades de Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios, exceto imobiliários, Representante Comerciais e Agentes do Comércio de Veículos Automotores, Serviços de Escritório e Apoio Administrativo, Locação de Veículos Automotores, serviços de manutenção e reparação elétrica e mecânica; alinhamento e balanceamento; lavagem, lubrificação e polimento; instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

Parágrafo único — A filial de Palmital/SP tem como objeto social o Comércio de Veículos Usados, Peças e Acessórios, Atividades de Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios, exceto imobiliários, serviços de manutenção e reparação elétrica e mecânica, alinhamento e balanceamento; lavagem, lubrificação e polimento; instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores.

Cláusula Quarta - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades na data de seu registro perante os órgãos público.**Cláusula Quinta** - O capital social é de R\$ 3.171.872,00 (três milhões cento e setenta e um mil oitocentos e setenta e dois reais), divididos 3.171.872 (três milhões cento e setenta e uma mil oitocentas e setenta e duas) quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (um-real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional, e assim distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

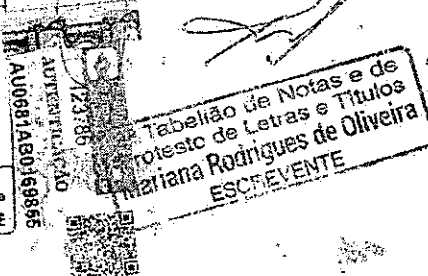
Socio	%	Quotas	Total
3R COLETTTO PARTICIPAÇÕES LTDA	50	1.585.935	1.585.935,00
RENE COLETTTO CORREA	30	951.562	951.562,00
RODRIGO COLETTTO CORREA	20	634.375	634.375,00
Totais	100	3.171.872	3.171.872,00

2ª TABELÃO DE NOTAS - OURINHOS
IVY HELENE LYMA PAGLIUSTI - TABELA
Rua Antonio Carlos Mori 849 - (11) 3328-1497 / 3328-1796

AUTENTICAÇÃO
A PRESENTE FOTOCOPIA ENTRADA NESTAS NOTAS E REPRODUÇÃO
DEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FOM PRESENTADO DESU FE

OURINHOS/SP, 04 MAIO 2023

Vr. p/ autenticação R\$ / Selos pagos p/ verba
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito

de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Setima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade cabe aos sócios RENE COLETO CORREA, RODRIGO COLETO CORREA e ao não sócio NELSON COLETO CORREA, acima qualificados. Os administradores têm os poderes e atribuições de representar isoladamente a empresa perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, podendo assinar todos os documentos fiscais necessários, juntar e retirar documentos, passar recibo e dar quitação, assinar documentos trabalhistas, assinar documentos de venda de veículos e passar recibo de quitação dos mesmos, inclusive constituir advogados e outorgar procuração ad judícia, e deverão assinar sempre em conjunto, em duas assinaturas, junto com qualquer sócio constante deste contrato ou procurador nomeado pela sociedade, quaisquer documentos bancários, tais como cheques, notas promissórias, endossos, contratos, ou quaisquer outros documentos que possam ser necessários. Ficam os administradores autorizados a usar o nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo único - No caso de divergências de opiniões quanto a ações na administração da empresa, será respeitada a decisão da maioria dos sócios administradores, desde que no montante de suas participações societárias ultrapassem a maioria absoluta de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das quotas do capital social.

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. Os lucros ou prejuízos apurados no balanço anual poderão ser distribuídos e/ou suportados entre os sócios de forma independente e desproporcional da participação societária de cada sócio no capital social, e será determinado anualmente em ata própria assinada e aprovada por todos os sócios.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - No caso de falecimento ou de interditado qualquer dos sócios, a sociedade não será dissolvida e continuará sob a responsabilidade dos sócios remanescentes, assistidos por um herdeiro ou quem for indicado pelos herdeiros do sócio falecido partilhando os bens oriundo do patrimônio do "de cujus" o(s) herdeiro(s), passará(ão) a integrar a sociedade, mediante a alteração contratual compatível, assumindo, todos os deveres e obrigações oriundos do presente contrato. Caso não interesse ao(s) herdeiro(s) esta solução, deverá(ão) no prazo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento morte, ser levantado "Balanço Especial", para a apuração dos haveres dos sócio falecido, que serão pagos, ao(s) herdeiro(s), em 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira, 60 (sessenta) dias, após a concretização do fato contábil.

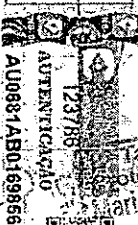
Parágrafo Único - No caso de retirada de um dos sócios, este deverá comunicar ao demais por escrito com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Havendo o interesse de um ou mais sócios no pagamento de seus haveres serão em conformidade com esta cláusula.

2ª TABELIAÇÃO DE NOTAS - OURINHOS
IVY HELENE LIMA PAGLIUSI - TABELIA
Rua Antonio Carlos Men, 849 - (14) 3326-1497 / 3326-1766

AUTENTICAÇÃO
A PRESENTE FOTOCOPIA EXTRAÍDA NESTAS NOTAS É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE FICOU REPRESENTADO DOU FE

OURINHOS/SP 04 MAIO 2023

Vr. p/ autenticação R\$ / Selos pagos p/ venda
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO



Tabelião de Notas e de
Registro de Letras e Títulos
Mariana Rodrigues de Oliveira
ESCREVENTE

Cláusula Décima Segunda- Os lucros ou prejuízos verificados nos Balanços Anuais serão divididos ou apartados de acordo com a cláusula 9 (nôva) e parágrafo único. Os sócios poderão retirar os lucros, desde que haja disponibilidade de caixa e sempre simultaneamente.

Cláusula Décima Terceira- Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", para suprir as suas despesas particulares, até o limite máximo permitido pela legislação vigente e observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Quarta- Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


Cláusula Decima Quinta- Fica expressamente fixado o foro da cidade e comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, lavram este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, que serão assinados por todos os sócios, juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo a primeira via arquivada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCESP e as demais vias devolvidas aos contratantes.

Ourinhos /SP, 01 de março de 2023.


RENE COLETO CORREA
Sócio-Administrador

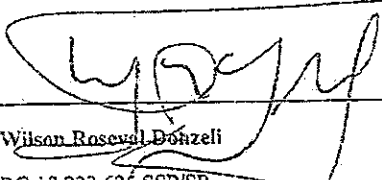

RODRIGO COLETO CORREA
Sócio-Administrador

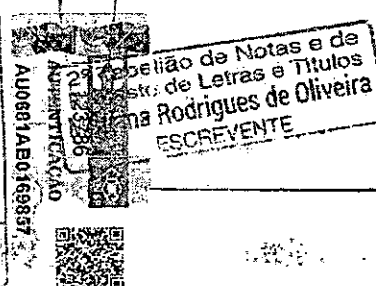

3R COLETO PARTICIPAÇÕES LTDA
NELSON COLETO CORREA
Administrador



TESTEMUNHAS:


Luciana Batista
RG 28.008.798-6 SSP/SP


Wilson Roseval Donzeli
RG 18.233.625 SSP/SP



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO E TÍTULOS

RODRIGO COLETTI CORREA

DOC. IDENTIDADE / RG: EMISSOR: FUF
27813843 SSP/SP

CPF: 158.867.838-57 DATA NASCIMENTO: 16/03/1978

FILIAÇÃO:
NELSON COLETTI CORREA
ANA MARIA DE S. COLETTI
CORREA

POSSESSÃO: ☒ ALUGUEIRO: ☒ CAT. IMOB.: ☒ KD

Nº REGISTRO: 03254989763 VALOR: 97/08/2024 IMPLANTAÇÃO: 14/08/1994

1901747834

PROIBIDO PLASTIFICAR

1901747834

LOCAL: OURINHOS, SP DATA EMISSÃO: 08/08/2019

Paulo Roberto Falcão Falcão Diretor Presidente Desem-SP

45919448792
SP9861721542

SÃO PAULO



12299
AUTENTICAÇÃO
AU0883A E0169478

1º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE OURINHOS
DEISI ABUJAMRA BOZON VERDEZ
Av. Altino Arantes, 426 - Centro - Tel. (14) 3322-2542 - Ourinhos - SP
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica,
extraída nestas Notas que confere com o original do que dou fé.

07 ABR 2024

☐ Bel. Deisi Abujamra Bozon Verduz
☐ Bel. Cecile Bozon Verduz Sorgi
☐ Del. Marcos Perez
☐ Maria de Fátima Silveira Moraes
☐ Vinícius Caio Silveira
☐ Flávia Abujamra

Valido somente com o
selo de autenticidade
Valor por Autenticação
R\$ 4,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES - SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES - SENATRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2361563748

NOME
 NELEON COLETO CORREA

DOC. IDENTIDADE/EMISSOR
 34734180 SP SP

CPF
 144.863.772-31

DATA NASCIMENTO
 12/09/1941

FILIAÇÃO
 JOSE COLETO CORREA
 MARIA DE RIBEIRO CORREA

PERMISSÃO
 ACC

CAT. HAB.
 B

Nº REGISTRO
 3302703903

VALIDADE
 10/07/2025

1ª HABILITAÇÃO
 12/09/1992

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 RANCHARIA, SP

DATA EMISSÃO
 31/03/2022

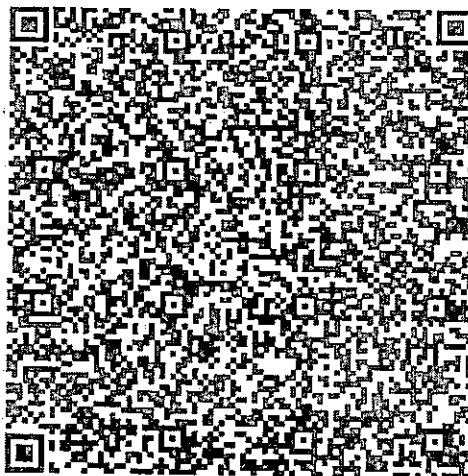
ASSINADO DIGITALMENTE
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTES

31941246821
50010025390

SÃO PAULO

DEMATRAN **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES - SENATRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2031030307

NOME
 HENE COLETO CORREA

DOC. IDENTIDADE/EMISSOR
 21786661 SP SP

CPF
 069.744.489-05

DATA NASCIMENTO
 25/09/1972

FILIAÇÃO
 NELEON COLETO CORREA
 ANA MARIA DE SOUZA COLETO CORREA

PERMISSÃO
 ACC

CAT. HAB.
 B

Nº REGISTRO
 41422565398

VALIDADE
 25/09/2025

1ª HABILITAÇÃO
 25/09/1990

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 SÃO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
 02/04/2025

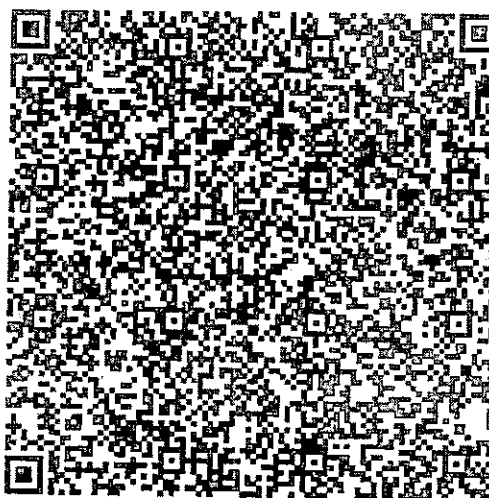
ASSINADO DIGITALMENTE
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTES

31941246821
50010025390

SÃO PAULO

DEMATRAN **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO/DEMATRAN

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.614.830/0001-70 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 04/06/2018			
NOME EMPRESARIAL COLETTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-06 - Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 45.20-0-04 - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES		NÚMERO 2.800	COMPLEMENTO *****
CEP 19.908-095	BAIRRO/DISTRITO VILA SANTOS DUMONT	MUNICÍPIO OURINHOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONT-TEC@STETNET.COM.BR		TELEFONE (18) 3326-7100/ (18) 3265-1719	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/04/2024 às 19:04:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 30.614.830/0001-70
Razão Social: COLETO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA
Endereço: AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 / VILA SANTOS DUMONT /
OURINHOS / SP / 19908-098

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

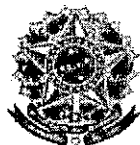
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/04/2024 a 23/05/2024

Certificação Número: 2024042422331505675908

Informação obtida em 30/04/2024 10:46:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COLETTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA
CNPJ: 30.614.830/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:06:10 do dia 13/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2024.

Código de controle da certidão: **5F8C.55DE.08FE.7D3C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Procuradoria da Dívida Ativa****Certidão Negativa de Débitos Tributários
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo**

CNPJ Base: 30.614.830

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 56256757

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 24/04/2024 15:32:12

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado
de São Paulo

000167

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 30.614.830/0001-70

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24010445061-24

Data e hora da emissão 12/01/2024 10:19:55

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

000168

19900-042 - TRAVESSA VEREADOR ABRAHAO ABUJAMRA, 62 CENTRO OURINHOS SP

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MOBILIÁRIOS

Número: 246018/2024

Data Geração: 10/04/2024

Data de Validade: 10/05/2024

CERTIFICAMOS, a pedido do interessado e com base no cadastro desta Prefeitura, que o mesmo **NADA DEVE** a Fazenda Pública Municipal de Ourinhos até a presente data, em referência ao cadastro Municipal abaixo descrito. Fica reservada à Fazenda Pública a cobrança de débitos que surgirem, desde que devidamente comprovados. E por ser verdade, firmo a presente certidão.

Identificação

Inscrição Municipal 11316063

Contribuinte COLETTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

CNPJ ou CPF 30.614.830/0001-70

Endereço AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES, 2800

Bairro VILA SANTOS DUMONT Cidade: OURINHOS Estado: SP

Endereço de Entrega AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES, 2800

Data Emissão: 10/04/2024

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ourinhos.sp.gov.br/>

Número: 246018/2024

Inscrição: 11316063

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento


Certidão Emitida Gratuitamente

1ª VIA
GCT/063/24**CERTIDÃO
IMOBILIÁRIA**

CERTIFICO, por ser requerido, conforme protocolo nº 14.156 de 09 de abril de 2024, para fins de licitação, de acordo com os dados existentes na Gerência de Cadastro Técnico para tributação municipal que, não consta nenhum imóvel cadastrado em nome de COLLETO 3R COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA., CNPJ/ME nº 30.614.830/0001-70. O referido é verdade e dou fé.

Ourinhos, 09 de abril de 2024.


RUBENS DE CASTRO BERTOLASO FILHO
Gerência de Cadastro Técnico**OBS. :- ESTA CERTIDÃO TEM VALIDADE DE 30 DIAS.**

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS</p> <p>Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças</p> <p>Diretoria de Administração Tributária</p> <p>19900-042 - TRAVESSA VEREADOR ABRAHAO ABUJAMRA, 62 CENTRO OURINHOS SP</p>
---	--

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL						
Cadastro - CCM 11316063	CPF/CNPJ 30.614.830/0001-70	Inscrição Estadual 495.214.805.119	Data Início Atividade 13/06/2018	Data Validade Alvará 08/12/2024	Nº Alvará 334	
Nome COLETTTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA						
Nome Fantasia						
Endereço AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES, 2800					CEP 19908-095	
Bairro VILA SANTOS DUMONT		Cidade OURINHOS			U.F SP	
Situação Cadastral Ativo	Simple Nacional NÃO	MEI Nao	Tipo ISS Variavel	Autorização NFS-E Sim	Data Autorização 29/06/2018	Situação Alvará Em dia
Código e descrição da atividade econômica principal 4511-1/01 - Comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios novos						
Código e descrição da atividade econômica secundária 4520-0/01 - Servicos de manutencao e reparacao mecanica de veiculos automotores 4520-0/05 - Servicos de lavagem, lubrificacao e polimento de veiculos automotores 4520-0/07 - Servicos de instalacao, manutencao e reparacao de acessorios para veiculos automotores 4530-7/03 - Comercio a varejo de pecas e acessorios novos para veiculos automotores 4530-7/06 - Representantes comerciais e agentes do comercio de pecas e acessorios novos e usados para veiculos automotores 7490-1/04 - Atividades de Intermediacao e agenciamento de servicos e negocios em geral, exceto imobiliarios 4512-9/01 - Representantes comerciais e agentes do comercio de veiculos automotores 4732-6/00 - Comercio varejista de lubrificantes 8219-9/99 - Preparacao de documentos e servicos especializados de apoio administrativo nao especificados anteriormente 4520-0/04 - Servicos de alinhamento e balanceamento de veiculos automotores 4520-0/02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veiculos automotores 4520-0/03 - Servicos de manutencao e reparacao eletrica de veiculos automotores 4511-1/02 - Comercio a varejo de automoveis, camionetas e utilitarios usados						



11/04/2024

0074564952 173

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 39183**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 10/04/2024, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

COLETO3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA., CNPJ: 30.614.830/0001-70, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de abril de 2024.

PEDIDO Nº:

0074564952



ANEXO

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SOMOS MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

MUNICIPIO DE CURIUVA PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

COLETTTO 3R COM. E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.614.830/0001-70 sediada na AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 Bairro: JD. SANTOS DUMONT Município: OURINHOS Estado: SÃO PAULO CEP:19.908-095 Declara, sob as penas da lei, que **NÃO** cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, **NÃO** estando apta a usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido pela legislação através da lei complementar 123 de 2006

OBS. NÃO SOMOS ME EPP

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

30.614.830/0001-70
Inscr. Est. 495.214.805.119
COLETTTO 3R COMERCIO E
SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA
Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800
Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095
OURINHOS - SP

COLETTTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA
Rene Coletto
Diretor, Rg 21.286.561 CPF nº 069.744.488-05
rene@grupocoletto.com.br

Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 30.614.830/0001-70, Inscr. Estadual 495.214805.119(SP) com sede na cidade Ourinhos, Estado de SP, av. Luiz Saldanha Rodrigues nº 2800, Jardim Santos Dumont

30.614.830/0001-70

Inscr. Est. 495.214.805.119

COLETTTO 3R COMERCIO E
SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800

Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095

OURINHOS - SP

000175

Coletto 3R
Grupo Coletto



ANEXO II - DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIUVA PR
AT. SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

Razão Social: COLETTTO 3R COM. E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Endereço: AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 Bairro: JD. SANTOS DUMONT, Município: OURINHOS Estado:
SÃO PAULO CEP:19.908-095, Inscrição no CNPJ: 30.614.830/0001-70. Inscrição Estadual: 495.214.805.119-

Telefone:(14)3326.7100-Fax:(14)3326.710 E-mail da EMPRESA carlos.cachone@coletto3r.com.br

Vem por intermédio de seu representante legal o Sr. Rene Coletto Correa, brasileiro, divorciado, diretor, nascido 25/08/1972, portador da Carteira de Identidade nº21.286.561 (SSP ESP) e inscrito no CPF nº069.744.488-05, residente e domiciliado na Alameda Perimetral Leste, nº41, Royal Park, na cidade de Ourinhos SP CEP19 907 570 rene@coletto3r.com.br fone 14 3326 7100cel. 98135 7247-antonio.carlos@coletto3r.com.br

Declara:

1. Estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. Estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
3. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;
4. que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
5. que cumpre com todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
6. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
8. que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
9. Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que o mesmo estipular;
10. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos. (* Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - deverá fazer a ressalva).
11. Que atesta, no que for aplicável, o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Rene Coletto Correa

Diretor, Rg 21.286.561 CPF nº 069.744.488-05

rene@grupocoletto.com.br

Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº30.614.830/0001-70, Inscr. Estadual 495.214805.119(SP) com sede na cidade Ourinhos, Estado de SP, av. Luiz Saldanha Rodrigues nº2800, Jardim Santos Dumont

Coletto 3R
Grupo Coletto

ANEXO
TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
MUNICIPIO DE CURIUVA PR

Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO, eu RENE COLETTI CORREA, sob nº CPF nº069.744.488-05, representante legal da empresa COLETTI 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA, sob nº CNPJ 30.614.830/0001-70, informo estar ciente de todas as informações do Pregão Eletrônico 05/2024

Informo também concordar com todas as cláusulas do edital, e itens/objetos apresentados pelo mesmo. Comprometo-me entregar o objeto licitado dentro dos prazos estabelecido em edital.

Declaro que todas as informações apresentadas por esta empresa e o representante por ela credenciado, é verdadeira, sob pena da lei Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

30.614.830/0001-70
Inscr. Est. 495.214.805.119
COLETTI 3R COMERCIO E
SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA
Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800
Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095
OURINHOS - SP

COLETTI 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Rene Coletti Correa

Diretor, Rg 21.286.561 CPF nº069.744.488-05

rene@grupocoletto.com.br

Coletto 3R
Grupo ColettoANEXO
INEXISTENCIA DE PARENTESPREGÃO ELETRÔNICO N°: 05/2024
MUNICÍPIO CURITIBA PR

NOME DA EMPRESA: Razão Social: COLETTO 3R COM. E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
Endereço: AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 Bairro: JD. SANTOS DUMONT, Município: OURINHOS Estado:
SÃO PAULO CEP: 19.908-095, Inscrição no CNPJ: 30.614.830/0001-70. Inscrição Estadual: 495.214.805.119
Telefone: (14) 3326 7100 Fax: (14) 3326 7100 E-mail da empresa: carlos.cachone@coletto3r.com.br

Nome do responsável legal para a assinatura do contrato:

Representante legal o Sr. Rene Coletto Correa, brasileiro, divorciado, diretor, nascido 25/08/1972, portador da
Carteira de Identidade nº 21.286.561 (SSP SP) e inscrito no CPF nº 069.744.488-05, residente e domiciliado na Alameda
Perimetral Leste, nº 41, Royal Park, na cidade de Ourinhos SP CEP 19 907 570 rene@coletto3r.com.br fone 14 3326
7100 cel. 98135 7247--antonio.carlos@coletto3r.com.br

DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público e parentes na PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURITIBA- PR.

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

30.614.830/0001-70
Inscr. Est. 495.214.805.119
COLETTO 3R COMERCIO E
SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA
Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800
Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095
OURINHOS - SP

COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

Rene Coletto Correa

Diretor, Rg 21.286.561 CPF nº 069.744.488-05
rene@grupocoletto.com.br

Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 30.614.830/0001-70, Inscr. Estadual
495.214.805.119(SP) com sede na cidade Ourinhos, Estado de SP, av. Luiz Saldanha Rodrigues nº 2800, Jardim Santos Dumont

Coletto 3R
Grupo Coletto

ANEXO – PROPOSTA COMERCIAL FINAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIUVA PR
AT. SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

Razão Social: COLETTTO 3R COM. E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Endereço: AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800 Bairro: JD. SANTOS DUMONT, Município: OURINHOS Estado: SÃO PAULO

CEP: 19.908-095, Inscrição no CNPJ: 30.614.830/0001-70. Inscrição Estadual: 495.214.805.119-
Telefone: (14) 3326.7100-Fax: (14) 3326.710 E-mail da EMPRESA carlos.cachone@coletto3r.com.br

Nome do responsável legal para a assinatura do contrato:

Vem por intermédio de seu representante legal o Sr. Rene Coletto Correa, brasileiro, divorciado, diretor, nascido 25/08/1972, portador da Carteira de Identidade nº 21.286.561 (SSP ESP) e inscrito no CPF nº 069.744.488-05, residente e domiciliado na Alameda Perimetral Leste, nº 41, Royal Park, na cidade de Ourinhos SP CEP 19 907 570
rene@coletto3r.com.br fone 14 3326 7100 cel. 98135 7247-antonio.carlos@coletto3r.com.br

Conta Corrente para pagamento Bradesco agencia 44 c/c 338270-2-cnpj 30.614.830/0001-70

OBJETO: Aquisição de aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, com as características e especificações descritas abaixo:

ITEM 01, QUANT.03(TRES) Veículos, VW, POLO TRACK, 0 km, ano/modelo 2024.- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.- Direção elétrica.- airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2) (04 (quatro) Airbags). - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.- Banco do motorista com regulagem de altura.- Banco traseiro com encosto rebatível.- Assistente de partida em active.- Ar-condicionado.- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.- Alarme antifurto.- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.- Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter".- Sistema de freios ABS com "EDB" -distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros manual. Rodas de aço aro 15", Pneus: 185/65 R15. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, m 84 cv (E) / 77 cv (G), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas 300 litros.- Luz de condução diurna.- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.DE ACORDO COM EDITAL

VALOR UNITARIO DO ITEM 01: R\$83.300,00(oitenta e três mil e trezentos reais)

VALOR TOTAL DO ITEM 01 R\$ 249.900,00(duzentos e quarenta e nove mil e novecentos reais)

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal.

Prazo de Entrega 60(sessenta) dias

Validade da Proposta 60(sessenta) dias

Garantia Mínima de 24(vinte e quatro) meses

Ourinhos SP, 02 de maio de 2024

COLETTTO 3R COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Rene Coletto Correa

Diretor, Rg 21.286.561 CPF nº 069.744.488-05

rene@grupocoletto.com.br

30.614.830/0001-70

Inscr. Est. 495.214.805.119

COLETTTO 3R COMERCIO E
SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA

Av. Luiz Saldanha Rodrigues, 2800

Jd. Santos Dumont - CEP 19908-095

OURINHOS - SP

Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 30.614.830/0001-70, Inscr. Estadual 495.214805.119(SP) com sede na cidade Ourinhos, Estado de SP, av. Luiz Saldanha Rodrigues nº 2800, Jardim Santos Dumont

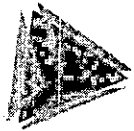
FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 30614830000170

LIMPAR

Data da consulta: 07/05/2024 09:28:52
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 30614830000170

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

FIND NEW ROADS

**Metronorte**

www.metronorte.com.br

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CURIÚVA –
ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico nº 05/2024

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, com sede em Londrina, Paraná, na Avenida Brasília, nº 1701, bairro Shangri-la B, inscrita no CNPJ sob o nº 05.035.532/0001-88, vem, por intermédio de seu representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que determinou a classificação da empresa COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS, pelos motivos e fundamentos que expõe a seguir:

TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do disposto no subitem 14.3, para a apresentação das razões de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da fase de apresentação de intenção de recurso.
2. Dessa forma, considerando que a manifestação de intenção de recurso foi realizada e aceita em 07/05/2024, tenha-se que o presente recurso é plenamente tempestivo.

DOS FATOS

3. Trata-se de processo licitatório promovido pela Prefeitura Municipal de Curiúva mediante o edital de Pregão Eletrônico nº 05/2024, cujo objeto consiste na contratação de empresa para aquisição de veículos automotores novos, zero Km, conforme especificações, quantitativo e condições estabelecidas no Edital, em especial, no Anexo I.
4. Acontece, que malgrado a empresa COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA tenha se sagrado vencedor do respectivo pregão eletrônico ao propor o menor lance, é possível perceber que a empresa não atende a todas as características técnicas, exigidas no Anexo I, Termo de Referência.

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

FIND NEW ROADS

**Metronorte**

www.metronorte.com.br

5. Isso porque, os veículos novos, zero quilômetro, cotados pela empresa não possui luz de condução diurna, contrariando o descritivo do edital.
6. Logo, percebe-se que a classificação da empresa da Coletto 3R Comércio e Serviços Automotivos Ltda, consiste em ato claramente ilegal do pregoeiro, sendo contrária aos princípios do processo licitatório, tais como o da concorrência, da vinculação ao edital, da economicidade, da proposta mais vantajosa, da impessoalidade e da eficiência.
7. Portanto, apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, a Recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo os devidos reparos.

DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO E DO EFEITO SUSPENSIVO

8. Vale constar sobre o direito a recurso e seu respectivo prazo, em garantia dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, de aplicação indiscutível no feito administrativo.
9. Assim está previsto o direito recurso nos pregões eletrônicos, de acordo com o art. 44 do Decreto Lei 10.024/2019:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10. E não pode deixar de passar também que, além da previsão contida no art. 165, da Lei 14.133/2021, é assegurado a todos os litigantes e em todos os processos administrativos o direito de recurso, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, vejamos:

"Art. 5º. (...)

LV – Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

11. Com efeito, o licitante ou contratado que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo lato sensu, utilizando-se de meios de

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

FIND NEW ROADS

**Metronorte**

www.metronorte.com.br

reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, o qual será julgado pela autoridade hierarquicamente superior àquela prolatora de ato/decisão recorrido (a) pertencente ao mesmo órgão ou entidade.

12. Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula n.º 473, estabelecendo que:

Súmula 473. a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

13. Portanto, é cabível a interposição de recurso administrativo em face da decisão que declarou desclassificada esta Recorrente.

14. E nesse turno, vale lembrar também que a autoridade poderá atribuir **efeito suspensivo ao recurso**, uma vez que a r. decisão trará grave consequências à Recorrente. Por isso, **se faz necessário que seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, nos precisos termos do art. 168, da Lei 14.133/2021. O que enseja que a r. decisão está trazendo enormes prejuízo à ora Recorrente, e deverá ser concedida de imediato o efeito suspensivo.**

DAS RAZÕES PARA REFORMA

Da violação ao princípio da vinculação ao edital – necessidade de reforma na decisão de classificação da empresa Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda

15. Os processos licitatórios nada mais são do que um procedimento administrativo vinculado por meio do qual a Administração Pública seleciona a melhor proposta entre as oferecidas pelos licitantes para celebração de contrato. Contudo, para realizá-lo é necessário a observância de inúmeros princípios consagrados pela Carta Magna, dos quais ressalto a vinculação ao instrumento convocatório.

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

FIND NEW ROADS

**Metronorte**

www.metronorte.com.br

16. O referido princípio consiste em um consectário lógico do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, que têm como objetivo principal vincular os atos da administração ao edital que regulamenta o certame licitatório.

17. Sobre o tema, dispõe o art. 5º e 59º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 59. Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

18. Logo, é possível observar que o princípio da vinculação ao edital consiste em uma segurança tanto para o licitante, como para o interesse público, uma vez que o órgão licitante se vê estritamente vinculado as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação, impossibilitando dessa forma o direcionamento de contratações e as decisões conflitantes com seu texto normativo.

19. Pois bem. Da análise do pregão em referência, cujo objeto consistia na aquisição de aquisição de três veículos automotores novos, zero Km, pelo valor total estimado de R\$ 282.610,01 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dez reais, e um centavo) é possível observar que as características técnicas necessárias para o veículo, constantes no Anexo I, apresentam-se da seguinte forma:

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

FIND NEW ROADS



Metronorte

www.metronorte.com.br

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
01	Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024 - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Tether" - Sistema de freios ABS com "EDB" - distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.	03	94.204,67	282.610,01
	- Rodas de aço aro 15". - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.			
VALOR TOTAL				282.610,01

20. Ocorre que, no presente caso, o veículo cotado pela empresa vencedora, VW / NOVO POLO 1.0 TRACK MPI, não atende as especificações do edital, visto que é solicitado que ele possua luz de condução diurna, sendo que tal situação pode ser comprovada através da própria ficha técnica apresentada pela licitante. Vejamos:

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-86

www.metronorte.com.br

FIND NEW ROADS



Metronorte

www.metronorte.com.br

INTERNAL

Vendas & Marketing
Marketing do Produto

Diagrama.MY'25
Polo Track 1.0 MPI - 84 cv *

Transmissão	Modelo Code	Emissão	Equip.
Manual	R111Q4	26.02.2024	X9G/0

Principais itens de série

Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes da primeira fila (2).
Ativa-Palancas (4).
"ESS" - Alerta de frenagem de emergência.
Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros.
Antena de teto.
Ar-condicionado com filtro de póssina e pólen.
Banco do motorista com ajuste elétrico da altura.
Banco traseiro com encosto rebatível.
Chave "remota" com controle remoto.
Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorizada) e pré-tensionador.
Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade.
Computador de bordo.
Controle eletrônico de estabilidade (ESP) - controle de tração (PSR) - bloqueio eletrônico do diferencial (EDS).
Cruise control, limpador e lavador do vidro traseiro.
Direção elétrica.
Espelhos retrovisores externos com lentes inclináveis - de direção magnética.
Frenagem de assento da criança com sistema "ISOFIX" e "Top Tether".
Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica da frenagem.
"HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para parada em ladeiras.
Para-choques dianteiro e traseiro de cor do veículo.
Para-choque (espelho no lado do passageiro).
Rodas de aço 15" com pneus "RSC" e 15" e supereletras.
Sistema de controle da perda de pressão dos pneus.
Sistema de frenagem automática por colisão "Front Collision Brake".
Sistema de infotainment Media Plus II.
Transmissão manual de 5 velocidades.
Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa do tanque de combustível.
Tomada USB tipo C.
Vidros elétricos dianteiros.
Volante multifuncional.

Acabamento interno

XK - Tecido

Conexões**Sólidas:**

A1A1 - Freio Ninja

B3M - Braço Crisal

Metálicas:

2R2R - Cinto Platinum

TZTZ - Prata Sirius

Preços	Opcionais	Obras	Problemas
PH4	VW Play Sistema multimídia "VW Play" tela de 10,1" touch screen e App-Connect Luzes de LED de dianteira		

* Tabela semântica e simbólica sujeita a modificação durante o processo de desenvolvimento e alteração por parte do profissional vendedor.

21. Assim, percebe-se que o modelo Polo Track 1.0 MPI não possui o requisito requerido, pois não consta na ficha técnica apresentada pela empresa vencedora que o veículo possui Luz de Condução Diurna, ferindo assim, o princípio de vinculação ao edital.

22. Ademais, considerando que se trata de um dispositivo de certa relevância para a operação cotidiana do veículo, na medida em que sua finalidade consiste em otimizar a condução, mediante a possibilidade de tornar o automóvel visível durante o período diurno

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br



sem a necessidade de acionar os faróis baixos, sendo, atualmente, um elemento de segurança obrigatório nos veículos comercializados no Brasil, é imprescindível que tal requisitos seja cumprido pela empresa vencedora

A partir de hoje, 1º de janeiro de 2024, todos os carros novos estão obrigados a serem equipados com controle de estabilidade, luzes de rodagem diurna (as drl), e também com dispositivo que indica cinto de segurança não-afivelado.

1

23. Dessa forma, diferente do que restou decidido pelo Ilmo Pregoeiro, a empresa vencedora não possui as especificações técnicas necessárias para ser habilitada neste pregão, devendo ser desclassificada do certame.

24. Inclusive, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e do Estado de São Paulo possuem o entendimento de que a apresentação de um produto dissonante ao descritivo do edital é uma clara ofensa ao princípio da vinculação ao Edital. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ARGUIÇÃO DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA SOBRE A EXISTÊNCIA DE VÍCIO INSANÁVEL NA LICITAÇÃO. SUBSISTÊNCIA DO INTERESSE PROCESSUAL. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 5 DA 4ª E DA 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTA TJPR. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRELIMINAR REJEITADA. DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA NO EDITAL DO CERTAME. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. ART. 41 DA LEI 8.666/1993. EDITAL QUE FAZ LEI ENTRE AS PARTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 4ª Câmara Cível - 0040072-42.2022.8.16.0000 - Corbélia - Rel.: DESEMBARGADOR HAMILTON RAFAEL MARINS SCHWARTZ - J. 18.03.2023)

AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR – LICITAÇÃO – [NÃO]PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL – Pretensão mandamental voltada ao reconhecimento do direito líquido e certo da impetrante de ser reintegrada em procedimento licitatório cujo objeto é contratação de empresa especializada para locação de veículos – Decisão agravada que reconsiderou a decisão que havia deferido a medida liminar, revogando-a, sob o fundamento de que a licitante não cumpriu os requisitos previstos no edital, sendo certo que o iminente término do prazo de prorrogação dos atuais contratos de locação de veículos pode afetar o funcionamento de vários setores da Administração Pública Municipal – Pretensão de reforma – Impossibilidade – Controle dos atos administrativos sob

¹ <https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/controlo-de-estabilidade-e-luz-di-urna-sao-obrigatorios-em-carros-novos>



a ótica da juridicidade – Controvérsia que cinge-se à análise do atendimento dos itens nº 01 e 09 do Edital pela impetrante – Licitante que ofereceu veículos pertencentes a categorias inferiores daqueles utilizados como referência pelo instrumento editalício, sendo insuficiente o mero atendimento das especificações técnicas ali contidas – Necessária observância do princípio constitucional da isonomia entre os licitantes – Ausência de fundamento relevante do direito invocado, impossibilitando o deferimento da medida de urgência disposta no art. 7º, da Lei nº 12.016/2009 – Decisão agravada mantida. Recurso desprovido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2133840-09.2022.8.26.0000; Relator (a): Paulo Barcellos Gatti; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Foro de Praia Grande – Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 08/08/2022; Data de Registro: 10/08/2022)

25. Nessa senda, considerando que o edital previa expressamente a necessidade do preenchimento da característica imposta a descrição técnica do produto, percebe-se que a classificação da Recorrida vai em desencontro ao princípio da vinculação ao edital, motivo pelo qual deve ser revista.

26. Sobre o tema, inclusive, importante registrar que o STJ tem adotado o entendimento de que a Comissão de Licitação não possui discricionariedade para se afastar das regras constantes do corpo do Edital, devendo acompanhar o que nele estiver escrito, como revela o julgado a seguir transcrito:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL LICITATÓRIO. ART. 41, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93. VIOLAÇÃO. DEVER DE OBSERVÂNCIA DO EDITAL. (...) II - O art. 41 da Lei nº 8.666/93 determina que: 'Art. 41: A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. "III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da res pública. Outra não seria a necessidade do vocábulo 'estritamente' no aludido preceito infraconstitucional. IV - Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.' (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385) V - Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br



'estritamente' a ele. VI - Recurso Especial provido. (STJ, 1ª T., REsp 421.946/DF, Rel. Min. Francisco Falcão, j. 07.02.2006, DJ 06.03.2006, p. 163.)

27. Leciona José dos Santos Carvalho Filho que:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. [...]

28. Sendo assim, considerando que a classificação apontada ocorreu em desacordo com os princípios da administração pública, requer-se a anulação do referido ato, bem como a desclassificação da empresa COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA na presente licitação.

Do ato de improbidade administrativa

29. Caso seja mantida a decisão, tal conduta configurará ato de improbidade administrativa, conforme termos previstos no inciso VIII, do Art. 10, e no Art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992, in verbis:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...] VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; [...]

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-89

www.metronorte.com.br



30. Ante a indisponibilidade do interesse público e mantida a presente decisão, além das medidas judiciais que serão tomadas, de imediato serão feitas representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

DOS PEDIDOS

31. Requer-se o recebimento do presente Recurso Administrativo, de forma tempestiva e legítima, uma vez apresentado 03 (três) dias úteis posteriores à data da decisão do pregoeiro;

32. Requer-se que seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, nos precisos termos do art. 165, § 1º, da Lei 14.133, o que enseja que a r. decisão está trazendo enormes prejuízo à ora Recorrente;

33. Requer-se a reconsideração do ato administrativo que classificou à empresa Coletto 3R Comercio e Serviços Automotivos Ltda, buscando a sua adequação/deferimento do recurso em apreço, com fito de desclassificá-la no presente processo administrativo.

Nestes termos,

Aguarda pelo deferimento.

Londrina/PR, 10 de maio de 2024.

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 05.035.532/0001-88

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

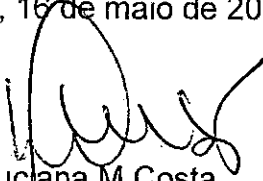
ESTADO DO PARANA

000-190

CERTIDÃO

Certifico nos presentes autos de Pregão Eletrônico 05/2024, que transcorreu "*in albis*" o prazo para manifestação de contrarrazões da licitante COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ 30.614.830/0001-70.

Curiúva, 16 de maio de 2024.


Luciana M Costa
Pregoeira



PARECER JURÍDICO

Referente ao Pregão Eletrônico 05/2024

Objeto: Aquisição de veículos automotores novos, zero km, primeiro emplacamento em nome do município.

Recorrente: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade estabelecidos pela Lei de Licitações e, por essa razão, deve ser conhecido. O recurso encontra-se apto a ser decidido.

Pois bem.

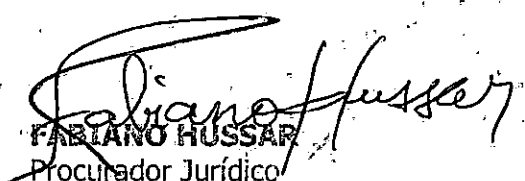
Pelo que se pode extrair do processo licitatório, a Pregoeira e respectiva equipe de apoio decidiu habilitar a proposta da licitante COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, uma vez que julgou atendidos os requisitos estabelecidos no edital do certame.

Contudo, pelos documentos apresentados pela empresa não é possível constatar que o modelo ofertado possui Luz de Condução Diurna (item exigido no edital).

Tendo em vista que transcorreu *in albis* o prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso, a recorrida não apresentou nenhuma explicação sobre a existência ou não de luz de condução diurna no modelo por ela ofertado.

ANTE O EXPOSTO, o parecer é no sentido de que o recurso apresentado por METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA deve ser recebido pela Administração. No mérito, o parecer é no sentido de que o recurso deve ser **provido**, pelos fundamentos apresentados nas razões recursais, devendo ser reformada a decisão tomada pela Pregoeira e equipe de apoio e, conseqüentemente, deve ser declarada inabilitada a proposta da licitante COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, ora recorrida.

Curiúva/PR, 12 de junho de 2024.


FABIANO HUSSAR
Procurador Jurídico
OAB/PR 66351



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

000192

JULGAMENTO DE RECURSO

Referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2024

DECIDO acolher integralmente o conteúdo do parecer exarado pelo Setor Jurídico e adotá-lo como motivação para o presente ato decisório, em razão de seus irrepreensíveis e inafastáveis fundamentos (conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019).

Com efeito, DECIDO conhecer o recurso interposto pela METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA; e, no MÉRITO, deve ser julgado PROCEDENTE, pelos fundamentos apresentados nas razões recursais, e consequentemente, declarar inabilitada a licitante Colleto 3R Comércio e Serviços LTDA.

Curiúva, 13 de junho de 2024.

LUCIANA
MARILIA DA
COSTA:200
16102894

Assinado de
forma digital por
LUCIANA
MARILIA DA
COSTA:20016102
894

Luciana Marília da Costa
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2024

Tendo em vista que

DECIDO acolher integralmente o conteúdo do parecer exarado pelo Setor Jurídico e adotá-lo como motivação para o presente ato decisório, em razão de seus irrepreensíveis e inafastáveis fundamentos (conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019).

Pósto isso, **julgo provido** o recurso interposto pela licitante METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, para o efeito de **reformular** a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, no sentido de declarar inabilitada a licitante Colleto 3R Comércio e Serviços LTDA.

Curiúva, 13 de junho de 2024.

NATA NAEL MOURA
DOS
SANTOS:60558040934

Assinado de forma digital
por NATA NAEL MOURA DOS
SANTOS:60558040934

Nata Nael Moura dos Santos

Prefeito Municipal

**PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Ao

Município de Curiúva/PR**Pregão Eletrônico N° 05/2024****Processo Administrativo N° 09/2024**

OBJETO: Aquisição de aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, com as características e especificações descritas abaixo:

LOTE	QTD	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	COR
01	03	<ul style="list-style-type: none">- Veículo automotor- Tipo: Hatch- Marca: Volkswagen- Modelo: Polo Track- Veículo 0Km, ano/modelo: 2024/2024- Flex, 5 (cinco) portas, cor branca.- Direção elétrica.- 04 (quatro) Airbags.- Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura.- Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos.- Banco do motorista com regulagem de altura.- Banco traseiro com encosto rebatível.- Assistente de partida em acive.- Ar-condicionado.- Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros.- Alarme antifurto.- Conjunto de 4 (quatro) alto falantes.- Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante.	VOLKSWAGEN	BRANCO

Faria Veículos Ltda.

CNPJ: 01.869.253/0010-50 - Inc. Estadual: 396.108.120.118

Av. Áureo Fernandes Faria, 751 - 2 Parque Industrial

15708-000 - Jales - SP

Fone/Fax: (17) 3622 4444

Jales@fariaveiculos.com.br





Faria

	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter". - Sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros manual. - Rodas de aço aro 15' com pneus 185/65 R15 e supercalotas - Transmissão manual 5 marchas. - Motor 84 cv (E) / 77 cv (G), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia de 24 (vinte e quatro) meses 		
VALOR UNITÁRIO: R\$ 94.200,00 (Noventa e Quatro Mil e Duzentos Reais) VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 282.600,00 (Duzentos e Oitenta e Dois Mil e Seiscentos Reais)			

Condição de Pagamento: em 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal

Prazo de entrega: em 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da respectiva nota de empenho.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Garantia: Garantia de 24 (vinte e quatro) meses, condicionado ao cumprimento das revisões, conforme plano de manutenção.

Dados Bancários:

Banco: Bradesco / Agência: 3499-1 / Conta C/C: 621-1

Jales/SP, 06 de maio de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br PATRICIA DANIELA DA SILVA
 Data: 06/05/2024 14:23:11-0300
 Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

PATRICIA DANIELA DA SILVA

CPF: 214.043.088-30

RG: 28054596-4

Faria Veículos Ltda.

CNPJ: 01.869.253/0010-50 - Inc. Estadual: 396.108.120.118

Av. Aureo Fernandes Faria, 751 – 2 Parque Industrial

15708-000 – Jales - SP

Fone/Fax: (17) 3622 4444

Jales@fariaveiculos.com.br





Diagrama MY'24

Polo Track 1.0 MPI - 84 cv *

Transmissão	Model Code	Emissão	Edição
Manual	R111Q4	13.09.2023	X9G/2

Principais itens de série

Airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2)
 Alto-Falantes (4)
 "ESS" - Alerta de frenagem de emergência
 Alerta sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança dianteiros e traseiros
 Antena de teto
 Ar-condicionado com filtro de poeira e pólen
 Banco do motorista com ajuste milimétrico de altura
 Banco traseiro com encosto rebatível
 Chave "canivete" com controle remoto
 Cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura (motorista) e pré-tensionador
 Coluna de direção com ajuste de altura e profundidade
 Computador de bordo
 Controle eletrônico de estabilidade (ESC), controle de tração (ASR), bloqueio eletrônico do diferencial (EDS)
 Desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro
 Direção elétrica
 Espelhos retrovisores externos com luzes indicadoras de direção integradas
 Fixação de assento de criança com sistema ISOFIX® / Top tether
 Freios "ABS" com "EBD" - distribuição eletrônica de frenagem
 "HHC" (Hill Hold Control) - Assistente para partida em subidas
 Para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo
 Para-sóis (espelho no lado do passageiro)
 Rodas de aço aro 15" com pneus 185/65 R15 e supercalotas
 Sistemas de controle da perda de pressão dos pneus
 Sistema de frenagem automática pós colisão "Post Collision Brake"
 Sistema de infotainment Média Plus II
 Transmissão manual de 5 velocidades
 Travamento elétrico e remoto das portas, porta-malas e tampa de combustível
 Tomada USB tipo C
 Vidros elétricos dianteiros
 Volante multifuncional

Acabamento Interno

XK - Tecido

Cores

Sólidas:

A1A1 - Preto Ninja

B4B4 - Branco Cristal

Metálicas:

2R2R - Cinza Platinum

7Z7Z - Prata Sirius

*Potência máxima: 100% Etanol

Pacotes	Opcionais	Obriga	Proíbe
PHU	Interatividade Composition Touch <i>Sistema de som touchscreen "Composition Touch" com App-connect</i>		

* Tabela temporária e provisória, sujeita a modificações diárias, para uso exclusivo e simples consulta por parte do profissional vendedor.

Model Code: R111Q4

Data: 04.03.2024

Polo Track 1.0 MPI 84 cv (E) / 77 cv (G) Manual de 5 velocidades 4 portas

DESEMPENHO:

Aceleração de 0 a 100 km/h:

13,4 s (E) / 13,8 s (G)

Velocidade máxima:

169 km/h (E) / 166 km/h (G)

MOTOR:

Cilindrada:

999 cm³

Potência líquida máxima:

84 cv (E) / 77 cv (G) - 6.450 rpm

Torque líquido máximo:

10,3 (E) - 3000 rpm (E) / 9,6 kgfm (G) - 4000 rpm (G)

FREIOS:

Dianteiros:

Disco ventilado

Traseiros:

Tambor

PRINCIPAIS DIMENSÕES:

Comprimento:

4.079 mm

Distância entre eixos:

2.566 mm

Largura:

1.751 mm

Largura com Espelho:

1.964 mm

Altura:

1.471 mm

PESOS:

Em ordem de marcha:

1.054 kg

Carga útil máxima:

395 kg

COMPARTIMENTO DE CARGA:

Compartimento de carga:

300 l (VDA) / 365 l (Volume teórico máximo)

DIREÇÃO:

Direção:

Elétrica

→ Todas as informações deverão ser confirmadas com seu concessionário Volkswagen.
→ Especificações técnicas estão sujeitas a alterações pelo fabricante sem aviso prévio.

Fonte: Volkswagen do Brasil www.vw.com.br

Data: 04.03.2024

TRANSMISSÃO:

Transmissão:

Manual de 5 velocidades

RODAS E PNEUS:

Pneus:

185/65 R15

RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL:

Reservatório de combustível:

52 litros

NÚMERO MÁXIMO DE PASSAGEIROS:

Número máximo de passageiros:

5



PROPOSTA COMERCIAL

Ao
ÓRGÃO
ESTADO
PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
PARANÁ
05/2024

LOTE / ITEM	CÓD	PRODUTO - DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD	UNIDADE	PRÉ-VENDA	
						VALOR UN	VALOR TOTAL
1		Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone n volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças "ISOFIX" e "Top Theter". - distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15". - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses	ONIX HATCH LT 1.0 ASPIRADO - 2024/2024	3	UNIDADE	R\$ 87.799,00	R\$ 263.397,00
						VALOR TOTAL R\$	263.397,00

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias
Prazo de Entrega 60 (sessenta) dias
Forma de Pagamento 30 (trinta) dias

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

NOME DA EMPRESA METRONORTE COMERCIAL VEÍCULOS LTDA
CNPJ 05.035.532/0001-88
DADOS BANCÁRIOS Banco Bradesco S.A/Agência: 3552-1/Conta Corrente: 15730-9
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME: ASSAAD FARES ABOU NABHAN - CPF: 108.994.489-68 - RG: 1.311.724/SSP - PR
E-MAIL DE CONTATO lichacopes@grupometronorte.com.br

Londrina, 13/06/2024

METRONORTE COMERCIAL VEÍCULOS LTDA
ASSAAD FARES ABOU NABHAN
CPF nº 108.994.489-68

Assinado de forma digital por ASSAAD FARES ABOU NABHAN:10899448968
Dados: 2024.06.13 11:55:25 -03'00'

66199

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- **ASSAAD FARES ABOU NABHAN**, brasileiro, natural do Líbano, empresário, nascido em 23/08/1944, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Rua Dr. Elias Cesar, n.º 155, apto. 1701, Bairro Jardim Caiçaras, no Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.015-640, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.311.724/SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 108.994.489-68; e,
- **N4 PARTICIPAÇÕES LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.575.670/0001-71 e NIRE 41209577952, com sede na Avenida Brasília, nº 1701, Sala 02, Rodocentro, em Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.070-020, neste ato representada por seu sócio administrador **Assaad Fares Abou Nabhan**, anteriormente qualificado;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Brasília, nº 1.701, Rodocentro, CEP 86.070-020, inscrita no CNPJ sob nº 05.035.532/0001-88 e com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE nº 41204795366 por despacho em sessão de 07/05/2002, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, proceder as seguintes alterações em seu contrato social:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica criado filial na Rodovia SC 108, Rodovia Rodolfo Jahn, Km 16, nº 16.352, Distrito Vila Nova, CEP 89237-680, em Joinville – Santa Catarina, tendo como atividade, compra e venda de automóveis novos e usados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em virtude das deliberações tomadas, decidem os sócios por consenso unânime em consolidar o Contrato Social, o qual passará, doravante, a vigorar com a seguinte nova redação:

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME nº 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

- **ASSAAD FARES ABOU NABHAN**, brasileiro, natural do Líbano, empresário, nascido em 23/08/1944, casado sob o regime de comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Rua Dr. Elias Cesar, n.º 155, apto. 1701, Bairro Jardim Caiçaras, no Município de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.015-640, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.311.724/SSP-PR e inscrito no CPF sob nº 108.994.489-68; e,
- **N4 PARTICIPAÇÕES LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.575.670/0001-71 e NIRE 41209577952, com sede na Avenida Brasília, nº 1701, Sala 02, Rodocentro, em Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.070-020, neste ato representada por seu sócio administrador **Assaad Fares Abou Nabhan**, anteriormente qualificado;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Brasília, nº 1.701, Rodocentro, CEP 86.070-020, inscrita no CNPJ sob nº 05.035.532/0001-88 e com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob NIRE nº 41204795366 por despacho em sessão de 07/05/2002, **RESOLVEM** consolidar o seu contrato social, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Gira a sociedade sob o nome empresarial **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.**, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0001-88, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob nº 41204795366, por despacho em sessão de 07/05/2002, que será regida pelas cláusulas e condições do presente instrumento particular de contrato social e, em suas omissões, pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo único - O nome empresarial **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.**, ou ainda suas combinações, será utilizado exclusivamente no objeto social e composição desta sociedade, não podendo ser objeto de reivindicação de direitos autorais, ou de propriedade, pelos sócios ou administradores.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sede no município de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Brasília nº 1.701, Rodocentro, CEP 86.070-020, podendo, a juízo de

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

seus sócios, abrir e fechar filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, mediante alteração contratual, cumprida para este fim as exigências legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - Tem a sociedade como objeto social, a exploração de compra de venda de automóveis novos e usados, venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos, lubrificantes e combustíveis, prestação de serviços técnicos de mecânica, elétricos, funilaria, locação de automóveis, administração de bens imóveis, vendas web (e-commerce), seguros de automóveis e atividades de intermediação e agenciamento de vendas.

Parágrafo único - A filial da Avenida Juscelino Kubistchek, nº 2700, CEP 86.010-540, no Município de Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.035.532/0002-69, NIRE 41900765562, possui objeto social de exploração de compra e venda de automóveis novos e usados, venda de peças e acessórios para automóveis, prestação de serviços técnicos de mecânica, elétricos e atividades de intermediação e agenciamento de vendas.

CLÁUSULA QUARTA - Durará a sociedade por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 15/05/2002.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social é de R\$ 1.530.517,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil e quinhentos e dezessete reais), divididos em 1.530.517 (um milhão e quinhentos e trinta mil e quinhentos e dezessete) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas neste ato em moeda corrente nacional pelos sócios como segue:

- (a) A sócia **N4 PARTICIPAÇÕES LTDA.** detém 1.515.212 (um milhão e quinhentos e quinze mil e duzentos e doze) quotas, no valor de R\$ 1.515.212,00 (um milhão e quinhentos e quinze mil e duzentos e doze reais), representando 99% (noventa e nove por cento) das quotas da sociedade;
- (b) O sócio **ASSAAD FARES ABOU NABHAN** detém 15.305 (quinze mil e trezentos e cinco) quotas, no valor de R\$ 15.305,00 (quinze mil e trezentos e cinco reais), representando 1% (um por cento) das quotas da sociedade.

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Nome dos Sócios	Quotas Possuídas	% de Participação	Valor em R\$
N4 PARTICIPAÇÕES LTDA.	1.515.212	99%	1.515.212,00
ASSAAD FARES ASSAAD NABHAN	15.305	1%	15.305,00
Total	1.530.517	100%	1.530.517,00

CLÁUSULA SEXTA - Aplicam-se subsidiariamente no que for pertinente aos preceitos das sociedades limitadas, por isso, a responsabilidade dos sócios é limitada exclusivamente as quotas subscritas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA SÉTIMA - A empresa possui filial na Avenida Juscelino Kubitschek nº 2700, Centro, CEP 86.010-870, na cidade de Londrina, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0002-69, NIRE 41900765562.

CLÁUSULA OITAVA - A empresa possui filial na Avenida das Torres nº 1680, Bairro São Cristóvão, CEP 83.040-300, São José dos Pinhais, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0004-20, NIRE 41901080091.

CLÁUSULA NONA - A empresa possui filial na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto nº 1698, Jardim América, CEP 83.212-000, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0005-01, NIRE 41901080105.

CLÁUSULA DÉCIMA - A empresa possui filial na Avenida das Torres nº 1440, Bairro Cidade Jardim, CEP 83.040-300 em São José dos Pinhais, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0006-92, NIRE 41901085905.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A empresa possui filial na Rua Tenente Antônio nº 750, Bairro Bom Retiro, CEP 89.222-401, em Joinville. Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0008-54, NIRE 42900959911.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A empresa possui filial na Rua Max Colin nº 1701 - Galpão 1, Bairro América, CEP 89.204-635, na cidade de Joinville, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0009-35, NIRE 42900959902.

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A empresa possui filial na Rua Joaquim Nabuco nº 445-A, Bairro Cidade Jardim, CEP 83.040-210, São José dos Pinhais, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0013-11, NIRE 41901398130.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A empresa possui filial na Rua Mirador nº 175, Bairro São Cristóvão, CEP 83040-270, em São José dos Pinhais, estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.035.532/0015-83, NIRE 41901859153.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A empresa possui filial na Avenida Comendador Franco nº 7666, Bairro Uberaba, CEP 81560-001, em Curitiba, estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 05.035.532/0016-64, NIRE 41901866371.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A empresa possui filial na Rua Possidio Silva do Valle nº 13, Distrito Industrial, CEP 88.104-745, em São José, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0017-45, NIRE 42902049300, tendo como atividade venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos, lubrificantes e combustíveis e prestação de serviços técnicos de mecânica e elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A empresa possui filial na Avenida Madre Benvenuta nº 1.936, Bairro Santa Mônica, CEP 88.035-001, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0018-26, NIRE 42902064643, tendo como atividade a exploração de compra e venda de automóveis novos e usados, venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos e lubrificantes, prestação de serviços técnicos de mecânica, elétricos, funilaria, locação de automóveis, administração de bens imóveis, vendas web (e-commerce), seguros de automóveis e atividades de intermediação e agenciamento de vendas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A empresa possui filial na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 2.056, Bairro Capoeiras, CEP 88.085-001, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0019-07, NIRE 42902064694, tendo como atividade a exploração de Compra e venda de automóveis novos e usados, venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos e lubrificantes, prestação de serviços técnicos de mecânica, elétricos, funilaria, locação de

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

automóveis, administração de bens imóveis, vendas web (e-commerce), Seguros de automóveis e atividades de intermediação e de vendas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A empresa possui filial na Avenida Josué Di Bernardi, nº 720, Bairro Capoeiras, CEP 88.095-720, em Florianópolis, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0020-40, NIRE 42902067341, tendo como atividade a exploração de compra e venda de automóveis novos e usados, venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos e lubrificantes, prestação de serviços técnicos de mecânica, elétricos, funilaria, locação de automóveis, administração de bens imóveis, vendas web (e-commerce), seguros de automóveis e atividades de intermediação e agenciamento de vendas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A empresa possui filial na Avenida Brasília nº 1.701 - Galpão 02, Rodocentro, CEP 86.070-020, em Londrina, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob nº 05.035.532/0021-21, NIRE 41902107872, tendo como atividade, venda de peças e acessórios para automóveis, venda de pneus e seus acessórios, venda de óleos e lubrificantes, prestação de serviços técnicos de mecânica e elétricos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A administração da sociedade caberá ao sócio **ASSAAD FARES ABU NABHAN**, qualificado no preâmbulo, com a administradora não sócia **SONIA ASSAAD NABHAN**, brasileira, divorciada, empresária, portadora de cédula de identidade RG sob n.º 4.036.623-7 SSP-PR, inscrita no CPF sob n.º 548.307.379-72, residente e domiciliada na Rua Eurico Hummig, nº 355, apartamento 1601, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86.050-464, no Município de Londrina, Estado do Paraná, em conjunto, com poderes e atribuições de **ADMINISTRADORES**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, atuarem em atividades estranhas, bem como dar avais, fianças, endossos, abonos em favor de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Sendo do interesse da sociedade, estes poderão prestar fianças e dar avais, desde que tais sejam assinados por todos os Sócios.

Parágrafo Segundo - Também a sociedade poderá ser representada em juízo ou fora de e, ativa e passivamente, por procuradores constituídos pelos administradores, dentro dos limites e prazos que contiverem os respectivos instrumentos de mandato, com especificação dos atos autorizados.

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

000200

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento dos demais sócios, aos quais ficam assegurados, em igualdade de condições e preço para sua aquisição se postas venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade não será extinta, podendo seus herdeiros, sucessores, e o incapaz, continuar com suas atividades.

Parágrafo Primeiro - Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado conforme situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim.

Parágrafo Segundo - Este mesmo procedimento será adotado em casos que a sociedade se resolva por interesse dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço do resultado econômico, devendo os demais sócios deliberar sobre as contas e aprová-las ou não formalmente, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único - Os lucros ou perdas apuradas ao final do período de apuração poderão ser distribuídos ou suportados pelos sócios de maneira desproporcional a quantidade de quotas que possuem na sociedade, mediante acordo entre os sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Os sócios poderão de comum acordo, fazer uma retirada mensal a título de "Pró-labore", que será levada diretamente a débito de despesas gerais.

Parágrafo Primeiro - A retirada "Pró-labore" pode ser suspensa ou extinta a qualquer momento, ou mesmo inexistir, através de análise e acordo de sócios.

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

006207

CNPJ/ME 05.035.532/0001-88

NIRE 41204795366

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Parágrafo Segundo - Inexistindo acordo entre os sócios para a fixação ou extinção do "Pró-labore" a decisão ocorrerá por maioria absoluta dos sócios, metade mais um do capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, e nem condenados ou encontram-se sob os efeitos da condenação que os proíba de exercerem a administração da sociedade empresarial, em especial aos impedimentos do art. 1.011, §1º, da Lei nº 10.406/2002 (CC/2002).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica eleito o foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, juntamente com duas testemunhas, comprometendo-se os sócios, por si, seus herdeiros ou sucessores, a bem e fielmente cumpri-lo.

Londrina-PR, 19 de dezembro de 2022.

ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:1089944896
8
Assinado de forma digital por
ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:10899448968
Dados: 2022.12.19 09:23:17
-03'00'

ASSAAD FARES ABOU NABHAN

Sócio

ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:1089944896
8
Assinado de forma digital por
ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:10899448968
Dados: 2022.12.19 09:23:42
-03'00'

N4 PARTICIPAÇÕES LTDA.

Sócia

Representada por ASSAAD FARES ABOU
NABHAN

RESERVADO PARA JUNTA COMERCIAL



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, LINDA MITIYO OGAWA ANTUNES, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 039248, registrado em 20/03/1997, inscrito no CPF nº 85288411972, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
85288411972	039248	LINDA MITIYO OGAWA ANTUNES

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/12/2022 08:14 SOB Nº 20228680298.
PROTOCOLO: 228680298 DE 20/12/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12216179811. CNPJ DA SEDE: 05035532000188.
NIRE: 41204795366. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/12/2022.
METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.035.532/0001-88 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/05/2002
NOME EMPRESARIAL METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) METRONORTE		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores 45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV BRASILIA	NÚMERO 1701	COMPLEMENTO *****
CEP 86.070-020	BAIRRO/DISTRITO SHANGRI-LA B	MUNICÍPIO LONDRINA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO SOCIETARIO@GRUPOMETRONORTE.COM.BR		TELEFONE (43) 3377-1212
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2002
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 01/04/2024 às 11:10:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.035.532/0001-88
Razão Social: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
Endereço: AV BRASILIA 1701 / SHANGRILA B / LONDRINA / PR / 86070-020

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

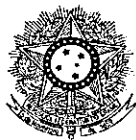
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/05/2024 a 27/06/2024

Certificação Número: 2024052905361145752425

Informação obtida em 06/06/2024 13:07:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.035.532/0001-88

Certidão nº: 17755649/2024

Expedição: 14/03/2024, às 11:33:26

Validade: 10/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 05.035.532/0001-88, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
CNPJ: 05.035.532/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:29:26 do dia 24/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/11/2024.

Código de controle da certidão: **B63C.97BC.9199.6A25**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações RFB:

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000214

Certidão Positiva
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
com Efeitos de Negativa
(Art. 206 do CTN)
Nº 033411315-73

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.035.532/0001-88**
Nome: **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, nesta data, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou VI, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias

Válida até 29/07/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação - Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO NEGATIVA

Nº 195829 / 2024

Válida por 120 (cento e vinte) dias a contar da data de expedição.

Certificamos que existem débitos vencidos junto ao Cadastro Mobiliário ou Contribuinte ou Imobiliário, mas que sua exigibilidade encontra-se SUSPENSA, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (CTN - Lei nº 5.172/1966), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, com relação ao abaixo referido:

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
CPF/CNPJ: 05.035.532/0001-88

A presente CERTIDÃO goza dos efeitos de Certidão Negativa, face ao que dispõe o artigo 206 do Código Tributário Nacional – CTN.

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constatados em buscas, assim como efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade: **DIREITO** (Licitação, Cadastro, Incentivo à Cultura e/ou Esporte, Financiamento, Inventário, Baixa, Transferência).

Londrina, 15 de abril de 2024

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.londrina.pr.gov.br>>.

Código Validador
9TF8Qg0XA

Dispensados carimbo e assinatura, conforme art. 3º do Decreto nº 640/2015.

Modelo aprovado pela Portaria nº 002/2015/GAB/SMF.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁSecretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Fiscalização de Atividades Econômicas
Gerência de Cadastro Mobiliário e Alvará

CNPJ/CPF 05.035.532/0001-88		ALVARÁ DE LICENÇA		C.M.C. 139.447-9	
Processo nº 91454 / 2016		Validade Enquanto cumprir as exigências da legislação em vigor			
Nome ou Razão Social METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA					
Nome Fantasia METRONORTE PRP1513950794					
Endereço AVENIDA BRASILIA 1701 JD SHANGRILA B					
Cidade/UF LONDRINA / PR		CEP 86.076-020	Área/m2 10000	Zonamento	
S.F.A 168467		Início Atividade 15/05/2002			
Código (CNAE) G-4511-1/01-00		Descrição da Atividade Principal (CNAE) Comercio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
Código (CNAE) G-4511-1/02-00		Descrição da Atividades Econômicas Secundárias (CNAE) Comercio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4520-0/01-00		Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4520-0/02-00		Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4520-0/03-00		Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4520-0/04-00		Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4530-7/03-00		Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4530-7/05-00		Comercio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4731-8/00-00		Comercio varejista de combustíveis para veículos automotores (COM ATE 02 BOMBAS DE OLEO DIESEL)-(Alto Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4732-6/00-00		Comercio varejista de lubrificantes-(Alto Risco conf. Dec. 1167/20)			
N-7711-0/00-00		Locacao de automoveis sem condutor - (Medio Risco conf. Dec. 1167/20)			
Observação PRP1513950794 REDESIM					
Londrina, 28 de novembro de 2016 Dispensado carimbo e assinatura, conforme Art 19, do Decreto 1167/2020. - Expedido via internet 24/01/2024 09:30:42.					
Código Validador: 8Vc5Ud%gV Para confirmar a autenticidade deste Alvará de Licença acesse http://www.londrina.pr.gov.br .					
IMPORTANTE Este Alvará de Licença deverá ficar exposto no estabelecimento licenciado. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração do ramo de atividade, de razão social ou quadro societário, deverá solicitar tais alterações previamente, na Secretaria Municipal de Fazenda. A Situação Cadastral atualizada desta empresa no município de Londrina poderá ser consultada através do endereço eletrônico: http://www.londrina.pr.gov.br .					



**Prefeitura do Município de
Londrina**
Estado do Paraná
Secretaria Municipal de Fazenda

VÁLIDO SOMENTE PARA FINS DE CONSULTA!

Contribuinte,

Confira os dados do Cadastro Mobiliário e, se houver qualquer divergência, providencie junto ao setor de **Alvará de Licença da Secretaria Municipal de Fazenda** a sua atualização cadastral.

SITUAÇÃO CADASTRAL			
C.M.C. 1394479		DATA DO INÍCIO DE ATIVIDADE 15/05/2002	
RAZÃO SOCIAL METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA			
CNPJ/CPF 05035532000188			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE G451110100 - Comercio a varejo de automoveis,... (Item:) G451110200 - Comercio a varejo de automoveis,... (Item:) G452000100 - Servicos de manutencao e reparac... (Item: 14.01) G452000200 - Servicos de lanternagem ou funil... (Item: 14.12) G452000300 - Servicos de manutencao e reparac... (Item: 14.01) G452000400 - Servicos de alinhamento e balanc... (Item: 14.01) G453070300 - Comercio a varejo de pecas e ace... (Item:) G453070500 - Comercio a varejo de pneumaticos... (Item:) G473180000 - Comercio varejista de combustive... (Item:) G473260000 - Comercio varejista de lubrifican... (Item:) N771100000 - Locacao de automoveis sem condut... (Item:)			
LOGRADOURO AVENIDA BRASILIA		NÚMERO 1701	COMPLEMENTO
CEP 86070020	BAIRRO/DISTRITO JD SHANGRILA B	MUNICÍPIO LONDRINA	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL Ativo		DATA 15/05/2002	
OPÇÃO SIMPLES NACIONAL NÃO		SIMEI NAO	

[Nova consulta](#)

[Imprimir](#)

e-mail: alvara.licenca@londrina.pr.gov.br



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO

Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão

Lourival Danelutti

Edenilson Donisete Macri

Iwerlei Bueno Moraes

Ozeas Pinheiro de Goes

Marta Rocha

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros e registros eletrônicos do Cartório a meu cargo, deles **NÃO CONSTA** ter sido distribuído a qualquer Vara desta Comarca, ação alguma de **FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL** em face de:

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

CNPJ 05.035.532/0001-88

LOCAL DA SEDE LONDRINA-PR.

CUSTAS: R\$ 42,95

Lei 21.868/2023 - Tab XVI - 141 VRC x 0,277 + 10%



Consulte a autenticidade desta certidão em
<https://autenticidade.distribuidorlondrina.com.br/index.php?codigo=ED73C0F6AF7E2A377E71F8426C5A0367>

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre a ação supra citada.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 3 de Maio de 2024.

Assinado eletronicamente por

IWERLEI BUENO MORAES

CPF : 727.061.809-78

Dados: 2024-05-06 15:29:31

DISTRIBUIDOR

Iwerlei Bueno Moraes

Empregado Juramentado

ANEXO II
DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

Pregão nº 05/2024

A empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA**, CNPJ nº 05.035.532/0001-88, localizada na Avenida Brasília, nº 1701, bairro Shangri-la B, Londrina/PR, com telefone (43)3377-1212, endereço de e-mail licitacoes@grupometronorte.com.br, por meio de seu representante legal [Sr. Assaad Fares Abou Nabhan, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 108.994.489-68, portador do RG nº 1.311.724/SSP – PR, Declara:

1. Estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
2. Estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;
3. que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;
4. que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
5. que cumpre com todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
6. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7. que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;
8. que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
9. Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que o mesmo estipular;
10. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina – PR – Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

dezesseis anos. (* Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz -deverá fazer a ressalva).

11. Que atesta, no que for aplicável, o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Londrina/PR, 13 de junho de 2024.

ASSAAD FARES
ABOU
NABHAN:10899
448968

Assinado de forma
digital por ASSAAD
FARES ABOU
NABHAN:10899448968
Dados: 2024.06.13
11:56:06 -03'00'

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 05.035.532/0001-88
ASSAAD FARES ABOU NABHAN
CPF nº 108.994.489-68

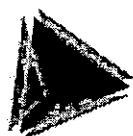
METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Av. Brasília, 1.701, Jardim Shangri-lá B, CEP 86.070-020 - Londrina - PR - Fone: (43) 3377-1212 Fax: (43) 3377-1437

CNPJ: 05.035.532/0001-88

www.metronorte.com.br

000221



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 05.035.532/0001-88

LIMPAR

Data da consulta: 13/06/2024 13:33:39
Data da última atualização: 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 06/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 06/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 06/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

000222

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR****ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**

Processo Administrativo Nº 09/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA

Data de Publicação: 23/04/2024 13:54:07

MOVIMENTOS DO PROCESSO**23/04/2024 15:09:52 MENSAGEM PREGOEIRO**

O arquivo PE 05.2024.pdf foi adicionado ao processo.

29/04/2024 15:39:03 CADASTRO DE PROPOSTA MW MOTORS LTDA**29/04/2024 17:20:41 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA MW MOTORS LTDA****30/04/2024 10:27:04 CADASTRO DE PROPOSTA COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA****01/05/2024 10:45:06 REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO BARI VEICULOS LTDA (07.461.763/0001-89)**

Impugnar referente a potencia na gasolina de 77 cv

03/05/2024 11:30:08 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA**03/05/2024 18:28:47 CADASTRO DE PROPOSTA COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA****06/05/2024 08:57:42 CADASTRO DE PROPOSTA LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA****06/05/2024 10:10:00 CADASTRO DE PROPOSTA S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA.,****06/05/2024 10:15:01 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA.,****06/05/2024 10:24:56 CADASTRO DE PROPOSTA CIPAUTO VEICULOS LTDA****06/05/2024 11:31:20 CADASTRO DE PROPOSTA FARIA VEICULOS LTDA****06/05/2024 14:35:00 CADASTRO DE PROPOSTA CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA****06/05/2024 16:08:31 CADASTRO DE PROPOSTA METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA****06/05/2024 16:21:05 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA****06/05/2024 16:34:01 RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO PREGOEIRO**

Segue a decisão da impugnação apresentada pela proponente Bari Veículos LTDA

06/05/2024 16:35:42 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA FARIA VEICULOS LTDA**06/05/2024 16:49:30 CADASTRO DE PROPOSTA FANCAR AUTOMOVEIS LTDA****06/05/2024 17:11:55 CADASTRO DE PROPOSTA SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA****06/05/2024 17:30:02 CADASTRO DE PROPOSTA BELCAR VEICULOS LTDA****06/05/2024 17:37:35 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA BELCAR VEICULOS LTDA****06/05/2024 18:28:13 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA CIPAUTO VEICULOS LTDA****06/05/2024 18:53:25 CADASTRO DE PROPOSTA OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA****06/05/2024 21:57:21 CADASTRO DE PROPOSTA AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA****06/05/2024 22:13:11 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA****07/05/2024 07:51:09 ALTERAÇÃO DE PROPOSTA OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA****07/05/2024 08:13:59 MENSAGEM PREGOEIRO**

Bom dia a todos. Iniciaremos a sessão às 09h00min.

07/05/2024 09:01:41 MENSAGEM PREGOEIRO

Vamos iniciar.

07/05/2024 09:22:27 MENSAGEM PREGOEIRO

Solicito a licitante que anexe os documentos nos termos do edital.

07/05/2024 09:25:11 MENSAGEM PREGOEIRO

A licitante COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, favor anexar a proposta ajustada.

07/05/2024 09:57:59 MENSAGEM PREGOEIRO

A licitante COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, favor anexar a proposta ajustada.

07/05/2024 10:27:49 MENSAGEM PREGOEIRO

Os documentos apresentados estão de acordo com o edital, passaremos para a próxima fase que é a da manifestação de interposição de recurso.

13/06/2024 09:49:16 MENSAGEM PREGOEIRO

Bom dia a todos, solicito a licitante METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA anexar os documentos de habilitação.

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

13/06/2024 09:54:25 MENSAGEM PREGOEIRO

Em tempo: A licitante 3R Colleto foi inabilitada visto que o veículo ofertado, Polo Track, não atende os requisitos do edital, pois não possui a luz de condução diurna. Da mesma forma ocorreu com a Licitante subsequente, a Faria Veículos. Por isso que neste momento foi solicitado à licitante Metronorte a apresentar, no primeiro momento, os documentos de habilitação.

13/06/2024 10:39:35 MENSAGEM PREGOEIRO

Deixo registrado que logo após o horário acima, entramos em contato com a licitante via fone para que anexe os documentos de habilitação.

13/06/2024 11:53:43 MENSAGEM PREGOEIRO

O participante METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 2ffdc7d1926548b4b889a7dbc37930b5.zip aos documentos complementares.

13/06/2024 12:04:20 MENSAGEM PREGOEIRO

O participante METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 48d5e7000efc43f69695ee56d4616b96.pdf aos documentos complementares.

13/06/2024 12:04:29 MENSAGEM PREGOEIRO

O participante METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA adicionou o arquivo 834eba3d33444ee6b4e3e7e496a6ba2c.pdf aos documentos complementares.

14/06/2024 13:51:50 MENSAGEM PREGOEIRO

Boa tarde a todos, os documentos anexados estão de acordo. Sendo assim, daremos sequencia ao certame para finalizar este certame.

**LOTE 1 - ADJUDICADO
Lote 001**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX HATCH LT 1.0 ASPIRADO - 2024/2024
<p>Descrição: VEICULO AUTOMOTOR 0 KM - Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças ?ISOFIX? e ?Top Theter?. - Sistema de freios ABS com ?EDB? ? distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15?. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.</p>			
Quantidade: 3		Valor Unit.: 87.799,00	Valor Total: 263.397,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 METRONORTE COMERCIAL DE	021	05.035.532/0001-88	94.204,67	87.799,00		Não
2 BELCAR VEÍCULOS LTDA	018	02.918.639/0001-86	98.000,00	88.100,00	0,34	Não
3 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	025	50.238.039/0001-10	94.200,00	89.300,00	1,36	Não
4 OURICAR OURINHOS VEICULOS E	013	53.386.306/0001-94	94.200,00	89.400,00	0,11	Não
5 FANCAR AUTOMOVEIS LTDA	023	75.953.521/0001-62	94.204,00	90.800,00	1,57	Não
6 COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS	106	23.821.956/0001-50	104.000,00	91.000,00	0,22	Sim
7 CIPAUTO VEÍCULOS LTDA	051	06.105.496/0003-06	94.200,00	91.500,00	0,55	Não
8 AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA	039	48.527.394/0001-67	94.200,00	94.100,00	2,84	Não
9 CAMMINARE MAQUINAS E	118	35.741.144/0001-83	94.200,00	94.200,00	0,11	Não
10 S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U	119	42.227.311/0001-38	95.000,00	95.000,00	0,85	Sim
11 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	079	40.976.095/0001-06	103.040,00	99.800,00	5,05	Não
12 MW MOTORS LTDA	089	50.205.792/0001-09	115.000,00	115.000,00	15,23	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS	138	30.614.830/0001-70	94.000,00	83.300,00		Não
FARIA VEICULOS LTDA	111	01.869.253/0010-50	94.200,00	85.600,00	2,7611	Não

MOVIMENTOS DO LOTE

23/04/2024 13:54:06	PUBLICADO		
23/04/2024 14:00:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
07/05/2024 08:00:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
07/05/2024 09:01:48	DISPUTA		
07/05/2024 09:01:48	LANCE	FANCAR AUTOMOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 023)	94.204,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 025)	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 013)	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	BELCAR VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 018)	98.000,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	94.000,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	MW MOTORS LTDA (PARTICIPANTE 089)	115.000,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	104.000,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	103.040,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA., (PARTICIPANTE 119)	95.000,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	CIPAUTO VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 051)	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	94.200,00
07/05/2024 09:01:48	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	94.204,67
07/05/2024 09:02:59	LANCE	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 013)	93.900,00
07/05/2024 09:03:33	LANCE	BELCAR VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 018)	93.800,00
07/05/2024 09:04:29	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	93.700,00
07/05/2024 09:04:58	LANCE	LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	99.800,00
07/05/2024 09:05:23	LANCE	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 013)	93.600,00
07/05/2024 09:05:54	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	93.500,00
07/05/2024 09:06:03	LANCE	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	92.000,00
07/05/2024 09:06:29	LANCE	CIPAUTO VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 051)	91.500,00
07/05/2024 09:06:48	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	91.300,00
07/05/2024 09:06:58	LANCE	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 106)	91.000,00
07/05/2024 09:07:03	LANCE	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 013)	90.000,00
07/05/2024 09:07:11	LANCE	FANCAR AUTOMOVEIS LTDA (PARTICIPANTE 023)	90.800,00
07/05/2024 09:07:24	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	89.900,00
07/05/2024 09:07:34	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	89.850,00
07/05/2024 09:08:26	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	89.700,00
07/05/2024 09:08:42	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	89.600,00
07/05/2024 09:09:00	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	89.500,00
07/05/2024 09:09:20	LANCE	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 013)	89.400,00
07/05/2024 09:09:24	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	89.200,00
07/05/2024 09:09:35	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	89.000,00

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

07/05/2024 09:10:01	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	88.950,00
07/05/2024 09:10:01	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
07/05/2024 09:10:11	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	88.800,00
07/05/2024 09:10:24	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	88.700,00
07/05/2024 09:10:27	MENSAGEM	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	
Bom dia.			
07/05/2024 09:10:39	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	88.600,00
07/05/2024 09:10:48	MENSAGEM	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	
Estamos tentando dar um lance intermediário, mas o sistema não está aceitando.			
07/05/2024 09:10:56	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	88.500,00
07/05/2024 09:11:03	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	88.400,00
07/05/2024 09:11:14	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	88.300,00
07/05/2024 09:11:14	MENSAGEM	PREGOEIRO	
Bom dia, entre em contato com a plataforma			
07/05/2024 09:11:19	MENSAGEM	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	
Mesmo respeitando o valor mínimo para desconto.			
07/05/2024 09:11:25	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	88.200,00
07/05/2024 09:11:40	MENSAGEM	PREGOEIRO	
Entre em contato com a BLL			
07/05/2024 09:11:45	LANCE	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	94.150,00
07/05/2024 09:11:46	LANCE	BELCAR VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 018)	88.100,00
07/05/2024 09:11:52	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	88.000,00
07/05/2024 09:12:00	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	87.900,00
07/05/2024 09:12:17	LANCE	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE 021)	87.799,00
07/05/2024 09:12:33	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	87.600,00
07/05/2024 09:12:39	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	87.500,00
07/05/2024 09:13:06	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	87.400,00
07/05/2024 09:13:22	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	87.000,00
07/05/2024 09:13:44	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	86.900,00
07/05/2024 09:14:15	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	86.500,00
07/05/2024 09:14:17	LANCE	SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA (PARTICIPANTE 025)	89.300,00
07/05/2024 09:14:26	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	86.400,00
07/05/2024 09:14:55	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	86.300,00
07/05/2024 09:15:50	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	86.000,00
07/05/2024 09:17:25	LANCE	FARIA VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 111)	85.600,00
07/05/2024 09:17:47	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	85.000,00
07/05/2024 09:18:35	LANCE	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	83.300,00
07/05/2024 09:18:41	LANCE	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA (PARTICIPANTE 039)	94.100,00
07/05/2024 09:20:41	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA			
07/05/2024 09:20:41	HABILITAÇÃO		
07/05/2024 09:36:15	MENSAGEM	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
NAO ESTA ABRINDO A PLATAFORMA PARA ENVIO DA PROPOSTA			
07/05/2024 09:44:52	MENSAGEM	PREGOEIRO	
Favor encaminhar no email licitacoes@curiuva.pr.gov.br			
07/05/2024 09:50:19	MENSAGEM	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
ja foi agora obrigado			

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR****07/05/2024 09:58:11 MENSAGEM PREGOEIRO**

A licitante COLETO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA, favor anexar a proposta ajustada.

07/05/2024 10:08:55 MENSAGEM COLETO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA

enviei outro email+

07/05/2024 10:27:58 MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**07/05/2024 10:55:51 RECURSO MANIFESTADO METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA**

Sr. Pregoeiro, manifestamos intenção de Recurso, pois, na ficha técnica do veículo cotado não consta a informação de que o veículo possua Luz de Condução Diurna, o que é solicitado em Edital. Dessa forma, considerando que não atende ao descritivo, fere o princípio da vinculação do Edital. Atenciosamente,

07/05/2024 10:57:59 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**10/05/2024 13:05:54 ARQUIVO DE RECURSO ANEXADO METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS**

Nome do arquivo: Recurso Administrativo - Metronorte x Curiúva- V3.pdf

10/05/2024 13:06:05 RECURSO REGISTRADO METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

Prezados, viemos, por meio deste, protocolar as razões de Recurso. Att.

11/05/2024 00:00:15 RECEPÇÃO DE CONTRA RAZÃO**16/05/2024 00:00:17 JULGAMENTO DE RECURSOS****13/06/2024 09:35:38 ARQUIVO DE JULGAMENTO ANEXADO PREGOEIRO**

Nome do arquivo: Decisão Recurso 3R.pdf

13/06/2024 09:35:41 RECURSO JULGADO PREGOEIRO

O recurso deve ser recebido e no mérito provido, declarando inabilitada a licitante Coleto 3R Comércio e Serviços LTDA.

13/06/2024 09:37:50 EM ADJUDICAÇÃO**13/06/2024 09:39:16 NOTIFICAÇÃO SISTEMA**

O detentor da melhor oferta é FARIA VEICULOS LTDA

13/06/2024 09:39:17 INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO

COLETO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA inabilitado. Motivo: Conforme o julgamento do recurso apresentado pela licitante Metronorte Comercial de Veículos LTDA.

13/06/2024 09:48:22 INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE PREGOEIRO

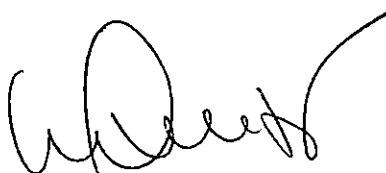
FARIA VEICULOS LTDA inabilitado. Motivo: O veículo ofertado pela licitante é o modelo Polo Track, o qual não atende o estabelecido no edital por não ter a luz de condução diurna.

13/06/2024 09:48:22 NOTIFICAÇÃO SISTEMA

O detentor da melhor oferta é METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA

13/06/2024 10:49:04 MENSAGEM METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (PARTICIPANTE

Bom dia Sr. Pregoeiro, já estamos dando sequência no solicitado. Atenciosamente,

14/06/2024 13:54:30 ADJUDICADO**PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA****MEMBRO DE APOIO AELITON MACIEL**

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

Processo Administrativo Nº 09/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA

Data de Publicação: 23/04/2024 13:54:07

LOTE 1 - Lote 001

07/05/2024 09:01:48	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		94,000.00
07/05/2024 09:01:48	FARIA VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:01:48	MW MOTORS LTDA	
VÁLIDO		115,000.00
07/05/2024 09:01:48	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		104,000.00
07/05/2024 09:01:48	LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		103,040.00
07/05/2024 09:01:48	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA.,	
VÁLIDO		95,000.00
07/05/2024 09:01:48	CIPAUTO VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:01:48	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:01:48	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		94,204.67
07/05/2024 09:01:48	FANCAR AUTOMOVEIS LTDA	
VÁLIDO		94,204.00
07/05/2024 09:01:48	SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:01:48	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:01:48	BELCAR VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		98,000.00
07/05/2024 09:01:48	AUFI VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA	
VÁLIDO		94,200.00
07/05/2024 09:02:59	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		93,900.00
07/05/2024 09:03:33	BELCAR VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		93,800.00
07/05/2024 09:04:29	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		93,700.00

07/05/2024 09:04:58	LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		99,800.00
07/05/2024 09:05:23	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		93,600.00
07/05/2024 09:05:54	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		93,500.00
07/05/2024 09:06:03	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		92,000.00
07/05/2024 09:06:29	CIPAUTO VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		91,500.00
07/05/2024 09:06:48	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		91,300.00
07/05/2024 09:06:58	COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		91,000.00
07/05/2024 09:07:03	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		90,000.00
07/05/2024 09:07:11	FANCAR AUTOMOVEIS LTDA	
VÁLIDO		90,800.00
07/05/2024 09:07:24	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		89,900.00
07/05/2024 09:07:34	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		89,850.00
07/05/2024 09:08:26	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		89,700.00
07/05/2024 09:08:42	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		89,600.00
07/05/2024 09:09:00	FARIA VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		89,500.00
07/05/2024 09:09:20	OURICAR OURINHOS VEICULOS E PEÇAS LTDA	
VÁLIDO		89,400.00
07/05/2024 09:09:24	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		89,200.00
07/05/2024 09:09:35	COLETTTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	
VÁLIDO		89,000.00
07/05/2024 09:10:01	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		88,950.00
07/05/2024 09:10:11	FARIA VEICULOS LTDA	
VÁLIDO		88,800.00
07/05/2024 09:10:24	METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	
VÁLIDO		88,700.00

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

07/05/2024 09:10:39 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	88,600.00	07/05/2024 09:17:47 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	85,000.00
07/05/2024 09:10:56 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	88,500.00	07/05/2024 09:18:35 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	83,300.00
07/05/2024 09:11:03 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	88,400.00	07/05/2024 09:18:41 AUFÍ VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA VÁLIDO	94,100.00
07/05/2024 09:11:14 METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA VÁLIDO	88,300.00		
07/05/2024 09:11:25 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	88,200.00		
07/05/2024 09:11:45 AUFÍ VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA VÁLIDO	94,150.00		
07/05/2024 09:11:46 BELCAR VEÍCULOS LTDA VÁLIDO	88,100.00		
07/05/2024 09:11:52 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	88,000.00		
07/05/2024 09:12:00 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	87,900.00		
07/05/2024 09:12:17 METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA VÁLIDO	87,799.00		
07/05/2024 09:12:33 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	87,600.00		
07/05/2024 09:12:39 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	87,500.00		
07/05/2024 09:13:06 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	87,400.00		
07/05/2024 09:13:22 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	87,000.00		
07/05/2024 09:13:44 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	86,900.00		
07/05/2024 09:14:15 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	86,500.00		
07/05/2024 09:14:17 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA VÁLIDO	89,300.00		
07/05/2024 09:14:26 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	86,400.00		
07/05/2024 09:14:55 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	86,300.00		
07/05/2024 09:15:50 COLETTO 3R COMERCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA VÁLIDO	86,000.00		
07/05/2024 09:17:25 FARIA VEICULOS LTDA VÁLIDO	85,600.00		

MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024
Processo Administrativo Nº 09/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA
Data de Publicação: 23/04/2024 13:54:07

TOTAL DO PROCESSO: 263.397,00

METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	05.035.532/0001-88	263.397,00
---------------------------------------	--------------------	------------

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 021	Lance: 87.799,00	Total: 263.397,00
--------	-----------	----------	------------------	-------------------

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX HATCH LT 1.0 ASPIRADO - 2024/2024
---------	-------------	------------------	---

Descrição: VEÍCULO AUTOMOTOR 0 KM - Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças ?ISOFIX? e ?Top Theter?. - Sistema de freios ABS com ?EDB? ? distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15?. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

Quantidade: 3	Val. Ref.: 94.204,67	Valor Unit.: 87.799,00	Total Item: 263.397,00
---------------	----------------------	------------------------	------------------------



PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA_____
MEMBRO DE APOIO AELITON MACIEL

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

Processo Administrativo Nº 09/2024

Tipo: AQUISIÇÃO

PREGOEIRO: LUCIANA MARILIA DA COSTA

Data de Publicação: 23/04/2024 13:54:07

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 14/06/2024 13:54:36

Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: CHEVROLET	Modelo: ONIX HATCH LT 1.0 ASPIRADO - 2024/2024
Descrição: VEICULO AUTOMOTOR 0 KM - Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024. - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em acive. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças ?ISOFIX? e ?Top Theter?. - Sistema de freios ABS com ?EDB? ? distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15?. - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.			
Quantidade: 3		Valor Unit.: 87.799,00	Valor Total: 263.397,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 METRONORTE COMERCIAL DE	021	05.035.532/0001-88	94.204,67	87.799,00		Não
2 BELCAR VEÍCULOS LTDA	018	02.918.639/0001-86	98.000,00	88.100,00	0,34	Não
3 SAFIRA VEICULOS E PEÇAS LTDA	025	50.238.039/0001-10	94.200,00	89.300,00	1,36	Não
4 OURICAR OURINHOS VEICULOS E	013	53.386.306/0001-94	94.200,00	89.400,00	0,11	Não
5 FANCAR AUTOMOVEIS LTDA	023	75.953.521/0001-62	94.204,00	90.800,00	1,57	Não
6 COMERCIAL DINAMICA DE VEICULOS	106	23.821.956/0001-50	104.000,00	91.000,00	0,22	Sim
7 CIPAUTO VEÍCULOS LTDA	051	06.105.496/0003-06	94.200,00	91.500,00	0,55	Não
8 AUFÍ VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA	039	48.527.394/0001-67	94.200,00	94.100,00	2,84	Não
9 CAMMINARE MAQUINAS E	118	35.741.144/0001-83	94.200,00	94.200,00	0,11	Não
10 S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U	119	42.227.311/0001-38	95.000,00	95.000,00	0,85	Sim
11 LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO	079	40.976.095/0001-06	103.040,00	99.800,00	5,05	Não
12 MW MOTORS LTDA	089	50.205.792/0001-09	115.000,00	115.000,00	15,23	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
---------------------	------------	------------------	-----------------------	---------------------	----------------	-----------

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
COLETTI 3R COMERCIO E SERVIÇOS	138	30.614.830/0001-70	94.000,00	83.300,00		Não
FARIA VEICULOS LTDA	111	01.869.253/0010-50	94.200,00	85.600,00	2,7611	Não

**MUNICIPIO DE CURIUVA
CURIÚVA-PR**

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a smaller loop, crossing over a horizontal line.

AUTORIDADE: NATA NAEL MOURA DOS SANTOS



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de Veículo Automotor 0km .

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o presente Pregão Eletrônico n.º 05/2024, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da Lei 14.133/2021, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para aquisição do seu objeto à empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ 05.035.532/0001-88**, no valor R\$ 263.397,00 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais),

Gabinete do Prefeito, em 14 de junho de 2024.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA 006234

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000

CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222

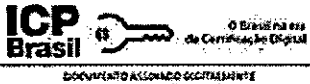
CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	14/06/2024 16:49:33	Ano	2024
Categoria	Licitações	Subcategoria	Pregão Eletrônico
Descrição do Arquivo	Termo de Adjudicação/Homologação - Pregão 05/2024		

Dados do Certificado digital

Titular	PM CURIÚVA 2024	CPF / CNPJ	76167725000130
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC SOLUTI Multipla v5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	AC SOLUTI v5		
Data de Expedição	15/02/2024	Data de Validade	14/02/2025





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130.
PÚBLICA MUNICIPAL E OFICIAL
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em: 14/06/2024 13:48

000235
CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 12329 | sexta-feira, 14 de junho de 2024 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024

Objeto: Contratação de Veículo Automotor 0km .

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o presente Pregão Eletrônico n.º 05/2024, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da Lei 14.133/2021, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais, para aquisição do seu objeto à empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, CNPJ 05.035.532/0001-88**, no valor R\$ 263.397,00 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais),

Gabinete do Prefeito, em 14 de junho de 2024.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP-Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 14/06/2024
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone: (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do
site www.curiuva.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

006236

Av. Antônio Cunha, 365 - Centro - CEP: 84280-000
CNPJ: 76.167.725/0001-30 - Telefone: (43) 3545-1222
CURIÚVA - Paraná

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Data de Publicação	14/06/2024 16:58:09	Ano	2024
Categoria	Licitações	Subcategoria	Pregão Eletrônico
Descrição do Arquivo	Extrato de Contrato 18/2024 - Veiculo 0km		

Dados do Certificado digital

Titular	PM CURIÚVA 2024	CPF / CNPJ	76167725000130
Tipo de Certificado	e-cnpj	Formato do Certificado	A1
Empresa Expedidora	AC SOLUTI Multipla v5		
Empresa Certificadora	ICP-Brasil		
Unidade Organizacional	AC SOLUTI v5		
Data de Expedição	15/02/2024	Data de Validade	14/02/2025





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130
PUB. Nº 14/06/2024
Local: CURIÚVA - PARANÁ
Assinado em: 14/06/2024 às 15:39:33

CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 12330 sexta-feira, 14 de junho de 2024 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREGÃO ELETRÔNICO 05/2024 EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2024

Partes: **MUNICÍPIO DE CURIÚVA** e **METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 05.035.532/0001-88

OBJETO: Aquisição de Veículo Automotor 0km

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da Despesa	Fonte de recurso
2024	02083	10.301.0004-2021	4.4.90.52.48.00	00362

VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 263.397,00 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais)

Data Assinatura: 14/06/2024

Duração: 12 meses

Foro: Curiúva PR

Nata Nael Moura dos Santos

Prefeito Municipal de Curiúva



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil. Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 14/06/2024
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84260-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM- Nº 18/2024

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE CURIÚVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 4.286.296-7 PR e o CPF sob o n.º 605.580.409-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Presidente Castelo Branco, 262, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 05/2024, neste ato denominado simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede AVENIDA BRASÍLIA, Nº 1701, SHANGRI-LÁ, CEP 86.070-020, LONDRINA -PR, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.035.532/0001-88, neste ato representado pelo ASSAAD FARES ABOU NABHAN, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 1.311.724 e CPF sob o n.º 108.994.489-68, neste ato denominado simplesmente Contratada, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
01	<p>Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em acive. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças 	03	R\$ 87.799,00	R\$ 263.397,00

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, 81 – TELEFONE (43) 3545-8600 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

<p>"ISOFIX" e "Top Theter".</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem. - Trava Elétrica das portas com acionamento na chave. - Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico. - Rodas de aço aro 15". - Transmissão manual mínimo 5 marchas. - Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas. - Porta malas mínimo 300 litros. - Luz de condução diurna. - Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. 			
VALOR TOTAL			R\$ 263.397,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO

2.1. Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a CONTRATADA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE os objetos conforme descritos em sua proposta de preços, dos itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2024 e Anexo I.

2.2. A Administração Municipal fará a aquisição mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dar ciência à Autorização de Fornecimento.

2.3. Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

2.4. O objeto da presente licitação deverá ser entregue em, no máximo, **60 (sessenta) dias**, na sede do município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O Contratante pagará a Contratada, o valor R\$ 263.397,00 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais), conforme os objetos, quantidades e preços, constantes da proposta da proponente, homologados pelo Prefeito Municipal, de acordo com a necessidade do Contratante, após 30 dias da sua entrega e da apresentação da respectiva nota fiscal.

3.1.1. O pagamento só será realizado após a conferência de todas as certidões que foram apresentadas no certame, caso aja alguma irregularidade o pagamento será suspenso até que a empresa regularize a situação.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, 81 – TELEFONE (43) 3545-8600 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3.3. Sendo constatada irregularidade nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção.

3.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura., podendo ser prorrogado, nos termos da Lei federal 14.133/21, desde que respeite à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

5.1.1. Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

5.1.4. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

5.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

5.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

5.1.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

5.1.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.1.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

5.2.1. Constituem obrigações **DA CONTRATADA**

5.2.1. Entregar o Objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

5.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos o objeto que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

5.2.3. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para a Administração Municipal o Objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

5.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

5.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.2.6. Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

5.2.7. Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.8. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

5.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do Objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

5.2.10. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

5.2.11. Comunicar expressamente a Administração quando do término dos serviços, cuja comunicação deverá ser protocolada perante o Protocolo Geral do Município e dirigida ao Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000242

6.1. Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DESPESAS

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da Despesa	Fonte de recurso
2024	02083	10.301.0004-2021	4.4.90.52.48.00	00362

CLÁUSULA OITAVA: DOS EFEITOS OBRIGACIONAIS

8.1. O presente contrato é celebrado em conformidade com o edital e anexos presentes no Pregão Eletrônico nº. 05/2024, segundo ditames Lei Federal nº14.133/2021, e alterações posteriores, portanto, para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico acima, quanto a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA NONA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

8.2. O presente instrumento, contrato, poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

8.3. Pela Administração Municipal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Contrato;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021.
- d) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração Municipal.

8.4. Ocorrendo cancelamento do Contrato, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente instrumento.

8.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Curiúva/PR, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento deste Contrato poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

8.7. Havendo o cancelamento do Contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL



10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.4. As sanções estão previstas no contrato:

10.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e , se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a) **multa moratória** de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

10.4.2. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

10.4.3. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.4.4. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

10.4.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4.6. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

10.4.7. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.4.8. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do fiscal do contrato, senhor Roberval da Silva Prestes, a qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

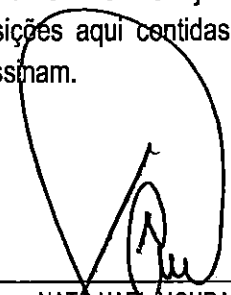
12.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, para que sejam dirimidas todas e quaisquer dúvidas que se originarem deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E, por assim se acharem justos e contratados assinam o presente em duas vias, de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessas que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Curiúva PR, 14 de junho de 2024.


NATANAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante

ASSAAD FARES ABOU Assinado de forma digital por
ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:1089944896 NABHAN:10899448968
8 Dados: 2024.06.17 14:39:16
+03'00'

ASSAAD FARES ABOU NABHAN
Representante Legal
Contratada

Testemunha
NOME:
CPF:

Testemunha
NOME:
CPF:

Visto da Assessoria Jurídica
NOME:
OAB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM- N° 18/2024

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE CURIÚVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 4.286.296-7 PR e o CPF sob o n.º 605.580.409-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Presidente Castelo Branco, 262, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico n.º 05/2024, neste ato denominado simplesmente Contratante, e de outro lado a empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede AVENIDA BRASÍLIA, N°1701, SHANGRI-LÁ, CEP 86.070-020, LONDRINA -PR, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.035.532/0001-88, neste ato representado pelo ASSAAD FARES ABOU NABHAN, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 1.311.724 e CPF sob o n.º 108.994.489-68, neste ato denominado simplesmente Contratada, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de veículos automotores novos, zero Km, primeiro emplacamento em nome do município, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE	DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
01	<p>Veículo 0 km, ano/modelo mínimo 2024.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Flex, 5 (cinco) portas, cor branca. - Direção elétrica. - Mínimo de 04 (quatro) Airbags. - Cinto de segurança do motorista com ajuste de altura. - Cinto de segurança traseiros laterais e central de 03 pontos. - Banco do motorista com regulagem de altura. - Banco traseiro com encosto rebatível. - Assistente de partida em active. - Ar-condicionado. - Aviso sonoro e visual de não utilização dos cintos de segurança para todos os passageiros. - Alarme antifurto. - Conjunto de 4 (quatro) alto falantes. - Computador de bordo, controle eletrônico de estabilidade e controle de tração, controle de rádio e telefone no volante. - Sistema de fixação de cadeiras para crianças 	03	R\$ 87.799,00	R\$ 263.397,00

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, 81 – TELEFONE (43) 3545-8600 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000247

<p>"ISOFIX" e "Top Theter".</p> <ul style="list-style-type: none">- Sistema de freios ABS com "EDB" – distribuição eletrônica de frenagem.- Trava Elétrica das portas com acionamento na chave.- Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiros opcional manual ou elétrico.- Rodas de aço aro 15".- Transmissão manual mínimo 5 marchas.- Motor 1.0, mínimo 77cv (gasolina) e 80cv (álcool), 3 (três) cilindros, 12 (doze) válvulas.- Porta malas mínimo 300 litros.- Luz de condução diurna.- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.			
VALOR TOTAL			R\$ 263.397,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECIMENTO

2.1. Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a CONTRATADA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE os objetos conforme descritos em sua proposta de preços, dos itens, quantidades e preços, homologados pelo Prefeito Municipal, conforme o Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2024 e Anexo I.

2.2. A Administração Municipal fará a aquisição mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, dar ciência à Autorização de Fornecimento.

2.3. Se o fornecedor recusar-se a assinar o Contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

2.4. O objeto da presente licitação deverá ser entregue em, no máximo, **60 (sessenta) dias**, na sede do município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O Contratante pagará a Contratada, o valor R\$ 263.397,00 (duzentos e sessenta e três mil e trezentos e noventa e sete reais), conforme os objetos, quantidades e preços, constantes da proposta da proponente, homologados pelo Prefeito Municipal, de acordo com a necessidade do Contratante, após 30 dias da sua entrega e da apresentação da respectiva nota fiscal.

3.1.1. O pagamento só será realizado após a conferência de todas as certidões que foram apresentadas no certame, caso aja alguma irregularidade o pagamento será suspenso até que a empresa regularize a situação.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, 81 – TELEFONE (43) 3545-8600 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR

ASSAID
FABRABO
NABIANEID
000448508



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

3.3. Sendo constatada irregularidade nos serviços prestados, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção.

3.4. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei federal 14.133/21, desde que respeite à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Constituem obrigações DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

5.1.1. Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

5.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

5.1.4. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

5.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

5.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

5.1.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

5.1.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.1.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

5.2.1. Constituem obrigações **DA CONTRATADA**

5.2.1. Entregar o Objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do Contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste instrumento. Ainda, executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

5.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos o objeto que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

5.2.3. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias e sem ônus para a Administração Municipal o Objeto devolvido em razão de divergências entre o objeto entregue e as especificações contidas neste instrumento ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

5.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

5.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.2.6. Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência.

5.2.7. Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.8. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

5.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do Objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

5.2.10. Prestar à Administração, sempre que necessário ou por esta solicitado, esclarecimentos e informações acerca dos serviços a serem executados, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos mesmos.

5.2.11. Comunicar expressamente a Administração quando do término dos serviços, cuja comunicação deverá ser protocolada perante o Protocolo Geral do Município e dirigida ao Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000.250

6.1. Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato, não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DESPESAS

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da Despesa	Fonte de recurso
2024	02083	10.301.0004-2021	4.4.90.52.48.00	00362

CLÁUSULA OITAVA: DOS EFEITOS OBRIGACIONAIS

8.1. O presente contrato é celebrado em conformidade com o edital e anexos presentes no Pregão Eletrônico nº. 05/2024, segundo ditames Lei Federal nº14.133/2021, e alterações posteriores, portanto, para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Eletrônico acima, quanto a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA NONA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

8.2. O presente instrumento, contrato, poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

8.3. Pela Administração Municipal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Contrato;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato, nas hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021.
- d) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração Municipal.

8.4. Ocorrendo cancelamento do Contrato, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente instrumento.

8.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Curiúva/PR, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento deste Contrato poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

8.7. Havendo o cancelamento do Contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10.2. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.4. As sanções estão previstas no contrato:

10.4.1. Caso o(s) fornecedor(es) descumpram o disposto no edital e no Contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal de além de ter o cancelamento do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 2021 e., se sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

a) **multa moratória** de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação a data prevista para o fornecimento, até o limite do valor de 30% (trinta por cento), do valor total do Contrato, independentemente de ter causado prejuízo significativo à Administração Pública Municipal;

a.1) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c");

a.2) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DESCRITO NO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento

b) **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021.

10.4.2. As multas previstas não tem caráter compensatório, porém, moratório, e consequentemente o pagamento delas não exige a detentora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

10.4.3. As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

10.4.4. Os valores básicos das multas a serem cobradas pelo Município serão cobrados através documentos emitidos pela municipalidade.

10.4.5. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4.6. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do objeto.

10.4.7. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.4.8. A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (aplicação do princípio *dies interpellat pro homine*, previsto no art. 397 do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do fiscal do contrato, senhor Roberval da Silva Prestes, a qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

000253

financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva, Estado do Paraná, para que sejam dirimidas todas e quaisquer dúvidas que se originarem deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E, por assim se acharem justos e contratados assinam o presente em duas vias, de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessas que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Curiúva PR, 14 de junho de 2024.


NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante

ASSAAD FARES ABOU Assinado de forma digital por
ASSAAD FARES ABOU
NABHAN:1089944896 NABHAN:10899448968
8 Dados: 2024.06.17 14:39:16
-03'00'

ASSAAD FARES ABOU NABHAN
Representante Legal
Contratada

Testemunha
NOME:
CPF:

Testemunha
NOME:
CPF:

Visto da Assessoria Jurídica
NOME:
OAB